



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DA VEREADORA CATARINA ALBERGARIA

PROPOSTA Nº 386/2017

Aprovar submeter à autorização da Assembleia Municipal a repartição de encargos, bem como a abertura de procedimento para o fornecimento de refeições transportadas (catering) a jardins-de-infância e escolas básicas do 1º ciclo da rede pública da cidade de Lisboa, pela Câmara Municipal, ao abrigo do Acordo Quadro de seleção de fornecedores de refeições escolares, promovido pela Área Metropolitana de Lisboa, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 252º, do Código dos Contratos Públicos, nos termos da proposta.

Pelouro: Educação - Vereadora Catarina Albergaria

Serviços: Departamento de Educação

Considerando que:

É competência da Câmara Municipal de Lisboa, em matéria de ação social escolar, o fornecimento de refeições aos estabelecimentos de educação pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico em cada ano letivo, nos termos da alínea hh) do nº 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e dos artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei nº 399-A/84, de 28 de dezembro;

Através da Deliberação da Câmara Municipal de Lisboa nº 523/CM/2015, de 09 de setembro, aprovada na reunião da Assembleia Municipal de Lisboa de 15 de setembro de 2015, foi aprovada a assunção de compromissos plurianuais e a abertura de um procedimento por concurso público com publicidade internacional, visando a aquisição do serviço de refeições transportadas (*catering*) e na modalidade de confeitaria no local aos jardins-de-infância e escolas básicas do 1º ciclo da rede pública da cidade de Lisboa, com o prazo contratual de um ano letivo (entre 1 de setembro e 31 de julho) ou o que resultar da duração que medeie entre a data da assinatura do contrato (se posterior a 1 de setembro) e o dia 31 de julho do mesmo ano letivo, considerando-se automaticamente renovado por períodos sucessivos de um ano letivo, se nenhuma das partes se opuser, até ao limite máximo total de três anos letivos;

Os lotes 1, 2 e 3, referentes às modalidades *Catering* Quente Descartável Unidose/Multidose, *Catering* a Frio e *Catering* a Frio Descartável Unidose/Multidose, respetivamente, foram adjudicados à empresa ITAU - Instituto Técnico de Alimentação Humana, S.A., tendo os respetivos contratos sido assinados em 08 de março de 2016;

Nos termos do disposto no nº 4 da Cláusula 3ª dos mencionados contratos “*A oposição à renovação do contrato, prevista no nº 1 da presente cláusula, é efetuada mediante notificação à outra Parte Outorgante, por escrito e com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação ao termo do contrato ou da respetiva renovação.*”;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DA VEREADORA CATARINA ALBERGARIA

O ITAU - Instituto Técnico de Alimentação Humana, S.A. veio, através de carta datada de 23 de março de 2017, comunicar que não pretende renovar os mencionados contratos para os próximos anos letivos;

Desta forma, e havendo a necessidade de continuar a assegurar a alimentação das crianças dos jardins-de-infância e dos alunos das escolas do 1º ciclo do ensino básico da rede pública da cidade de Lisboa, a partir de 01 de setembro de 2017 e atendendo a que o atual serviço de fornecimento de refeições nas modalidades de *catering* apenas está assegurado até ao dia 31 de julho de 2017, foi autorizada, por despacho datado de 23 de maio de 2017, da Senhora Vereadora do Pelouro da Educação, Catarina Albergaria, a abertura de um concurso público com publicidade internacional para o fornecimento de refeições transportadas (*catering*) a jardins-de-infância e escolas básicas do 1º ciclo da rede pública da cidade de Lisboa, a vigorar até 29 de dezembro de 2017;

O mencionado período de vigência de apenas 04 meses tem em conta a intenção de se propor que o Município de Lisboa possa recorrer ao concurso público (001/CP/2017) para celebração de acordo quadro para a seleção de fornecedores de refeições escolares, promovido pela Central de Compras Eletrónicas da Área Metropolitana de Lisboa (CCE-AML), publicado em anúncio da II Série do Diário da República nº 38, de 22 de fevereiro de 2017, para os Municípios que a integram, designadamente o Município de Lisboa;

No âmbito do referido procedimento e relativamente ao Lote 2 - Fornecimento e distribuição de refeições escolares através do método de *Cook-Chill* e ao Lote 3 - Fornecimento de refeições escolares transportadas a quente, com recurso a utensílios inox ou palamenta descartável para efeitos a distribuição, a CCE-AML celebrou acordos quadro com as seguintes entidades, a saber: UNISELF - Sociedade de Restaurantes Públicos e Privados, S.A., ICA - Indústria e Comércio Alimentar, S.A., EUREST Portugal, Lda. e ITAU - Instituto Técnico de Alimentação Humana, S.A.;

Para que o Município de Lisboa possa dar início à formação de contratos ao abrigo do mencionado Acordo Quadro, deverá ser autorizado pela Câmara Municipal o convite aos cocontratantes do Acordo Quadro para apresentação de propostas, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 259º conjugado com o disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 252º, ambos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua redação atual, ou seja, com consulta a todas as entidades fornecedoras que tenham assinado o Acordo Quadro;

As crianças em idade escolar têm direito a uma refeição diária quente, completa e equilibrada e que, nessa medida, a CML não poderá deixar de garantir essa alimentação às crianças das suas escolas;

Com a implementação do programa de enriquecimento curricular se verificou um alargamento do período de permanência dos alunos nas escolas, o que implica que os alunos tenham que tomar um lanche a meio da tarde, no estabelecimento de ensino;

Na cidade de Lisboa existem muitas famílias com carências socioeconómicas que as impedem de assegurar uma alimentação suficiente e equilibrada às respetivas crianças;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DA VEREADORA CATARINA ALBERGARIA

Se prevê que os contratos a celebrar ao abrigo do mencionado Acordo Quadro com a(s) entidade(s) adjudicatária(s) possam iniciar a sua vigência a partir de 02 de janeiro de 2018;

A despesa no valor total estimado de 4.282.179,59 €, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, constitui um encargo para os anos económicos de 2018, 2019, 2020 e 2021, repartido da seguinte forma:

- a) 1.202.673,30 €, referentes ao Lote 2 - Fornecimento e distribuição de refeições escolares através do método de *Cook-Chill*, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor;
- b) 3.079.506,29 €, referentes ao Lote 3 - Fornecimento de refeições escolares transportadas a quente, com recurso a utensílios inox ou palamenta descartável para efeitos a distribuição, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor;

A presente repartição de encargos não está abrangida pela autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal aprovada pela Assembleia Municipal (Deliberação n.º 396/AML/2016) na reunião de 22 de novembro, através da Proposta n.º 600/2016;

A despesa no valor total estimado de 4.282.179,59 €, a assumir com a contratação do serviço de refeições em causa, constitui um encargo para os anos económicos de 2018, 2019, 2020 e 2021, não estando sujeita aos limites financeiros mencionados no n.º 2 do artigo 49º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2017, por força da aplicação do disposto na alínea a) do n.º 8 do mesmo artigo, uma vez que a prestação de serviços assume um carácter acessório da disponibilização dos bens, ou seja, das refeições;

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Lisboa delibere aprovar:

- a) Submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, a assunção de compromissos plurianuais no valor total de 4.282.179,59 €, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, referente ao concurso público a realizar para o fornecimento de refeições transportadas (catering) a jardins-de-infância e escolas básicas do 1º ciclo da rede pública da cidade de Lisboa, nos seguintes termos:

2018 - 1.523.524,68 € + 198.058,21 € (13% de IVA) = 1.721.582,89 €

2019 - 1.515.371,53 € + 196.998,30 € (13% de IVA) = 1.712.369,83 €

2020 - 842.417,40 € + 109.514,26 € (13% de IVA) = 951.931,66 €

2021 - 400.865,98 € + 52.112,58 € (13% de IVA) = 452.978,56 €

E, sob condição de aprovação da Assembleia Municipal do referido na alínea anterior:

- b) A escolha do procedimento, ao abrigo do Acordo Quadro para a seleção de fornecedores de refeições escolares, promovido pela Área Metropolitana de Lisboa, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 252º do Código dos Contratos Públicos;



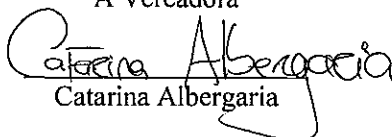
C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

GABINETE DA VEREADORA CATARINA ALBERGARIA

- c) O convite às entidades UNISELF - Sociedade de Restaurantes Públicos e Privados, S.A., ICA - Indústria e Comércio Alimentar, S.A., EUREST Portugal, Lda. e ITAU - Instituto Técnico de Alimentação Humana, S.A. para a apresentação de propostas, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 259.º, do Código dos Contratos Públicos;
- d) A realização da despesa com a presente aquisição, que não excederá o valor global estimado de 4.282.179,59 €, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, que constitui um encargo para os anos económicos de 2018, 2019, 2020 e 2021 e que deverá ser considerada na orgânica L21.01, rubrica 02.01.05 da ação do plano C2.P009.01;
- e) A minuta do Convite e o Caderno de Encargos, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 40.º e do artigo 259.º, ambos do Código dos Contratos Públicos;
- f) A designação do Júri, que conduzirá o procedimento, nos termos do disposto no artigo 67.º do Código dos Contratos Públicos, com a seguinte constituição:
- Presidente - Dra. Alexandra Costa (DMED/DE/DASE)
1º Vogal Efetivo - Dra. Regina Maria Quarenta (DMED/DE/DASE)
2º Vogal Efetivo - Engª Filipa Brito (DMED/DE/DASE)
- Suplentes:
1º Vogal Suplente - Dra. Vanessa Duarte (DMED/DE/DASE)
2º Vogal Suplente - Dr. António Matos (DMED/DE/DASE)
3º Vogal Suplente - Dra. Dina Bravo (DMED/DE/DASE)
- g) Delegar no Júri do concurso, nos termos do n.º 1 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, todas as competências legalmente atribuídas ao órgão competente para a decisão de contratar, com exceção das competências indelegáveis;
- h) Nas suas faltas ou impedimentos, que o Presidente do Júri seja substituído pelo 1.º Vogal Efetivo;
- i) Como aprovadores do presente procedimento, na Plataforma eletrónica *AcinGov*, o Dr. Paulo Agostinho, o Dr. Paulo Silvestre e a Dra. Brígida Carvalho.

Lisboa, 16 de junho de 2017.

A Vereadora


Catarina Albergaria



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DACM
Prop. n.º 386/2014
Ms. _____

Convite à apresentação de propostas

Fornecimento de refeições transportadas (catering) a jardins-de-infância e escolas básicas do 1º ciclo da rede pública da cidade de Lisboa.

Ao abrigo do Acordo Quadro de seleção de fornecedores de refeições escolares, promovido pela Área Metropolitana de Lisboa, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 252º, do Código dos Contratos Públicos.

Nos termos do disposto no artigo 259.º do Código dos Contratos Públicos (doravante designado por CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, na redação que lhe foi dada pela Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28/03, pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de Abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de Dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de Julho e pelo Decreto-lei n.º 214-G/2015, de 2 de Outubro, convida-se V. Exas. a apresentar proposta, no âmbito do procedimento para fornecimento de refeições transportadas (catering) a jardins-de-infância e escolas básicas do 1º ciclo da rede pública da cidade de Lisboa, de acordo com o caderno de encargos do acordo quadro supra identificado, com o caderno de encargos anexo a este Convite, e nas condições que seguidamente se indicam:

Artigo 1.º

Entidade Pública Adjudicante

A entidade pública adjudicante é o Município de Lisboa – Direção Municipal de Educação e Desporto – Departamento de Educação, sito no Campo Grande, n.º 25, 8º, Bloco E, 1749-099 Lisboa, com o endereço de correio eletrónico dmed.de@cm-lisboa.pt, (telefone 218171805), sendo o procedimento realizado através do Departamento de Aprovisionamentos – Central de Compras Municipal, sito no Campo Grande, n.º 25 – 9.º Piso - Bloco – A, 1749 – 099 Lisboa, com o endereço eletrónico dmf.da.ccm@cm-lisboa.pt.

Artigo 2.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

1. A decisão de contratar foi aprovada através da Deliberação da Câmara Municipal de Lisboa n.º ____/CM/2017, de ____ de _____, bem como, a assunção de compromissos plurianuais, aprovada na reunião da Assembleia Municipal de Lisboa de ____ de _____ de 2017, nos termos e para os efeitos das disposições conjugadas da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e da alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º, da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º e n.º 1 do artigo 36.º, todos do CCP.
2. O Código relativo ao vocabulário comum para os Contratos Públicos (CPV) é o seguinte Classificação CPV - 55523100 - 3.

Artigo 3.º

Procedimento de Aquisição

1. Foi adotado o procedimento previsto no n.º 1 do artigo 259º do CCP, com convite à apresentação de propostas aos cocontratantes do Acordo Quadro com a Área Metropolitana de Lisboa (AML) para a seleção de fornecedores de refeições escolares -



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Lote 2 - Fornecimento e distribuição de refeições escolares através do método de *Cook-Chill* e Lote 3 - Fornecimento de refeições escolares transportadas a quente, com recurso a utensílios inox ou palamenta descartável para efeitos a distribuição.

2. Ao presente procedimento aquisitivo é aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos 139.º e seguintes do CCP.

Artigo 4.º

Objeto do Convite

O objeto do Convite é o fornecimento de refeições para as escolas básicas do 1º ciclo e a jardins-de-infância da rede pública da cidade de Lisboa, nos termos do caderno de encargos anexo ao presente convite e do n.º 2 do artigo 3º do Caderno de Encargos que integra o Acordo Quadro.

Artigo 5.º

Visitas às instalações

1. Os interessados que o requeiram são autorizados a visitar as instalações dos estabelecimentos de educação e ensino constantes do **Anexo A – Grupos de Escolas** do caderno de encargos anexo ao presente convite, submetendo-se às regras e procedimentos de segurança vigentes nas diferentes instalações.
2. As visitas previstas no número anterior têm em vista a apreciação *in loco*, pelos interessados, dos diversos condicionalismos em que decorre o fornecimento a contratar, designadamente no que se refere, a instalações, condições de transporte e verificação do número de pessoal necessário, entre outros.
3. As visitas são solicitadas pelos interessados solicitadas via Plataforma Eletrónica “acingov”.

Artigo 6.º

Consulta e fornecimento das peças do procedimento

1. O presente Convite e caderno de encargos em anexo e o Caderno de Encargos que integra o Acordo Quadro, encontram-se patentes nos serviços na Central de Compras Municipal, sita no Edifício Central do Município, Campo Grande, n.º 25, 9º piso, Bloco A, 1749-099 Lisboa, onde podem ser consultados desde o dia do envio do Convite, até ao termo do prazo para apresentação das propostas, nos termos do disposto no artigo 133.º, n.º 1, do CCP.
2. As peças do procedimento estão integralmente disponíveis na plataforma eletrónica “acinGov” durante o período indicado no número anterior.
3. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e o *download* das peças do procedimento.
4. Os interessados deverão aceder ao endereço eletrónico <http://www.acingov.pt> e preencher o formulário de adesão.
5. Após o preenchimento do formulário de adesão, os interessados deverão remeter esse formulário, bem como os documentos neles identificados para os Serviços da Plataforma Eletrónica “acinGov”. A validação dos documentos de adesão é efetuada no prazo máximo de 72 horas úteis, após a receção dos documentos.
6. As dúvidas surgidas no preenchimento do referido formulário são esclarecidas através do endereço eletrónico: apoio@acingov.pt ou através do contacto telefónico 707 451 451.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

7. Os interessados no procedimento apenas adquirem essa posição, nomeadamente para efeito de comunicações e notificações relativas à fase de formação do contrato, após efetuarem o registo na plataforma.

Artigo 7.º

Esclarecimentos e Retificação sobre as peças do procedimento

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do Júri nomeado para efeitos deste procedimento.
2. Os interessados podem apresentar pedidos de esclarecimento ao Júri do procedimento, por escrito, através da plataforma eletrónica “*acingov*”, dentro do primeiro terço (1/3) do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. Os esclarecimentos prestados são, imediatamente, disponibilizados na plataforma eletrónica e juntos às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta, até ao termo do segundo terço (2/3) do prazo fixado para a apresentação das propostas, sendo os interessados, imediatamente, notificados de tal facto.
4. O órgão competente para a decisão de contratar poderá, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento e efetuar quaisquer esclarecimentos, nos termos e no prazo previstos no n.º 3 do presente artigo.
5. A prestação de esclarecimentos ou a retificação das peças do procedimento para além do prazo referido no n.º 3 deste artigo determina a prorrogação do prazo para a apresentação de propostas.
6. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 8.º

Erros e omissões do caderno de encargos

1. Até ao termo do quinto sexto (5/6) do prazo fixado para a apresentação das propostas, o interessado deve apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do Caderno de Encargos anexo ao Convite detetados e que digam respeito a:
 - a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar; ou
 - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis.
2. A apresentação da lista referida no número anterior, por qualquer interessado, suspende o prazo fixado para a apresentação das propostas desde o termo do quinto sexto (5/6) daquele prazo até à publicitação da decisão prevista no número 4 do presente artigo ou, não havendo decisão expressa, até ao termo do mesmo prazo.
3. A suspensão prevista no número anterior pode ser mantida pelo órgão competente para a decisão de contratar por um período único de, no máximo, mais 60 dias contínuos, o qual não pode ser sujeito a prorrogação.
4. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, ou no caso previsto no número anterior, até ao termo do período de manutenção da suspensão daquele prazo, o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e as



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam por ele expressamente aceites.

5. O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto no número anterior.
6. As listas com a identificação dos erros e das omissões detetados pelos interessados, bem como as decisões previstas nos n.ºs 3 a 5 do presente artigo, são publicitadas na plataforma eletrónica “acinGov”, utilizada pela entidade adjudicante e juntas às peças procedimentais, que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham adquirido serem, imediatamente, notificados daquele facto.

Artigo 9.º

Concorrentes

1. No presente procedimento são concorrentes as, pessoas singulares ou coletivas, isoladas ou em agrupamento, que apresentem uma proposta.
2. Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que se encontre em qualquer das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, nos termos do disposto no artigo 54.º do CCP.
4. Ainda que entre os membros do agrupamento concorrente não exista, à data da apresentação da proposta, qualquer modalidade jurídica de associação, todos são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
5. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser, simultaneamente, concorrentes no presente procedimento nem integrar outro agrupamento concorrente.
6. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, numa única entidade ou consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28/07.

Artigo 10.º

Proposta e seus elementos

1. A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
2. Na proposta os concorrentes devem indicar todos os elementos solicitados, devendo para o efeito considerar todas as condições e informações constantes do presente Convite e caderno de encargos em anexo e o Caderno de Encargos que integra o Acordo Quadro.
3. A proposta deve ser assinada pelo concorrente ou seus representantes.
4. No caso de agrupamento, a proposta deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, ou não existindo representante comum, por todos os seus membros ou respetivos representantes



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Artigo 11.º

Modo de apresentação das propostas

1. Os documentos que constituem as propostas contratuais são apresentados através da plataforma eletrónica “*acingov*”, até ao termo do prazo fixado no presente Convite.
2. A proposta contratual é elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo III - Minuta da Proposta**, a qual deve ser integralmente preenchida.
3. O preço da proposta deve ser expresso em euros, por extenso e algarismos, apresentado com o máximo de duas casas decimais, e não incluem o IVA, devendo o concorrente indicar a taxa legal aplicável. Em caso de divergência, prevalece o preço indicado por extenso.
4. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
5. Para efeitos de apresentação de proposta de fornecimento de refeições às escolas básicas do 1º ciclo e aos jardins-de-infância da rede pública da cidade de Lisboa, o concorrente deve considerar o **Lote 2 - Fornecimento e distribuição de refeições escolares através do método de Cook-Chill** e o **Lote 3 - Fornecimento de refeições escolares transportadas a quente, com recurso a utensílios inox ou palamenta descartável para efeitos a distribuição**.
6. Os fornecedores podem concorrer **a todos ou a qualquer dos lotes** constantes do número anterior, devem no entanto apresentar proposta para o fornecimento de todos os artigos que integram o(s) lote(s) a que concorrem.
7. A proposta é redigida em língua portuguesa, sendo que no caso em que os documentos que integram a proposta sejam redigidos em língua estrangeira devem os mesmos ser acompanhados da tradução devidamente legalizada, declarando o concorrente que aceita a prevalência das traduções, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.
8. As propostas, assim como todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica “*acingov*”, devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica próprios ou dos seus representantes legais, nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
9. Nos documentos eletrónicos com ficheiros compactados em formato “ZIP” ou equivalente, a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem, assegurando-lhes dessa forma, a força probatória de documento particular assinado, sob pena de causa de exclusão da proposta nos termos do artigo 146.º do CCP.
10. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.
11. Nos termos do disposto nos artigos 68.º a 70º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, cabe ao concorrente codificar a proposta, apresentando a sua identificação ou a de cada membro do agrupamento concorrente, bem como, preencher o formulário principal.
12. Quando algum documento se encontre disponível na internet, o concorrente pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aquele pode ser consultado, bem como a informação necessária a essa



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

consulta, desde que os referidos sítio e documento deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

13. Em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade dos documentos que constituem a proposta, apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública “*acingov*”, pode a entidade adjudicante exigir ao concorrente a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada.

Artigo 12.º

Documentos da proposta

1. As propostas são constituídas pelos seguintes documentos:
 - a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo I - Modelo de Declaração** do presente Convite. Esta declaração deve ser assinada pelo concorrente ou por representante com poderes para o obrigar;
 - b) Proposta, por lote, de acordo com o **Anexo III - Minuta da Proposta** do presente Programa, integralmente preenchida;
 - c) **Nota Justificativa do Preço, decomposição** do preço unitário do pequeno-almoço, do almoço e do lanche e **justificação** de cada um dos custos parcelares referidos, nomeadamente matéria-prima alimentar (que não é inferior a 50%, a 40% e a 50 % do preço, respetivamente), matéria-prima não alimentar, encargos com o pessoal e encargos gerais e lucro;
 - d) Documentos que contenham os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo;
 - e) **Fichas técnicas e informação nutricional** de todas as ementas apresentadas na proposta;
 - f) **Anexo IV – Declaração de cumprimento dos requisitos laborais, ambientais e de segurança e níveis de serviço** do presente Convite;
2. As quantidades estimadas apresentadas no **Anexo A – Grupos de Escolas** do Caderno de Encargos representam perspectivas de consumo, não estando a entidade Adjudicante vinculada à compra total das mesmas.

Artigo 13.º

Apresentação de propostas variantes

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

Artigo 14.º

Prazo de apresentação da proposta

1. A proposta e os documentos que a constituem são apresentados diretamente pelos concorrentes ou seus representantes, através da plataforma eletrónica “*acinGov*”, até à **data e hora constantes da plataforma eletrónica**.
2. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
3. A data limite fixada pode, a pedido dos interessados e em casos devidamente fundamentados, ser prorrogada por prazo adequado quando o Convite, o Caderno de



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Encargos ou os esclarecimentos solicitados não possam ser fornecidos nos prazos estabelecidos para o efeito.

4. A prorrogação de prazo prevista no número anterior beneficiará todos os interessados.
5. As propostas, uma vez recebidas, podem ser retiradas até ao termo do prazo referido no número um, desde que tal vontade seja manifestamente expressa pelo concorrente à entidade adjudicante, sendo que a retirada da proposta não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro do prazo inicialmente fixado.
6. O prazo para apresentação das propostas é contínuo, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.

Artigo 15.º

Prazo da obrigação de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo 16.º

Abertura de propostas

1. O júri após as 10 horas do dia útil imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas procede à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante.
2. Mediante a atribuição de um *login* e de uma *password* aos concorrentes incluídos na lista, é facultada a consulta diretamente na plataforma eletrónica referida no número anterior de todas as propostas apresentadas.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de 3 (três) dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 1 e 2 do presente artigo.

Artigo 17.º

Esclarecimentos sobre as propostas

1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes nos termos do disposto no artigo 72.º do CCP, esclarecimentos sobre as propostas considerados necessários para efeitos de análise e avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos.
3. Os esclarecimentos referidos no número anterior são disponibilizados na plataforma eletrónica «acinGov», devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Artigo 18.º

Análise e Avaliação das propostas

Após a abertura das propostas o júri procederá à análise e avaliação das propostas apresentadas e à aplicação do critério de adjudicação constante do artigo 18.º do presente Programa.

Artigo 19.º

Critério de Adjudicação

1. A adjudicação é feita por lotes, segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, por cada lote, tendo em conta os seguintes fatores por ordem decrescente:

- a) **Preço das refeições (50%), dos quais:**
 - i. Preço do almoço – 35%
 - ii. Preço do pequeno-almoço – 5%
 - iii. Preço do lanche – 10%
- b) **Qualidade das ementas – 35%**
- c) **Número de ações de sensibilização para uma alimentação mais saudável, em todos os estabelecimentos / refeitórios - 15%.**

2. A pontuação de cada proposta (lote) é obtida de acordo com as seguintes fórmulas:

- a) **Pontuação do almoço**

$$P1 = \frac{PB - PPA}{PB - PE} \times 35$$

P1 = Pontos da proposta/almoço

PB = Preço unitário Base/almoço (Artigo 4.º da Parte I – Cláusulas Jurídicas – do Caderno de Encargos)

PPA = Preço unitário da Proposta Avaliada/almoço

PE = Preço unitário Excelente que corresponde a 50% do Preço unitário Base/almoço

- b) **Pontuação do pequeno-almoço**

$$P2 = \frac{PB - PPA}{PB - PE} \times 5$$

P2 = Pontos da proposta/pequeno-almoço

PB = Preço unitário Base/pequeno-almoço (Artigo 4.º da Parte I – Cláusulas Jurídicas – do Caderno de Encargos)

PPA = Preço unitário da Proposta Avaliada/pequeno-almoço

PE = Preço unitário Excelente que corresponde a 50% do Preço unitário Base/pequeno-almoço

- c) **Pontuação do lanche**



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

$$P3 = \frac{PB - PPA}{PB - PE} \times 10$$

P3 = Pontos da proposta/lanche

PB = Preço unitário Base/lanche (Artigo 4.º da Parte I – Cláusulas Jurídicas – do Caderno de Encargos)

PPA = Preço unitário da Proposta Avaliada/lanche

PE = Preço unitário Excelente que corresponde a 50% do Preço unitário Base/lanche

d) Pontuação da qualidade das ementas proposta para o período de 5 semanas (25 dias)

$$P4 = \sum \text{pontos parciais}$$

P4 = Pontos da proposta da qualidade das ementas

Pontos parciais pela qualidade das ementas propostas, segundo a seguinte grelha:

<i>Critérios de qualidade</i>	<i>N.º de Pontos Parciais</i>	<i>N.º de Pontos Máximos</i>	<i>Artigos do Caderno de Encargos</i>
SOPA <ul style="list-style-type: none">Oferta de sopa com leguminosas (obrigatório pelo menos 5 vezes no período de 5 semanas)<ul style="list-style-type: none">6 vezes no período de 5 semanas7 vezes no período de 5 semanas8 vezes no período de 5 semanas9 vezes no período de 5 semanas10 vezes no período de 5 semanas	0,50 1,00 1,50 2,00 2,50	2,50	Artigo 6.º da Parte II (Cláusulas Técnicas) do Caderno de Encargos
<ul style="list-style-type: none">Diversidade de sopas à base de hortícolas e/ ou leguminosas no período proposto (obrigatório pelo menos 15 diferentes no período de 5 semanas)<ul style="list-style-type: none">16 sopas diferentes17 sopas diferentes18 sopas diferentes19 sopas diferentes20 sopas diferentes21 sopas diferentes22 sopas diferentes23 sopas diferentes	0,25 0,50 0,75 1,00 1,25 1,50 1,75 2,00	2,50	Artigo 6.º da Parte II (Cláusulas Técnicas) do Caderno de Encargos



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

<ul style="list-style-type: none">▪ 24 sopas diferentes▪ 25 sopas diferentes	2,25 2,50		
PRATO (Obrigatória a oferta alternada diária Da principal fonte proteica – carne e peixe ou outra, no período de 5 semanas) <ul style="list-style-type: none">• Oferta de pescado em proporção igual ou superior à de carne no período de 5 semanas	10,00	10,00	Artigo 6.º da Parte II (Cláusulas Técnicas) do Caderno de Encargos
<ul style="list-style-type: none">• Oferta de carne branca (obrigatória pelos menos 5 vezes no período de 5 semanas)<ul style="list-style-type: none">▪ 6 vezes no período de 5 semanas▪ 7 vezes ou mais no período de 5 semanas	1,50 2,50	2,50	Artigo 6.º da Parte II (Cláusulas Técnicas) do Caderno de Encargos
<ul style="list-style-type: none">• Oferta de peixe gordo<ul style="list-style-type: none">▪ 1 vez no período de 5 semanas▪ 2 vezes no período de 5 semanas▪ 3 vezes no período de 5 semanas▪ 4 vezes no período de 5 semanas▪ 5 vezes no período de 5 semanas▪ 6 vezes no período de 5 semanas▪ 7 vezes no período de 5 semanas▪ 8 vezes no período de 5 semanas▪ 9 vezes no período de 5 semanas▪ 10 vezes no período de 5 semanas	0,25 0,50 0,75 1,00 1,25 1,50 1,75 2,00 2,25 3,50	3,50	Artigo 6.º da Parte II (Cláusulas Técnicas) do Caderno de Encargos
<ul style="list-style-type: none">• Recurso a produtos de charcutaria (Proibida mais que 2 vezes no período de 5 semanas)<ul style="list-style-type: none">▪ Ausência no período de 5 semanas▪ 1 vez no período de 5 semanas▪ 2 vezes no período de 5 semanas	1,00 0,75 0,50	1,00	Artigo 6.º da Parte II (Cláusulas Técnicas) do Caderno de Encargos
<ul style="list-style-type: none">• Oferta de pratos repetidos no período de 5 semanas (proibida a repetição superior a 2 pratos no período de 5 semanas)<ul style="list-style-type: none">▪ Ausência de pratos repetidos no período de 5 semanas	5,00	5,00	Artigo 6.º da Parte II (Cláusulas Técnicas) do Caderno de



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

<ul style="list-style-type: none">▪ 1 prato repetido no período de 5 semanas▪ 2 pratos repetidos no período de 5 semanas	1,50 0,50		Encargos
<ul style="list-style-type: none">• Oferta de alimentos fritos ou pré-fritos no período proposto (proibida oferta superior a 2 vezes no período de 5 semanas)<ul style="list-style-type: none">▪ Ausência de pratos no período de 5 semanas▪ 1 prato repetido no período de 5 semanas	5,00 1,00	5,00	Artigo 6.º da Parte II (Cláusulas Técnicas) do Caderno de Encargos
FRUTA <ul style="list-style-type: none">• Oferta diária diferenciada de fruta em natureza, privilegiando a sazonalidade (no mínimo 3 variedades no período de 5 semanas)<ul style="list-style-type: none">▪ 4 variedades no período de 5 semanas▪ 5 variedades no período de 5 semanas▪ 6 variedades no período de 5 semanas▪ 7 variedades no período de 5 semanas▪ 8 variedades no período de 5 semanas▪ 9 variedades no período de 5 semanas▪ 10 ou mais variedades no período de 5 semanas	0,25 0,50 0,75 1,00 1,50 2,00 3,00	3,00	Artigo 6.º da Parte II (Cláusulas Técnicas) do Caderno de Encargos
TOTAL		35,00	

As propostas (Anexo III – Minuta da proposta ao Programa de Concurso) devem indicar o número de ocorrências/oferta para a sopa, prato e fruta que se propõem realizar durante o período de 5 semanas, sendo que nos termos do Artigo 6.º da Parte II (Cláusulas Técnicas) do Caderno de Encargos, os concorrentes ficam obrigados ao cumprimento dos fornecimentos mínimos exigidos para a sopa, prato e fruta, sob pena de exclusão.

Caso os concorrentes apresentem na sua proposta mais ocorrências/oferta para a sopa, prato e fruta para além das mínimas obrigatórias serão atribuídos os pontos correspondentes (cfr. número de pontos parciais) sendo que a pontuação máxima neste critério é de 35 pontos (cfr. número de pontos máximos).

e) Pontuação para o número de ações de sensibilização à comunidade escolar

P5 = N° pontos parciais obtidos



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

P5 = Pontos da proposta para as ações de sensibilização à comunidade escolar

Pontos parciais por número de ações propostas, segundo a seguinte grelha:

<i>N.º de ações propostas</i>	<i>N.º de pontos parciais</i>	<i>N.º de pontos máximos</i>	<i>Artigos do Caderno de Encargos</i>
3	1,00	15,00	Artigo 25.º da Parte II (Cláusulas Técnicas) do Caderno de Encargos
4	3,00		
5	4,00		
6	6,00		
7	8,00		
8 ou mais	15,00		

As propostas (Anexo III – Minuta da proposta ao Programa de Concurso) devem indicar o número de ações de sensibilização para a comunidade escolar que os concorrentes se propõem realizar, sendo que nos termos do Artigo 25.º da Parte II (Cláusulas Técnicas) do Caderno de Encargos, os concorrentes ficam obrigados a realizar no mínimo 3 ações, sob pena de exclusão.

Caso os concorrentes apresentem na sua proposta mais ações de sensibilização para além das mínimas obrigatórias serão atribuídos os pontos correspondentes às ações propostas (cfr. número de pontos parciais) sendo que a pontuação máxima neste critério é de 15 pontos (cfr. número de pontos máximos).

3. A classificação final (CF) de cada proposta (lote) é obtida de acordo com a seguinte fórmula:

$$CF = P1 + P2 + P3 + P4 + P5$$

4. Considera-se como proposta economicamente mais vantajosa aquela a que corresponder maior valor de classificação final.
5. Para efeito de cálculo das pontuações, os números são truncados na terceira casa decimal, ou seja, a quarta casa decimal e seguintes são ignoradas. Esta condição é igualmente aplicável aos cálculos intermédios.
6. Em caso de igualdade, constituem **fatores de desempate**, sucessivamente:
- Apresentar a maior pontuação no critério “Preço das refeições”;
 - Apresentar o preço unitário mais baixo na componente “almoço”;
 - Apresentar a maior pontuação no critério relativo à qualidade das ementas;
 - Apresentar o maior número de ações de sensibilização à comunidade escolar;
 - Apresentar o preço unitário mais baixo na componente “lanche”;

Persistindo, ainda assim o empate, será adjudicada a proposta selecionada na sequência de sorteio presencial, a realizar nos termos e na data, hora e local a definir pelo júri e notificado aos concorrentes através da plataforma eletrónica.

7. Os preços unitários para o pequeno-almoço, almoço e lanche, devem ter em consideração uma estimativa de 282 dias de serviço, prevendo-se uma redução em pelo menos de 25%



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

das refeições nos meses de março, setembro e dezembro, e pelo menos 50% no mês de julho.

Artigo 20.º

Preço anormalmente baixo

Para efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos, considera-se que o preço total resultante de uma proposta é anormalmente baixo quando seja inferior a 50% dos preços base unitários definidos na Cláusula 4.ª da Parte I (Cláusulas Jurídicas) do Caderno de Encargos.

Artigo 21.º

Análise das propostas e relatório preliminar

1. Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual deve propor a ordenação das mesmas, devendo ainda, constar a referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes (caso tenham sido solicitados), nos termos do disposto no artigo 72.º do Código dos Contratos Públicos.
2. No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o júri deve também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas que:
 - a) Tenham sido apresentadas em data anterior ou depois do termo fixado para a sua apresentação;
 - b) Sejam apresentadas por concorrentes em violação do disposto no n.º 2 do artigo 54.º do CCP;
 - c) Sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais ou, no caso de agrupamentos concorrentes, relativamente a qualquer dos seus membros, a entidade adjudicante tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP;
 - d) Não sejam constituídas por todos os documentos exigidos nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 57.º do CCP;
 - e) Não cumpram o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º ou nos n.ºs 1 e 2 do artigo 58.º do CCP;
 - f) Sejam apresentadas como variantes;
 - g) Violem o disposto no n.º 7 do artigo 59.º do CCP;
 - h) Não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas fixadas nos termos do disposto no artigo 62.º do CCP;
 - i) Sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;
 - j) Não observem o disposto no presente Programa de Concurso e Caderno de Encargos, no que respeita a regras do procedimento fixadas ao abrigo do n.º 4 do artigo 132.º do CCP;
 - k) Cuja análise revele alguma das situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º do CCP;



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

3. Quando o mesmo concorrente apresente mais de uma proposta, em violação do disposto no n.º 7 do artigo 59.º do CCP, o júri deve também propor a exclusão de todas as propostas por ele apresentadas.

Artigo 22.º **Audiência Prévia**

Elaborado o relatório preliminar, o júri procede à audiência prévia dos concorrentes por meio da plataforma eletrónica «acingov», para que num prazo de 5 (cinco) dias úteis se pronunciem sobre o mesmo.

Artigo 23.º **Relatório final e adjudicação**

1. Efetuada a audiência prévia, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do Código dos Contratos Públicos.
2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.
4. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

Artigo 24.º **Notificação da decisão de adjudicação**

1. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para:
 - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no artigo 81.º do CCP;
 - b) Prestar caução, se esta for devida, nos termos do disposto nos artigos 88.º a 91.º do CCP, indicando expressamente o seu valor;
 - c) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.
3. As notificações referidas no número anterior devem ser acompanhadas do relatório final de análise das propostas.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Artigo 25.º

Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve entregar, através da plataforma eletrónica “acingov”, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação os documentos de habilitação referidos nas alíneas a) e b) no n.º 1, no n.º 4 e na alínea b) do n.º 5 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, devendo a declaração da alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º estar em conformidade com o modelo constante do **Anexo II – Declaração** ao presente Programa de Concurso.
2. Em substituição do documento previsto no n.º 4 do artigo 81.º do CCP, pode ser apresentado o certificado de inscrição no Registo Nacional de Pessoas Coletivas, a emitir por esta entidade, com todas as inscrições em vigor e que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações do contrato a celebrar.
3. O adjudicatário deve ainda entregar os seguintes documentos:
 - a) **Certidão permanente do registo comercial válida**, ou o código de acesso àquela;
 - b) Documento que indique os **técnicos ou órgãos técnicos** integrados na empresa, responsáveis pelo **controlo da qualidade nos refeitórios** afetos ao objeto do concurso, com comprovação de curso superior na respetiva área através de cópia certificado de habilitações e cópia de documento que comprove o vínculo laboral de cada trabalhador;
 - c) Documento que indique os **técnicos** integrados na empresa, **responsáveis pelos aspetos nutricionais de qualidade** nos refeitórios afetos ao objeto do concurso, com comprovação de curso superior na respetiva área através de cópia do certificado de habilitações e cópia de documento que comprove o vínculo laboral de cada trabalhador;
 - d) Cópia simples da prova da subscrição (apólice) e do recibo comprovativo atualizado do pagamento da apólice de **seguro de acidentes de trabalho**;
 - e) Prova da subscrição de um contrato ou de serviços internos na Área de Medicina, Higiene e Segurança no Trabalho e comprovativo de que se encontra em vigor;
 - f) Prova de subscrição de um seguro de **responsabilidade civil**, com o valor mínimo de 1.500.000,00 €, abrangendo todos os danos que se verifiquem no âmbito da prestação, pelo adjudicatário, do serviço a contratar (fotocópia simples da apólice de seguro, incluindo todas as condições aplicáveis, gerais, especiais e particulares, e do último recibo comprovativo do pagamento do respetivo prémio, que demonstre que o seguro se encontra válido à data da entrega da proposta e que o pagamento do respetivo prémio não se encontra em mora).
4. Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, entende-se:
 - a) Por restauração coletiva a prestação de serviços levada a cabo em refeitórios, messes ou afins, em que o prestador de serviços efetua, no mesmo local, a preparação, confeção e distribuição das refeições, com carácter de regularidade;
 - b) A restauração prestada em restaurantes em regime de serviço de lista não é considerada como restauração coletiva;
 - c) Não é considerado o fornecimento de refeições ou pratos confeccionados que consista apenas em venda de produtos, não associada a uma prestação de serviços;



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

- d) Não é considerado o simples catering, o qual consiste no fornecimento de refeições confeccionadas para eventos não regulares, esporádicos ou ocasionais, mesmo quando associado a uma prestação de serviços.
- 5. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
- 6. O prazo a conceder pela entidade adjudicante para supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos no disposto no n.º 2 artigo 86.º, é de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação.
- 7. Os documentos são apresentados através da plataforma eletrónica “acinGov” dentro do prazo fixado, sob pena de, não o sendo por facto que seja imputável ao adjudicatário, a adjudicação caducar.
- 8. No caso de a plataforma eletrónica “acinGov” se encontrar indisponível, e apenas nesta situação, para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 83.º do Código dos Contratos Públicos, os documentos de habilitação são enviados, para o seguinte endereço eletrónico dmed.de.dase@cm-lisboa.pt, com exclusão de qualquer outro.
- 9. Quando os documentos a que se referem os números que antecedem, se encontrarem disponíveis na Internet, pode o adjudicatário em substituição do modo de apresentação previsto no n.º 7, indicar à CML o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que o referido sítio e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

Artigo 26.º

Caução

- 1. Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações legais e contratuais, o adjudicatário presta caução, nos termos do disposto nos artigos 88.º e 89.º do Código dos Contratos Públicos.
- 2. A caução referida no número anterior deve ser prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado à ordem do Município de Lisboa, ou mediante garantia bancária ou seguro-caução, conforme os modelos constantes dos **Anexos V, VI e VII**.
- 3. Simultaneamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário para que este, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar daquele ato, preste a caução referida no artigo anterior, e comprove essa prestação junto da entidade adjudicante no dia imediatamente subsequente.
- 4. A entidade adjudicante pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, nos casos de não cumprimento das obrigações legais, contratuais ou pré-contratuais pelo adjudicatário.

Artigo 27.º

Outorga do contrato

- 1. A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 (trinta) dias úteis contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
 - a) Decorridos 10 (dez) dias úteis contados da data da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes;
 - b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

- c) Comprovada a prestação da caução, quando esta for devida, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos;
 - d) Confirmados os compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77 do Código dos Contratos Públicos.
2. O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, a data, a hora e o local em que ocorre a outorga do contrato.

Artigo 28.º

Impugnações administrativas

As impugnações administrativas dos atos pré-contratuais – decisões administrativas e peças do procedimento – são apresentadas na plataforma eletrónica de contratação pública “acinGov”.

Artigo 29.º

Prevalência

As normas do Convite prevalecem sobre quaisquer indicações constantes dos anúncios com elas desconformes.

Artigo 30.º

Despesas e Encargos

- 1. Constituem encargos dos concorrentes as despesas inerentes à elaboração das respetivas propostas.
- 2. São ainda por conta do adjudicatário, as despesas e encargos inerentes à prestação de caução, bem como, sendo o caso, dos emolumentos que forem devidos em processo de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 31.º

Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa de concurso aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Público e demais legislação complementar.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57º do CCP]

1 - (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ...(designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do Convite e caderno de encargos em anexo e o Caderno de Encargos que integra o Acordo Quadro, relativamente aos quais declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) ...

b) ...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (5)] (6);

c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] (9);

d) Tem a situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (11);

f) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21º do Decreto-Lei nº 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71º da Lei nº 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;

g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (12);

h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (13);

i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (14) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (15)] (16):

i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;

ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;

iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (17)].



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º.
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (10) Declarar consoante a situação.
- (11) Declarar consoante a situação.
- (12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (13) Declarar consoante a situação.
- (14) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (16) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (17) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

ANEXO II – DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1 — (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1), adjudicatário(a) no procedimento de , sob compromisso de honra , que a sua representada (2):

Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou de cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) (ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4) (5);

Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;

Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (7);

Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a Segurança Social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação em Portugal (ou no estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);

Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

2 — O declarante junta em anexo (ou indica como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9)) os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b) d) e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato ou concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

.....Local,.....Data,..... assinatura (11)



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

- 1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas.
- 2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular suprir a expressão “a sua representada”.
- 3) Indicar se, entretanto, ocorreu, a respetiva reabilitação.
- 4) Indicar se, entretanto, ocorreu, a respetiva reabilitação.
- 5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- 6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- 7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- 8) Declarar consoante a situação.
- 9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- 10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular suprir a expressão “a sua representada”.
- 11) Nos termos do disposto nos n.ºs. 4 e 5 do artigo 57.º.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

ANEXO III – MINUTA DE PROPOSTA

Nome..... (indicar: nome, estado, profissão e morada ou firma e sede), depois de ter tomado conhecimento do objeto do procedimento ..., a que se refere o anúncio publicado no, datado de de 2017, obriga-se a executar o referido fornecimento em conformidade com o Convite e caderno de encargos em anexo e o Caderno de Encargos que integra o Acordo Quadro, nas seguintes condições:

LOTE ... (indicar o lote)

Preços das refeições (de acordo com os limites máximos constantes da Cláusula 4.ª da Parte I do Caderno de Encargos anexo ao Convite):

Pequeno-almoço pelo preço unitário de € (por Algarismos e por extenso);

Almoço pelo preço unitário de € (por Algarismos e por extenso);

Lanche pelo preço unitário de € (por Algarismos e por extenso);

Às quantias supra acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Mais declara que renúncia a foro especial e se submete em tudo o que respeita à execução do contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor, e aceita como competente para dirimir qualquer conflito relacionado com a execução de tal contrato o Foro da Comarca de Lisboa com expressa renúncia de qualquer outro.

Data:

Assinatura:

Observações:

É redigida em português, sem rasuras, entrelinhas ou palavras riscadas, integralmente preenchida, assinada pelo proponente ou seu representante.

Apresentar o Modelo de Proposta para cada um dos lotes a que o concorrente concorre.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS LABORAIS, AMBIENTAIS E DE SEGURANÇA E NÍVEIS DE SERVIÇO

Nome..... (indicar: nome, estado, profissão e morada ou firma e sede), depois de ter tomado conhecimento do objeto do procedimento ..., a que se refere o anúncio publicado no, datado de de 2017, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se vincula a cumprir todas as disposições relativas ao cumprimento de normas laborais, de requisitos técnicos, ambientais e níveis de serviço previstas no Convite e caderno de encargos em anexo e o Caderno de Encargos que integra o Acordo Quadro, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

Data:

Assinatura:



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

ANEXO V – MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA

O Banco com sede em, pessoa coletiva n.º, matriculada na Conservatória de Registo Comercial de....., com o capital social de €.....(.....euros), presta a favor da Câmara Municipal de Lisboa (CML), garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de €..... (....euros), destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que a, assume por força da sua posição de adjudicatária e parte do contrato que com ela a Câmara Municipal de Lisboa (CML) vai outorgar e que tem por objeto o fornecimento, regulado nos termos da legislação em vigor.

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da Câmara Municipal de Lisboa (CML) sem que esta tenha que justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com a adjudicação ou com o contrato atrás identificados, ou com o cumprimento das obrigações que, assume com a celebração do respetivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

O presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciado, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável.

Data

Assinatura

Observação: Qualquer rasura deve ser ressalvada e as assinaturas dos Diretores, etc. são reconhecidas na qualidade em exercício.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

ANEXO VI – MODELO DE SEGURO - CAUÇÃO

A Companhia de Seguros, com sede em, pessoa coletiva n.º, matriculada na Conservatória de Registo Comercial de, com o capital social de (.....euros), presta a favor da Câmara municipal de Lisboa (CML), seguro caução autónomo, à primeira solicitação, no valor de(....euros), destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que a, assume por força da sua posição de adjudicatária e parte do contrato que com ela a Câmara Municipal de Lisboa (CML) vai outorgar e que tem por objeto o fornecimento, regulado nos termos da legislação em vigor.

A Companhia de Seguros obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da Câmara Municipal de Lisboa (CML) sem que esta tenha que justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com a adjudicação ou com o contrato atrás identificados, ou com o cumprimento das obrigações que, assume com a celebração do respetivo contrato.

A Companhia de Seguros deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por esta.

O presente seguro caução autónomo não pode em qualquer circunstância ser denunciado, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável.

Data

Assinatura

Observação: Qualquer rasura deve ser ressalvada e as assinaturas dos Diretores, etc. são reconhecidas na qualidade em exercício



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

ANEXO VII – MODELO DA GUIA DE DEPÓSITO

Euros..... €

Vai, residente (ou com escritório) em na depositar na(sede, filial, agência ou delegação) da (instituição) a quantia de (por extenso) (em dinheiro ou representada por) como depósito exigido pela sua qualidade de adjudicatário do Concurso Público N.º .../.../... para AQUISIÇÃO DE AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES, de harmonia com o disposto no Programa de Concurso e a notificação da adjudicação, ofício n.º datado dede de 20....

Este depósito fica à ordem do Município de Lisboa, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Data

Assinatura



DACM
Prop. n.º 386/2017
Pls. _____

CADERNO DE ENCARGOS

Fornecimento de refeições transportadas (catering) a jardins-de-infância e escolas básicas do 1º ciclo da rede pública da cidade de Lisboa.

Ao abrigo do Acordo Quadro de seleção de fornecedores de refeições escolares, promovido pela Área Metropolitana de Lisboa, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 252º, do Código dos Contratos Públicos.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação

Índice

CADERNO DE ENCARGOS.....	1
Índice.....	2
PARTE I.....	4
CLÁUSULAS JURÍDICAS	4
Cláusula 1. ^a - Objeto do Procedimento.....	4
Cláusula 2. ^a - Contrato.....	4
Cláusula 3. ^a - Prazo de Execução	5
Cláusula 4. ^a - Preço.....	5
Cláusula 5. ^a - Obrigações principais da Cocontratante.....	6
Cláusula 6. ^a - Local do Fornecimento de Refeições	6
Subsecção II	7
Cláusula 7. ^a - Representação	7
Subsecção III.....	7
Dever de sigilo	7
Cláusula 8. ^a - Prazo do dever de sigilo	7
Cláusula 9. ^a - Condições de Pagamento	8
Cláusula 10. ^a - Execução, Reforço e Liberação da Caução	8
Cláusula 11. ^a - Notificações, Informações e Comunicações	9
Cláusula 12. ^a - Resolução de Diferendos.....	9
Cláusula 13. ^a - Foro Competente.....	9
CLÁUSULAS TÉCNICAS	10
Cláusula 1. ^a - Âmbito de Aplicação	10
Cláusula 2. ^a - Requisitos do Fornecimento	10
Cláusula 3. ^a - Ementas	11
Cláusula 4. ^o - Composição da Ementa do Pequeno-Almoço e Lanche.....	12
Cláusula 5. ^a - Composição da Ementa do Almoço	13
Cláusula 6. ^a - Elaboração das Ementas dos almoços	13
Cláusula 7. ^a - Dietas.....	14
Cláusula 8. ^a - Refeição de recurso	15
Cláusula 9. ^a - Composição da Ementa de Piquenique	15
Cláusula 10. ^a - Afixação da Informação	16
Cláusula 11. ^a - Venda de Refeições	17
Cláusula 12. ^a - Encomenda de Refeições.....	17
Cláusula 13. ^a - Matéria-prima Alimentar.....	17
Cláusula 14. ^o - Preparação e Arrumação das Instalações	18
Cláusula 15. ^a - Instalações e Equipamentos.....	18
Cláusula 16. ^a - Consumíveis	19
Cláusula 17. ^a - Verificação da Execução e da Distribuição	19
Cláusula 18. ^a - Decisão após a Verificação.....	20
Cláusula 19. ^a - Controlo e Fiscalização	20
Cláusula 20. ^a - Higienização de Frutas e Legumes nos Refeitórios.....	21
Cláusula 21. ^a - Resíduos Sólidos Urbanos.....	21
Cláusula 22. ^a - Confeção de Alimentação para outros Fins.....	21
Cláusula 23. ^a - Pessoal Afeto e de Apoio aos Refeitórios Escolares	21
Cláusula 24. ^a - Formação do Pessoal Afeto e de Apoio aos Refeitórios Escolares	23
Cláusula 25. ^a - Ações de sensibilização para uma alimentação mais saudável.....	24
Cláusula 26. ^a - Fardamento	24



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação

Cláusula 27. ^a – Conflitos	24
ANEXO A – Grupos de Escolas.....	26
ANEXO B – Mapa Mensal do Fornecimento de Refeições	29
ANEXO C – Mapa Mensal do Fornecimento de Refeições na Interrupção Letiva.....	30
ANEXO D – Auto de Ocorrências no Fornecimento de Refeições Escolares	31
ANEXO F – Alimentação Vegetariana em Idade Escolar.....	35
ANEXO G – Manutenção e Reparação de Equipamentos	36
ANEXO H - Mapa de Pessoal	37



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação

PARTE I
CLÁUSULAS JURÍDICAS

Capítulo I
Disposições gerais

CLÁUSULA 1.ª - OBJETO DO PROCEDIMENTO

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto o fornecimento de refeições escolares, no sistema de refeições transportadas (catering - 2 lotes), para os alunos das Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e as crianças dos Jardins de Infância da Rede Pública do Município de Lisboa, conforme Anexo A - Grupos de Escolas, de acordo com o estipulado no presente Caderno de Encargos.
2. Em tudo o que não estiver previsto no presente caderno de encargos, aplica-se o constante no Caderno de Encargos que integra o Acordo Quadro.

CLÁUSULA 2.ª - CONTRATO

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os termos do suprimento dos erros e das omissões do Caderno de Encargos, identificados pelos concorrentes, e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pela Cocontratante.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 do presente Cláusula e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (doravante designado por CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, na redação que lhe foi dada pela Declaração de Retificação n.º 18-A/2008, de 28/03, pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de Abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de Dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de Julho e pelo Decreto-lei n.º 214-G/2015, de 2 de Outubro, e aceites pela Cocontratante nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação

CLÁUSULA 3.ª - PRAZO DE EXECUÇÃO

1. O fornecimento de refeições objeto do presente caderno de encargos tem a duração de um ano letivo (entre 1 de setembro e 31 de julho), ou a duração que medeie entre a data da assinatura do contrato (se posterior a 1 de setembro) e o dia 31 de julho do mesmo ano letivo, e considera-se automaticamente renovado por períodos sucessivos de um ano letivo, se nenhuma das partes se opuser, até ao limite máximo total de três anos letivos.
2. Durante a vigência do contrato, a Cocontratante fornece as refeições todos os dias úteis, conforme estabelecer o calendário escolar aprovado pelo Ministério da Educação, salvo nas escolas que forem objeto de obras de ampliação/remodelação e apetrechamento, nas quais os períodos de fornecimento são comunicados pelo Município de Lisboa com a antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis à Cocontratante.
3. Durante o período de interrupção letiva, nas Escolas e Jardins de Infância em que decorram atividades, a Cocontratante obriga-se a fornecer as refeições necessárias. Neste período, prevê-se que o número de refeições possa sofrer uma redução relativamente ao global concursado, sendo que o fornecimento de refeições é realizado a solicitação do Município de Lisboa, que comunica à Cocontratante com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.
4. O contrato mantém-se em vigor durante o período a que diga respeito e até à conclusão dos serviços em conformidade com os termos e as condições estabelecidos no presente Caderno de Encargos e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.
5. Não é efetuado qualquer pagamento ao Cocontratante antes de obtido o visto prévio do Tribunal de Contas nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 45º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na redação em vigor e sem que aquele pague os devidos emolumentos.

CLÁUSULA 4.ª - PREÇO

1. Para efeito do disposto no n.º 1 do artigo 47.º do CCP, os **preços unitários máximos** que o Município de Lisboa se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto do presente procedimento, para os lotes 2 e 3, são os seguintes:

	Pequeno-almoço	Almoço	Lanche
Lote 2 Fornecimento e distribuição de refeições escolares através do método de <i>Cook-Chill</i>	0,35 €	2,15 €	0,35 €
Lote 3 Fornecimento de refeições escolares transportadas a quente, com recurso a utensílios inox ou palamenta descartável para efeitos a distribuição	0,35 €	2,55 €	0,35 €

2. O preço do serviço prestado corresponde ao produto do preço unitário por pequeno-almoço e/ou almoço e/ou por lanche, respetivamente, pela quantidade pequenos-almoços e/ou de almoços e/ou lanches, encomendados e devidamente comprovados.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

Departamento de Educação

3. Os preços unitários para o pequeno-almoço, almoço e lanche, devem ter em consideração uma estimativa de 282 dias de serviço, prevendo-se uma redução em pelo menos de 25% das refeições nos meses de março, setembro e dezembro, e pelo menos 50% no mês de julho.
4. A quantidade previsível de refeições/dia a fornecer a cada uma das Escolas e Jardins de Infância referidas no número anterior é a constante no **Anexo A - Grupos de Escolas**.
5. As quantidades previsíveis apresentadas no **Anexo A - Grupos de Escolas** representam perspetivas de consumo, não estando o Município de Lisboa vinculado à compra total das mesmas.

Capítulo II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações da Cocontratante

Subsecção I

Disposições gerais

CLÁUSULA 5.ª - OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DA COCONTRATANTE

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos, no Caderno de Encargos que integra o Acordo Quadro ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorre para a Cocontratante a obrigação de fornecer refeições, no sistema de refeições transportadas (catering), para os alunos das Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e Jardins de Infância da Rede Pública do Município de Lisboa, conforme **Anexo A – Grupos de Escolas**, de acordo com o estipulado no Caderno de Encargos.
2. O número de refeições (pequeno-almoço, almoço e lanche) servidas é registado pelo representante do Município e da Cocontratante no **Anexo B – Mapa Mensal do Fornecimento de Refeições e/ou Anexo C – Mapa Mensal do Fornecimento de Refeições na Interrupção Letiva**, do presente Caderno de Encargos e enviado ao Município de Lisboa até ao 5.º (cinco) dia útil do mês seguinte àquele a que respeita.
3. Na situação do estabelecimento de ensino ter duas valências (EB/JI), é obrigatório preencher o **Anexo B – Mapa Mensal do Fornecimento de Refeições e/ou Anexo C – Mapa Mensal do Fornecimento de Refeições na Interrupção Letiva**, quer para o registo das refeições dos alunos da EB quer para o registo das refeições das crianças do JI, em separado.
4. No caso de utilização de cartão magnético e/ou de registo informático o Município de Lisboa procede à conferência das refeições com base nos relatórios de registo emitidos pelas Escolas, ou pelo número de refeições registadas no suporte informático.
5. O número de refeições vendidas (senhas ou cartões) serve apenas para cálculo da Cocontratante, não se traduzindo em refeições servidas.

CLÁUSULA 6.ª - LOCAL DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES

1. O fornecimento de refeições é efetuado nos refeitórios das Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e Jardins de Infância da Rede Pública da cidade de Lisboa, geridos pelo Município de Lisboa, conforme **Anexo A – Grupos de Escolas**, ou noutros locais a indicar pelo Município de Lisboa (nomeadamente por motivos de visitas de estudos, períodos de interrupção letiva, entre outros).



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

Departamento de Educação

2. As Escolas e os Jardins de Infância, constantes no **Anexo A – Grupos de Escolas**, são meramente indicativas, podendo ser alterados, acrescentados ou reduzidos, estando o Cocontratante obrigado a manter as condições do fornecimento, nomeadamente por motivos de:
- a) Obras nos refeitórios e/ou nas Escolas ou Jardins de Infância;
 - b) Interdição da utilização dos refeitórios e/ou Escola ou Jardim de Infância;
 - c) Interrupções letivas;
 - d) Delegação legal ou contratual da competência para gerir refeitórios escolares noutra entidade.
3. Para efeitos do disposto nos números anteriores, o Município de Lisboa notifica o Cocontratante, por escrito, com a antecedência mínima de 20 (vinte) dias relativamente à verificação da alteração, salvo se por imperiosa razão de interesse público tal prazo tenha que ser reduzido, não podendo o Cocontratante reclamar ou exigir qualquer indemnização.

Subsecção II

Fiscalização dos serviços

CLÁUSULA 7.ª - REPRESENTAÇÃO

1. O Município de Lisboa informa o Cocontratante, no início do serviço, qual o seu representante em cada refeitório.
2. No início da prestação do serviço, em cada refeitório, o Cocontratante informa, por escrito, o Município de Lisboa quais os seus representantes, indicando:
 - a) Nomes e respetivas categorias dos funcionários/trabalhadores responsáveis em cada uma das unidades/refeitórios;
 - b) Nomes e respetivas categorias dos funcionários/trabalhadores adstritos a cada área/zona.
3. A eventual substituição dos representantes de ambas as partes é comunicada, por escrito, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da mesma.
4. O disposto no presente Cláusula não prejudica o acesso à unidade/refeitório por outros trabalhadores do Município, nomeadamente em sede de fiscalização.

Subsecção III

Dever de sigilo

CLÁUSULA 8.ª - PRAZO DO DEVER DE SIGILO

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 10 (dez) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação
Secção II

Obrigações do Contraente Público

CLÁUSULA 9.ª - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. Pela execução das prestações que integram o objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Lisboa responsabiliza-se pelo pagamento da totalidade do valor das refeições encomendadas e devidamente comprovados, às crianças pertencentes aos escalões A e B e com Necessidade Educativas Especiais (NEE).
2. Relativamente às crianças pertencentes ao escalão C, o Município de Lisboa apenas suporta o valor correspondente à diferença entre o preço unitário da refeição contratualizado e o valor máximo da refeição fixado anualmente pelo Ministério da Educação, o qual é suportado pelos encarregados de educação.
3. O Município de Lisboa apenas suporta o custo dos pequenos-almoços e dos lanches servidos às crianças pertencentes aos escalões A e B e com Necessidade Educativas Especiais.
4. O custo dos pequenos-almoços e dos lanches servidos às crianças do escalão C é suportado integralmente pelos respetivos encarregados de educação.
5. O pagamento faz-se em prestações mensais, cada uma delas no valor correspondente ao das refeições encomendadas no mês a que respeita.
6. Por cada prestação é emitida uma única fatura, cujo valor corresponde à quantidade de refeições encomendadas multiplicada pelos respetivos preços unitários adjudicados, nos termos do n.º 2 da cláusula 5ª da Parte I (Cláusulas Jurídicas) do presente Caderno de Encargos.
7. O prazo de pagamento é de 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da fatura, com aceitação e parecer favorável dos serviços.
8. As faturas são emitidas em nome da Câmara Municipal de Lisboa, Direção Municipal de Finanças, Departamento de Contabilidade, sito no Edifício Central do Município, Campo Grande n.º 25 - 8º Piso, Bloco A, 1749 - 099 Lisboa, onde consta obrigatoriamente o Número de Compromisso, sob pena de devolução das mesmas.
9. As faturas são obrigatoriamente acompanhadas pelos **Anexo B – Mapa Mensal do Fornecimento de Refeições e/ou Anexo C – Mapa Mensal do Fornecimento de Refeições na Interrupção Letiva**, devidamente preenchidos e validados com a respetiva assinatura e carimbo do representante do Município, onde consta designadamente os seguintes elementos:
 - a) O número de refeições encomendadas, em cada dia, por Escola ou Jardim de Infância;
 - b) O número de alunos, em cada dia, e respetivos escalões.

Capítulo III

Sanções contratuais e resolução

CLÁUSULA 10.ª - EXECUÇÃO, REFORÇO E LIBERAÇÃO DA CAUÇÃO

1. A caução prestada pela Cocontratante para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos previstos no Convite, pode ser executada pelo Município de Lisboa, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pela



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

Departamento de Educação

Cocontratante das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento das sanções previstas no presente caderno de encargos, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.

2. O disposto no número anterior não é prejudicado pela eventual resolução do contrato pelo Município de Lisboa.
3. A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui a Cocontratante na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 15 (quinze) dias após ter sido notificada para esse efeito.
4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do CCP.

Capítulo IV

Disposições finais

CLÁUSULA 11.ª - NOTIFICAÇÕES, INFORMAÇÕES E COMUNICAÇÕES

As notificações, informações e comunicações a enviar por qualquer das partes (Município de Lisboa e Cocontratante) são efetuadas, por escrito, com clareza, para que o destinatário fique ciente da respetiva natureza e conteúdo, as quais são dirigidas para os seguintes endereços eletrónicos:

- a) Município de Lisboa: DE/DASE – dmed.de.dase@cm-lisboa.pt
- b) Cocontratante: a indicar no contrato.

CLÁUSULA 12.ª - RESOLUÇÃO DE DIFERENDOS

Os diferendos surgidos, na fase de verificação das refeições fornecidas, entre o representante do Município de Lisboa, ou da Escola ou Jardim de Infância, e a Cocontratante, ou o seu representante, são resolvidos nos seguintes termos:

- a) Se o diferendo incidir sobre aspetos quantitativos ou qualitativos das refeições a servir nesse mesmo dia, a decisão a tomar compete ao Município de Lisboa, a qual é imediatamente comunicada por aquele à Cocontratante;
- b) Se o diferendo incidir sobre produtos não destinados a consumo imediato, pode recorrer-se aos organismos com competência específica na matéria;
- c) Em qualquer dos casos, e se o diferendo incidir sobre rejeição de produtos, por não cumprimento da legislação do setor alimentar em vigor, nomeadamente o Regulamento (CE) n.º 852/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril, e o Regulamento (CE) n.º 178/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro, o Cocontratante pode reclamar para o Município de Lisboa num prazo não superior a 24 horas, para o que apresenta prova dos factos invocados;
- d) O Município de Lisboa dá conhecimento da sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis. Decorrido aquele prazo sem que tenha havido qualquer comunicação, entende-se que foram aceites as justificações apresentadas pela Cocontratante.

CLÁUSULA 13.ª - FORO COMPETENTE

Para as questões emergentes do contrato é competente o Tribunal Administrativo de Circulo de Lisboa.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação

PARTE II
CLÁUSULAS TÉCNICAS

CLÁUSULA 1.ª – ÂMBITO DE APLICAÇÃO

1. O número estimado de refeições objeto do presente caderno de encargos é a constante do **Anexo A – Grupos de Escolas**.
2. As quantidades estimadas apresentadas no **Anexo A – Grupos de Escolas** representam perspectivas de consumo, não estando o Município de Lisboa vinculado à compra total das mesmas, apenas sendo devido o preço correspondente à aplicação dos preços unitários às quantidades encomendados e devidamente comprovados.
3. A Cocontratante assegura também o fornecimento de:
 - a) Uma refeição de prova a disponibilizar obrigatoriamente ao representante do Município de Lisboa, não sendo paga pelo Município qualquer quantia relativa a este fornecimento;
 - b) Refeições aos adultos/agentes educativos que desejem, mediante encomenda prévia, não sendo, salvo indicação expressa em contrário, paga pelo Município de Lisboa qualquer quantia relativa a este fornecimento;
 - c) Outras refeições, a título excecional e esporádico, mediante encomenda prévia do Município de Lisboa, nomeadamente decorrentes de:
 - i) Presença de alunos de outros municípios ou outros países nas escolas objeto do presente caderno de encargos (como sejam atividades desportivas, intercâmbios, concertos ou outras);
 - ii) Participação dos alunos das escolas objeto do presente caderno de encargos em eventos, como sejam comemorações municipais ou nacionais, concertos, atividades desportivas ou outras.
4. Considerando as diferentes tipologias de refeições a fornecer no âmbito do presente caderno de encargos, a Cocontratante é responsável, nomeadamente por:
 - a) Disponibilização de recursos humanos de acordo com as exigências definidas nos rácios e as necessidades identificadas por Escola ou Jardim de Infância, para:
 - i) Preparação e empratamento de refeições;
 - ii) Acompanhamento e vigilância dos alunos;
 - iii) Receção da refeição quando transportada;
 - iv) Higienização e manutenção da cozinha, do refeitório e copa, bem como todas as tarefas e materiais necessários à higienização;
 - b) Distribuição, manutenção e transporte das refeições garantindo a qualidade das mesmas, bem como as condições higio-sanitárias previstas no presente caderno de encargos e demais legislação em vigor;
 - c) Fornecimento de material de higienização para todos os refeitórios objeto do presente caderno de encargos;
 - d) Disponibilização do equipamento necessário em cada unidade/refeitório.

CLÁUSULA 2.ª – REQUISITOS DO FORNECIMENTO



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação

As refeições transportadas são obrigatoriamente conservadas, até ao momento do seu consumo, a temperaturas de que não possam resultar riscos para a saúde.

CLÁUSULA 3.ª – EMENTAS

1. As refeições são confeccionadas com alimentos em perfeito estado sanitário, de boa qualidade, respeitando as boas técnicas de confeção e a legislação em vigor, bem como as orientações do Ministério da Educação.
2. Deve ser disponibilizada ementa vegetariana, durante todo o período contratual, aos alunos que não consomem produtos de origem animal, em cumprimento do disposto na Lei n.º 11/2017, de 17 de abril. O início bem como o termo do fornecimento da opção vegetariana dependem de apresentação de declaração dos respetivos encarregados de educação.
3. Na definição das ementas são observados os princípios e as regras para uma alimentação saudável, nomeadamente as constantes do **Anexo E - Circular n.º 3/DSEEEAS/DGE/2013**, ou outra que a venha a substituir e demais legislação em vigor respeitante à natureza dos alimentos autorizados, à composição das ementas, às capitações dos alimentos e à quantidade de sal utilizado. No caso das ementas vegetarianas, as mesmas devem respeitar as diretrizes do documento **Alimentação Vegetariana em Idade Escolar** publicado pela Direção-Geral de Saúde (DGS), constante do **Anexo F**.
4. Os alimentos que não constam dos **anexos E e F** referidos no número anterior (que contém a lista de alimentos autorizados e respetiva capitação de alimentos), não podem ser utilizados na composição da ementa, salvo aqueles que sejam considerados equivalentes aos alimentos autorizados e desde que previamente aprovado pelo Município de Lisboa.
5. A Cocontratante fornece pequenos-almoços, almoços e lanches de acordo com dietas específicas por motivos de ordem médica ou religiosa, quando para tal atempadamente solicitado.
6. A Cocontratante garante que os alunos que assim desejarem possam repetir qualquer dos componentes da refeição, sem encargos para o Município de Lisboa. Para o efeito a empresa deve ter disponível mais 3 refeições nos estabelecimentos de ensino com menos de 200 refeições e 5 nos estabelecimento de ensino com mais de 200.
7. Todas as ementas (pequeno-almoço, almoço e lanche e vegetariana) são obrigatoriamente afixadas, até ao último dia do mês anterior a que dizem respeito, devendo indicar os dias, meses e ano a que respeitam, identificando o Tipo de Ementa, quando não seja a geral (biológica, étnica, festividades, ou outra).
8. As ementas a utilizar no fornecimento são as propostas pelo Cocontratante, devendo repetir-se por períodos sucessivos de 5 (cinco) semanas.
9. Sem prejuízo do número anterior o Município de Lisboa pode apresentar alterações às ementas.
10. A Cocontratante pode propor alterações nas ementas, as quais são submetidas obrigatoriamente à aprovação do Município de Lisboa:
 - a) As mesmas são enviadas com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias;
 - b) As ementas só podem ser afixadas nas Escolas e Jardins de Infância após aprovação pelo Município de Lisboa.
11. O Município de Lisboa prevê que durante a execução do contrato, e/ou sempre que seja solicitado pelas Escolas e Jardins de Infância, com a respetiva aprovação do Município de Lisboa, possam ser servidos os seguintes tipos de ementas: Ementas Étnicas, (africanas, ciganas, chinesas, ucranianas, ou outras), Ementas para Festividades (Natal, Carnaval, Páscoa, Santos Populares, S. Martinho e Festa Final de Ano Letivo, visitas de estudo ou outros), outras ementas (biológicas ou outras).



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação

12. Quaisquer alterações propostas pelo Município de Lisboa às ementas previstas no presente Cláusula não implicam qualquer alteração do valor unitário da refeição, ficando a Cocontratante obrigada a proceder às referidas alterações.
13. As ementas previamente afixadas na Escola ou Jardim de Infância não podem ser alteradas sem aprovação do Município de Lisboa, com 72 (setenta e duas) horas de antecedência.
14. Todas as ementas a serem servidas no âmbito do contrato são acompanhadas pelas respetivas fichas técnicas, a arquivar na unidade, com indicação da composição da refeição, do tipo de confeção, da capitação de toda a matéria-prima utilizada (incluindo quantidade de sal, gordura e outros temperos), do valor calórico total e da contribuição calórica dos macronutrientes na refeição (gordura, proteína e hidratos de carbono).
15. As alterações às ementas solicitadas pela Cocontratante devem ser equivalentes às ementas propostas ao abrigo do Artigo 19.º do Convite.

CLÁUSULA 4.º – COMPOSIÇÃO DA EMENTA DO PEQUENO-ALMOÇO E LANCHE

1. Durante o ano letivo a Cocontratante fornece pequenos-almoços e lanches em todos as Escolas e Jardins de Infância que constam do **Anexo A - Grupos de Escolas** e **Anexo F - Alimentação Vegetariana em Idade Escolar**.
2. O fornecimento de pequenos-almoços ocorre no período compreendido entre as 8h15 e as 9h00.
3. O fornecimento dos lanches ocorre no período da tarde compreendido entre o fim do tempo letivo e o início das atividades de enriquecimento curricular.
4. Os pequenos-almoços e lanches são compostos de forma equilibrada e harmoniosa, devendo ter obrigatoriamente a seguinte composição:
 - a) Diariamente 1 pão de mistura ($\geq 45g$), servido alternadamente, no seu interior, com manteiga, doce, fiambre (preferencialmente de aves) ou queijo, e no caso dos alunos vegetarianos segundo as indicações do **Anexo F - Alimentação Vegetariana em Idade Escolar**
 - b) Diariamente 1 pacote de leite meio gordo UHT (200ml) ou 1 iogurte meio gordo natural ou de aromas (de peso líquido nunca inferior a 125g), servidos de forma alternada. Em caso de alunos intolerantes à lactose estes produtos são obrigatoriamente substituídos por produtos de origem vegetal
 - c) Duas vezes por semana 1 peça de fruta da época, a juntar ao pão e laticínio previstos, sempre diferente da fruta servida ao almoço;
5. É permitido apenas uma única vez por semana a substituição de um laticínio por 1 pacote de sumo 100% fruta.
6. É permitido apenas uma única vez por semana a substituição de 1 sandes por 1 dose individual de bolachas tipo maria (5 unidades).
7. O plano de ementa previsto para o pequeno-almoço e lanche nunca deve ser coincidente.
8. A distribuição do iogurte ao lanche nunca deve coincidir quando o mesmo é fornecido ao almoço.
9. Os alimentos respeitam a Lista de Alimentos Autorizados, constante no **Anexo E - Circular n.º 3/DSEEAS/DGE/2013** e o **Anexo F - Alimentação Vegetariana em Idade Escolar** ou outras que as venham substituir.
10. O transporte e o acondicionamento são adequados aos tipos de alimentos, de forma a garantir a sua segurança, conservação e higiene, nomeadamente as sandes são acondicionadas



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação

individualmente. O momento da sua preparação nunca pode anteceder mais de duas horas o consumo.

11. A palamenta que acompanha os lanches, é sempre em material descartável.
12. Antes do início do serviço de refeições nas Escolas e Jardins de Infância, a Cocontratante indica ao Município de Lisboa o plano de ementa do pequeno-almoço e lanche sujeito a aprovação.
13. A Cocontratante fica obrigada a afetar, a cada Escola ou Jardim de Infância, pessoal destinado à preparação e distribuição dos pequenos-almoços e lanches.
14. Para o apoio aos alunos, com objetivo de incentivar o consumo do pequeno-almoço, a Cocontratante fica ainda obrigado a respeitar o rácio mínimo de 1 (uma) pessoa para cada 30 (trinta) alunos.

CLÁUSULA 5.ª – COMPOSIÇÃO DA EMENTA DO ALMOÇO

A composição da ementa diária deve obedecer ao disposto no **Anexo E - Circular n.º 3/DSEEAS/DGE/2013**, ou outra que a venha substituir, e no **Anexo F - Alimentação Vegetariana em Idade Escolar**,

CLÁUSULA 6.ª – ELABORAÇÃO DAS EMENTAS DOS ALMOÇOS

Na elaboração das ementas privilegia-se uma alimentação equilibrada e diversificada, pelo que são tomados em conta os seguintes aspetos:

- a) A ementa é elaborada tendo sempre em conta as especificidades constantes no **Anexo E - Circular n.º 3/DSEEAS/DGE/2013**, ou outra que a venha substituir, **Anexo F - Alimentação Vegetariana em Idade Escolar**,
- b) A ementa é acompanhada obrigatoriamente pela ficha técnica, a arquivar na unidade em pasta própria;
- c) As refeições fornecidas nos refeitórios escolares devem estar isentas de alimentos transgénicos;
- d) Os alimentos que não constem do **Anexo E - Circular n.º 3/DSEEAS/DGE/2013** ou do **Anexo F - Alimentação Vegetariana em Idade Escolar**, só podem ser utilizados na composição da ementa após aprovação da Município de Lisboa;
- e) Componentes da ementa:

Para além do disposto nos n.ºs 3 e 4 do Anexo E – Circular n.º 3/DSEEAS/DGE/2013, ou outra que a venha a substituir, ou **Anexo F - Alimentação Vegetariana em Idade Escolar**, a refeição deverá ser constituída por:

Sopa:

- No mínimo por quatro variedades diferentes de produtos hortícolas;
- A batata a utilizar na confeção da sopa deve ser em natureza;
- Oferta de sopa com leguminosas (obrigatório pelo menos 5 vezes no período de 5 semanas)
- Diversidade de sopas à base de hortícolas e/ou leguminosas no período proposto (obrigatório pelo menos 15 diferentes no período de 5 semanas)

Prato:

- Obrigatória a oferta alternada diária da principal fonte proteica – carne e peixe ou de origem vegetal, no período de 5 semanas;
- Oferta de pescado em proporção igual ou superior à de carne no período de 5 semanas;



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação

- Oferta de carne branca (obrigatória pelos menos 5 vezes no período de 5 semanas)
- No caso das ementas vegetarianas o prato deve conter sempre uma fonte proteica de origem vegetal
- Não é permitido haver repetição de pratos mais do que duas vezes no plano de ementas para as 5 semanas;
- A oferta de alimentos fritos ou pré-fritos é proibida ser superior a 2 vezes no período de 5 semanas;
- A carne e o peixe a disponibilizar devem estar livres de peles e gorduras visíveis;
- O fornecimento de peixe gordo deve realizar-se uma vez por semana;
- Pode-se incluir o ovo como principal fonte proteica e este deve substituir preferencialmente a carne;
- As leguminosas devem constar nas ementas uma vez por semana e não coincidir com o fornecimento de leguminosas na sopa;
- Alimentos como salsichas, fiambre e similares, produtos enlatados, molhos de fabricação industrial e natas, são proibidos mais que 2 vezes no período de 5 semanas;
- Os produtos hortícolas e os acompanhamentos fornecedores de hidratos de carbono não são repetidos em dois dias consecutivos;
- É expressamente proibida na confeção dos pratos a utilização de bebidas alcoólicas e/ou com cafeína;
- Os produtos hortofrutícolas utilizados são preferencialmente resultantes de uma produção biológica e respeitar a disponibilidade sazonal.

Sobremesa:

- Constituída diariamente por fruta em natureza, respeitando uma distribuição equitativa semanal, não devendo ser repetida o mesmo tipo de fruta em 2 dias seguidos (exemplo: maçã *golden* e maçã *starking*);
- A fruta fornecida deve respeitar a disponibilidade sazonal;
- A oferta diária diferenciada de fruta em natureza, privilegiando a sazonalidade (no mínimo 3 variedades no período de 5 semanas);
- Só é permitido no máximo uma vez por semana o fornecimento de sobremesas/doces. Deve ser dada preferência às sobremesas/doces cujos ingredientes utilizados são à base de produtos lácteos e/ou fruta ou hortícolas e eventualmente com adição de frutos desidratados e gordos (exemplo: leite creme, aletria, arroz doce, tarte de maçã). São utilizadas e/ou adaptadas receitas com baixo teor em açúcar e lípidos;
- O fornecimento de doce deve ocorrer preferencialmente em dias em que seja fornecido peixe;

CLÁUSULA 7.ª – DIETAS

1. Sempre que seja solicitado pela Escola ou Jardim de Infância são servidas dietas, mas apenas nos casos enunciados nos números seguintes.
2. Podem existir dietas por razões de ordem médica (alergias, etc.) as quais são obrigatoriamente acompanhadas pelo respetivo relatório médico. Este relatório é entregue pelo encarregado de educação na Escola ou Jardim de Infância, onde fica uma cópia arquivada e o original é entregue à Cocontratante.
3. Podem existir dietas por motivos de ordem religiosa, que são acompanhadas por declaração assinada pelo encarregado de educação. Esta declaração é entregue na Escola ou Jardim de Infância, onde fica arquivada uma cópia que é entregue à Cocontratante.
4. Para os casos referidos no número anterior a Cocontratante fica obrigada a enviar para o Município de Lisboa as refeições a serem servidos no plano de ementas, bem como as respetivas



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação

fichas técnicas, a que se refere o Cláusula 3.^a da Parte II (Cláusulas Técnicas) do presente Caderno de Encargos.

5. Para efeitos do disposto no n.º 2 do presente Cláusula, a Cocontratante deve igualmente servir, nomeadamente, as seguintes dietas:
 - a) Dieta hipolipídica de ingredientes de fácil digestão e que se destina às crianças que sofram no máximo por 5 dias de intolerâncias gastrointestinais passageiras. Esta dieta é composta por sopa, prato constituído por uma fonte proteica de origem animal ou vegetal, acompanhamentos fornecedores de hidratos de carbono e sobremesa compatíveis com este tipo de intolerâncias. Os pequenos-almoços e lanches também são conformes com a dieta. A Cocontratante assegura a variedade nos alimentos fornecidos.
 - b) Dieta destinada a alunos que perante prescrição médica necessitem de alimentação especial, em todo o ano letivo ou por períodos superiores a 5 dias úteis. Nestes casos, por serem de maior complexidade, a ementa é elaborada pelo nutricionista/dietista da Cocontratante de acordo com as indicações dos profissionais de saúde que acompanham o caso. É o técnico da Cocontratante que é igualmente responsável pela correta aplicação da prescrição.
6. A Cocontratante fica obrigada a fornecer, diariamente, a dieta referida na alínea a) do n.º 5 do presente Cláusula, sempre que qualquer criança necessite de uma dieta específica por se registar algum tipo de intolerância gastrointestinal de véspera. Assim nas Escolas e Jardins de Infância a encomenda das mesmas deve ser até às 10 (dez) horas do próprio dia.
7. Para além do estipulado no número anterior, a Cocontratante fica obrigada a fornecer duas refeições de dieta adicionais ao total das refeições encomendadas, sem encargos para o Município de Lisboa, para situações inesperadas.

CLÁUSULA 8.ª – REFEIÇÃO DE RECURSO

1. No refeitório estão obrigatoriamente armazenadas refeições de recurso que não necessitem de ser aquecidas, que são servidas no caso de se verificar alguma eventualidade que obste ao fornecimento da refeição prevista para o dia, não alterando o plano de ementas definido para o mês e aprovado pelo Município de Lisboa. Esta refeição é composta por prato principal e fruta, respeitando as capitações exigidas na lista de Capitações dos Alimentos e Lista de Alimentos Autorizados que constam no **Anexo E - Circular n.º 3/DSEEAS/DGE/2013**, ou outra que a venha substituir e **Anexo F - Alimentação Vegetariana em Idade Escolar**. Os produtos alimentares enlatados são de abertura fácil.
2. No caso de ocorrerem situações pontuais de falta de abastecimento de água, de eletricidade e/ou gás, por mais de dois dias seguidos, a ementa da refeição de recurso não deverá ser repetida.

CLÁUSULA 9.ª – COMPOSIÇÃO DA EMENTA DE PIQUENIQUE

1. A Cocontratante fornece as refeições no âmbito das visitas de estudo e outras atividades que eventualmente venham a ser realizadas no exterior das Escolas e Jardins de Infância, mediante solicitação prévia do Município de Lisboa, com antecedência atempada, com recurso a dois tipos de ementas de piquenique, com a seguinte composição e respeitando as capitações exigidas na Lista de Capitações dos Alimentos e Lista de Alimentos Autorizados que constam no **Anexo E - Circular n.º 3/DSEEAS/DGE/2013**, ou outra que a venha substituir e **Anexo F - Alimentação Vegetariana em Idade Escolar**:
 - a) A composição da ementa n.º 1 (meio dia - almoço) é a seguinte:



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

Departamento de Educação

- 1 pão de mistura com fatias de queijo flamengo ou de paio do lombo, embrulhados individualmente para cada lanche em papel aderente;
 - 1 fruta da época lavada e desinfetada (pronta-a-consumir);
 - 1 iogurte de aroma ou 1 pacote de sumo 100% fruta com palhinha ou 1 lacticínio de origem vegetal;
 - 1 dose individual de bolachas tipo maria (5 unidades) ou tipo torrada (5 unidades) ou água e sal (5 unidades);
 - 0,5 L de água engarrafada.
- b) A composição da ementa n.º 2 (dia completo - almoço e lanche) é a seguinte:
- 1 pão de mistura, com fatias de queijo flamengo embrulhadas individualmente para cada lanche em papel aderente;
 - 1 pão de mistura, com fatias de paio do lombo ou alternativa vegetariana embrulhadas individualmente para cada lanche em papel aderente;
 - 2 peças de fruta da época lavadas e desinfetadas (pronta-a-consumir);
 - 1 iogurte de aroma ou 1 lacticínio de origem vegetal;
 - 1 pacote de sumo 100% fruta com palhinha;
 - 1 dose individual de bolachas tipo maria (5 unidades) ou tipo torrada (5 unidades) ou água e sal (5 unidades);
 - 0,50 L de água engarrafada.
2. É permitida a introdução de outros alimentos nas ementas de piquenique desde que previamente aprovados pelo Município de Lisboa (exemplo: hambúrguer de carne de aves, queque, bolo de cenoura, batatas fritas) e desde que sejam assegurados o acondicionamento e transporte adequados ao tipo de alimentos, de forma a garantir a sua segurança, conservação e higiene e respeitem as orientações do Ministério da Educação.
3. A ementa de piquenique é selecionada pela Escola/ Jardim de Infância em conformidade com a duração da saída para o exterior e as necessidades alimentares das crianças. Essa decisão tem de ser comunicada/encomendada à Cocontratante atempadamente pela Escola/Jardim de Infância. A desmarcação desta ementa deve ser efetuada com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, exceto ao fim de semana.
4. No caso de fornecimento de ementas de piquenique, o preço praticado por refeição servida nos termos da alínea b) do n.º 3 do Cláusula 1.º da Parte II (Cláusulas Técnicas) do presente Caderno de Encargos deve ser igual ao proposto pelo Cocontratante para os alunos.

CLÁUSULA 10.ª – AFIXAÇÃO DA INFORMAÇÃO

1. A Cocontratante afixa obrigatoriamente a seguinte informação, em local a acordar com o representante do Município de Lisboa:
 - a) Ementa mensal (pequeno-almoço, almoço e lanche);
 - b) Preço do pequeno-almoço, do almoço e do lanche;
 - c) Horário de venda de refeições, indicando a data limite para pagamento das refeições.
2. A ficha com a indicação das ementas mensais é afixada em um ou mais locais bem visíveis para os alunos, pais e encarregados de educação, docentes e pessoal não docente, bem como



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação

divulgada noutros meios de comunicação que o Agrupamento de Escolas entenda por conveniente.

3. A ficha referida no número anterior descreve de forma explícita a composição das refeições:
- Sopa;
 - Tipo de carne ou peixe ou alternativa vegetariana e respetivo acompanhamento;
 - Tipo de legumes ou salada;
 - Tipo de fruta/Sobremesa.

CLÁUSULA 11.ª – VENDA DE REFEIÇÕES

1. A venda de refeições (pequenos-almoços, almoços e lanches) é da inteira responsabilidade da Cocontratante, devendo efetuar-se pelo menos uma vez por semana, em cada Escola e Jardim de Infância, ajustada ao horário de funcionamento da mesma e à disponibilidade dos encarregados de educação.
2. Findo o período de venda de refeições (alunos não comparticipados/ parcialmente comparticipados), a Cocontratante obrigatoriamente fornece os dados referentes às refeições diárias a fornecer aos alunos desse(s) escalão(ões), de acordo com a venda realizada, ao Município de Lisboa.
3. Caso o sistema seja o cartão magnético da Escola ou Jardim de Infância, a Escola/Jardim de Infância deve remeter ao Município de Lisboa o respetivo relatório mensal.

CLÁUSULA 12.ª – ENCOMENDA DE REFEIÇÕES

1. A encomenda e desmarcação dos pequenos-almoços devem ser efetuadas pela Escola/Jardim de Infância, à Cocontratante até às 15h da véspera.
2. No sistema de refeições transportadas com ligação quente, a encomenda das refeições (pequenos-almoços, almoços e lanches) faz-se de véspera, exceto ao fim de semana, e a sua entrega faz-se no dia em que são consumidas, até às 11h30 horas, ou outra hora a combinar com a Escola/Jardim de Infância.
3. No sistema de refeições transportadas com ligação frio, a encomenda das refeições (pequenos-almoços, almoços e lanches) realiza-se com 48 horas de antecedência, e a sua entrega faz-se no máximo com 24 horas de antecedência, exceto ao fim de semana (72 horas).
4. O número de refeições (pequenos-almoços, almoços, lanches e piqueniques) encomendados é registado pela Escola/Jardim de Infância e pela Cocontratante no **Anexo B – Mapa Mensal do Fornecimento de Refeições e/ou Anexo C – Mapa Mensal do Serviço de Refeitório na Interrupção Letiva** e enviado ao Município de Lisboa até ao 5.º (quinto) dia útil de cada mês.
5. Na eventualidade de se registarem faltas de alunos por motivos imprevistos (como doença súbita) e a respetiva refeição já tenha sido previamente adquirida pelos encarregados de educação, essa reserva transita para outro dia, sem qualquer acréscimo de custos, desde que essa desmarcação ocorra em conformidade com o disposto no número seguinte.
6. A desmarcação de refeições (pequenos-almoços, almoços e lanches) pode ser realizada até às 15h00 da véspera.

CLÁUSULA 13.ª – MATÉRIA-PRIMA ALIMENTAR



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação

1. A matéria-prima alimentar fresca não pode, em caso algum, ser submetida ao processo de congelação dentro do refeitório da Escola ou Jardim de Infância.
2. O equipamento de frio dos refeitórios não se destina à congelação dos alimentos mas apenas à manutenção dos produtos congelados.
3. O aprovisionamento de matéria-prima nos refeitórios (peixe, carne, verduras, fruta, produtos lácteos, ovo líquido, entre outros) é feito de forma a garantir os adequados procedimentos de armazenagem, considerando a capacidade de cada refeitório.
4. O Município de Lisboa não se responsabiliza por quaisquer furtos de géneros alimentícios que ocorram nos refeitórios objeto do presente Caderno de Encargos.

CLÁUSULA 14.º – PREPARAÇÃO E ARRUMAÇÃO DAS INSTALAÇÕES

1. No âmbito da execução do contrato, a Cocontratante assegura nos 2 (dois) dias anteriores ao início do fornecimento das refeições, a limpeza e a arrumação das instalações e do equipamento do refeitório para que o seu funcionamento arranque nas melhores condições.
2. Em caso de se verificar o encerramento do refeitório, a Cocontratante garante obrigatoriamente a sua limpeza e arrumação nos 2 (dois) dias imediatos ao respetivo encerramento.

CLÁUSULA 15.ª – INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

1. Consideram-se instalações do refeitório, a cozinha, a copa, a sala de refeições, a(s) despensa(s), os sanitários do pessoal e todos os anexos.
2. As avarias que ocorrerem nos equipamentos durante o seu prazo de garantia são comunicadas de imediato ao Município de Lisboa pela Cocontratante. Simultaneamente, a Cocontratante procede à respetiva reparação, no representante da Marca, por forma a salvaguardar as garantias dos equipamentos, sendo que os custos da(s) reparação(ões) ficam a seu cargo, caso se verifique alguma das situações previstas no número anterior.
3. Findo o prazo de garantia, as reparações dos equipamentos que surgirem ao longo do contrato são da inteira responsabilidade da Cocontratante, devendo ser efetuadas por entidades devidamente credenciadas e/ou certificadas.
4. As reparações efetuadas nos termos do número anterior são obrigatoriamente comunicadas mensalmente, por escrito, ao Município de Lisboa e devem realizar-se através do envio do **Anexo G – Manutenção e Reparação de Equipamentos**, devidamente preenchido.
5. No caso de equipamentos danificados e sem possibilidade de reparação, a Cocontratante enviar o relatório técnico ao Município de Lisboa, informando da necessidade de substituição.
6. Tratando-se de equipamentos a gás, a Cocontratante entrega o termo de responsabilidade da entidade reparadora.
7. O equipamento necessário para implementação dos sistemas de refeições transportadas (malas isotérmicas ou outros) é da responsabilidade da Cocontratante.
8. A Cocontratante fica responsável pela correta utilização de todo o material, equipamento e instalações afetos à execução do contrato, sendo da sua responsabilidade os danos verificados por dolo ou negligência do seu pessoal, incluindo os danos a terceiros. O ónus da prova cabe à Cocontratante.
9. A Cocontratante fica responsável pela correta higienização e conservação de todo o material, equipamento (incluindo os equipamentos de controlo de insetos) e instalações (designadamente, pavimento, mesas, paredes, tetos, janelas interior/exterior, parapeitos, estores, caixas de gordura,



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação

chaminés e exaustores (motor e conduta), incluindo os respetivos filtros, bem como do equipamento que se destina ao transporte da alimentação).

10. A Cocontratante atua, tanto quanto possível, em caso de desinfestação, de forma concertada com o Departamento do Município de Lisboa que tenha a seu cargo o controlo de pragas e a desinfestação das restantes áreas.
11. A Cocontratante comunica obrigatoriamente por escrito ao Município de Lisboa, a realização de quaisquer ações de desinfestação e/ou controlo de pragas.
12. A Cocontratante é responsável pela verificação e registo diário das temperaturas dos sistemas de frio (refrigeração/manutenção de congelados) e dos equipamentos de manutenção de temperaturas quentes (banhos-maria/estufas), através de termómetros.
13. Os registos de temperaturas referidos nos números anteriores são arquivados em pasta própria no refeitório sob a responsabilidade da Cocontratante.
14. O transporte das refeições distribuídas com ligação quente/frio é efetuado em veículos destinados exclusivamente para esse fim, que garantam a salubridade dos produtos a transportar e que possuam meios de controlo e de registo de temperaturas.
15. O transporte dos alimentos é efetuado em recipientes de fácil higienização e que assegurem a manutenção das temperaturas adequadas ao fornecimento proposto e ao tempo necessário para entrega do serviço.
16. Os encargos com os telefones, fax e outros serviços, eventualmente postos à disposição da Cocontratante, são por ela suportados.

CLÁUSULA 16.ª – CONSUMÍVEIS

1. A Cocontratante é responsável pela reposição dos meios de lavagem e secagem higiénica das mãos na cozinha e instalações sanitárias (quando colocados os dispositivos) ou, quando estes não estejam colocados, de arranjar uma alternativa satisfatória do ponto de vista higiénico.
2. É obrigatório que a Cocontratante forneça toalhetes de papel para os tabuleiros, e guardanapos de papel para todas as refeições.
3. Os guardanapos de papel devem ter o tamanho mínimo 30cmx30cm.
4. Nas unidades com modalidade de unidose devem estar disponíveis pratos ou taças de sobremesa, igualmente descartáveis, para colocação de salada ou fruta.
5. Nas unidades com modalidade de multidose estão disponíveis pratos ou taças de sobremesa, igualmente descartáveis, podendo a salada ser distribuída no prato principal.
6. É obrigatório a existência de reservas de todos os consumíveis necessários à atividade, atendendo à capacidade de armazenagem do refeitório.

CLÁUSULA 17.ª – VERIFICAÇÃO DA EXECUÇÃO E DA DISTRIBUIÇÃO

1. A verificação e a avaliação quantitativa e qualitativa do serviço de refeições é obrigatoriamente registada nos anexos apropriados:
 - **Anexo B – Mapa Mensal do Fornecimento de Refeições** (a preencher conjuntamente pelo representante do Município de Lisboa e da Cocontratante);
 - **Anexo C – Mapa Mensal do Serviço de Refeitório na Interrupção Letiva** (a preencher conjuntamente pelo representante do Município de Lisboa e da Cocontratante);



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação

- **Anexo D – Auto de Ocorrências no Fornecimento de Refeições Escolares** (a preencher conjuntamente pelo representante do Município de Lisboa e da Cocontratante);

2. O representante do Município de Lisboa procede à verificação do fornecimento de refeições e do funcionamento do refeitório. Para o efeito, pode entrar nas instalações (cozinha e sala do refeitório), devendo cumprir as normas higio-sanitárias em vigor.
3. Sempre que se verifique uma anomalia no serviço prestado pela Cocontratante deve de imediato comunicá-la ao representante do Município de Lisboa, preenchendo para o efeito o **Anexo D – Auto de Ocorrências do Fornecimento de Refeições Escolares**, utilizando os meios colocados ao seu dispor.

CLÁUSULA 18.ª – DECISÃO APÓS A VERIFICAÇÃO

1. Após a verificação quantitativa e qualitativa das refeições, o Município de Lisboa aceita ou rejeita as mesmas. Os géneros incorporados que não satisfaçam as necessárias condições sanitárias e qualitativas são rejeitados e considerados como não fornecidos, devendo a Cocontratante remover, de imediato, e por sua conta, as refeições rejeitadas. Se a remoção não for efetuada, pode o Município de Lisboa efetuar a a expensas da Cocontratante.
2. Em caso de rejeição das refeições, a Cocontratante procede à sua substituição imediata, por produtos idênticos ou sucedâneos, sem prejuízo do normal funcionamento do refeitório.
3. Todos os encargos com a substituição, devolução ou destruição de refeições rejeitadas são suportados exclusivamente pela Cocontratante.
4. Em caso de indícios de mal-estar eventualmente associados à ingestão de alimentos no refeitório, a Escola/ Jardim de Infância deve:
 - a) Contactar de imediato o Município de Lisboa e a Autoridade de Saúde do Centro de Saúde da área do equipamento escolar;
 - b) Informar o encarregado do refeitório de que não pode remover as amostras referidas no Cláusula seguinte;
 - c) O encarregado do refeitório e o representante indicado pela Cocontratante permanecem no local a fim de prestar os esclarecimentos necessários e evidenciar a documentação solicitada pelas entidades competentes.

CLÁUSULA 19.ª – CONTROLO E FISCALIZAÇÃO

1. Durante a execução do contrato, o Município de Lisboa utiliza os serviços e os recursos de que dispõe na realização de ações de vistoria, fiscalização e controlo.
2. O Município de Lisboa pode fazer-se substituir nas ações de fiscalização e controlo por uma entidade de reconhecido mérito na especialidade e/ou certificada para o efeito, a qual pode ter intervenção em todo o processo, designadamente produção, aquisição, armazenagem, manipulações/confeção, conservação e distribuição. Tal não invalida as ações de fiscalização e verificação diárias a realizar pelo representante do Município de Lisboa nas Escola ou Jardins de Infância.
3. A Município de Lisboa pode a qualquer momento e sempre que o entender, recolher amostras e mandar proceder às análises, ensaios e provas em laboratórios oficiais e/ou acreditados.
4. A Cocontratante obriga-se a facultar aos representantes do Município de Lisboa, aos técnicos do Município de Lisboa e aos serviços e organismos com competências específicas:
 - a) A visita às instalações;



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação

- b) A documentação referente aos procedimentos de segurança alimentar baseados nos princípios do sistema HACCP.
 - c) O exame aos produtos em fase de armazenagem, preparação e confeção bem como a documentação referente aos mesmos (faturas, guias de transporte devidamente arquivadas na unidade e os rótulos dos géneros alimentícios de origem animal utilizados na produção de refeições, que são guardados por um período mínimo de 72 (setenta e duas) horas.
5. No caso das unidades com modalidade de unidose existe obrigatoriamente em cada refeitório uma amostra testemunho, efetuando-se ainda a colheita dos componentes que não estão representados na mesma, como por exemplo, as saladas.
6. A Cocontratante deve disponibilizar em cada refeitório uma balança devidamente calibrada que permita a verificação das captações das refeições unitárias.

CLÁUSULA 20.ª – HIGIENIZAÇÃO DE FRUTAS E LEGUMES NOS REFEITÓRIOS

- 1. As frutas e legumes que acompanham as refeições da modalidade de catering frio e catering quente descartável são entregues na unidade sob a forma de pré-embalado pronto-a-consumir.
- 2. A lavagem e desinfeção da fruta e legumes em refeições servidas na modalidade catering frio com palamenta não descartável, pode ser feita no local desde que as condições de armazenagem e preparação o permitam.

CLÁUSULA 21.ª – RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

- 1. A Cocontratante obriga-se a seguir a política do Município de Lisboa, na área dos resíduos sólidos urbanos, designadamente em matéria de recolha seletiva (orgânicos, embalagens de plástico, metal e cartão para líquidos alimentares).
- 2. A Cocontratante respeita o horário para colocação de contentores de Resíduos Sólidos Urbanos à porta das Escolas e Jardins de Infância com refeitórios, de acordo com o disposto no Regulamento de Resíduos Sólidos da Cidade de Lisboa, pelo que procede à colocação e retirada da via pública.

CLÁUSULA 22.ª – CONFEÇÃO DE ALIMENTAÇÃO PARA OUTROS FINS

É proibido à Cocontratante introduzir no refeitório refeições efetuadas externamente, nos casos aplicáveis.

CLÁUSULA 23.ª – PESSOAL AFETO E DE APOIO AOS REFEITÓRIOS ESCOLARES

- 1. Sempre que se verifique a falta (por doença, desistência, ou outra situação) de pessoal afeto aos refeitórios escolares, a Cocontratante é obrigada a proceder à sua imediata substituição.
- 2. O número e categoria dos trabalhadores nas modalidades de refeições transportadas respeitam o disposto na tabela seguinte:

N.º de Refeições Transportadas	Trabalhadores a Tempo Inteiro	Trabalhadores a Tempo Parcial (mínimo de 4 horas)
≤100	1	1



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação

101 a \leq 200	2	2
201 a \leq 300	2	2
301 a \leq 400	3	3
401 a \leq 500	3	3
> 500	4	4

3. Os refeitórios com refeições transportadas devem ter em regime de horário completo pelo menos um número mínimo de trabalhadores, conforme tabela anterior e respeitando os pontos seguintes:
 - a) Um sub-encarregado de refeitório nos refeitórios com um número igual ou inferior a 200 refeições diárias
 - b) Um encarregado de refeitório nos refeitórios com um número superior a 200 refeições diárias.
 - c) Os restantes funcionários devem prestar apoio à copa.
4. O número e as categorias dos trabalhadores em serviço em cada refeitório respeitam obrigatoriamente o disposto nos números anteriores e o indicado no **Anexo H - Mapa de Pessoal**, o qual é entregue ao Município de Lisboa, devidamente preenchido, até 2 (dois) dias úteis antes do início do fornecimento.
5. A hora de saída dos funcionários da Cocontratante é determinada em função do horário de funcionamento do refeitório, sendo que o serviço só se considera concluído após a preparação dos lanches e a limpeza das instalações.
6. A Cocontratante tem obrigatoriamente que assegurar que esteja pelo menos um funcionário responsável pela receção de mercadorias, não podendo em caso algum as mesmas serem rececionadas por funcionários da escola/jardim-de-infância.
7. O número de funcionários de apoio aos alunos respeita o definido pelo Município de Lisboa no **Anexo A – Grupos de Escolas**.
8. O número de pessoal acima definido pode sofrer ajustes pontuais, atendendo ao funcionamento da Escola/ Jardim-de-infância, dos refeitórios e do tipo de fornecimento, sempre com prévio acordo e autorização expressa do Município de Lisboa.
9. Caso o número de refeições servidas aumente, tem de ser acrescentado ao rácio de pessoal de apoio definido no **Anexo A – Grupos de Escolas**, 1 (uma) pessoa por cada 25 (vinte e cinco) refeições servidas a mais.
10. A entrada ao serviço do pessoal de apoio aos alunos faz-se obrigatoriamente pelo menos 15 (quinze) minutos antes do início de refeições e tem a duração mínima de três horas, aplicando-se a todos os funcionários referidos no **Anexo A – Grupos de Escolas**.
11. Todo o pessoal de apoio aos alunos deve ter um perfil adequado por forma a assegurar as funções alimentar, pedagógica e de manutenção da ordem e disciplina nos refeitórios.
12. As principais funções do pessoal de apoio aos alunos são as seguintes:
 - a) Acompanhar os alunos à hora de almoço, assegurando que os mesmos se alimentem convenientemente, procurando respeitar os seus ritmos pessoais e, estimulando-os a experimentar alimentos não familiares, mas que em termos nutricionais são fundamentais para o seu desenvolvimento e bem-estar.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação

- b) Estabelecer uma relação de empatia e de disciplina com os alunos de modo a que, o momento da refeição possa contribuir para um ambiente mais educativo, minimizando os comportamentos de agressividade e violência que eventualmente se venham a manifestar.

13. O pessoal de apoio aos alunos deve, designadamente:

- a) Fomentar a criação de hábitos alimentares adequados às idades dos alunos, incentivando o consumo de produtos que são essenciais para uma refeição equilibrada (sopa, peixe, legumes, saladas e fruta), incentivando-os a ingeri-los;
- b) Fomentar a aquisição de competências sociais, designadamente o “saber estar” com os outros, em grupo e à mesa;
- c) Fomentar a ordem e disciplina dos alunos;
- d) Dissuadir quaisquer comportamentos agressivos dentro do refeitório;
- e) Assegurar que no período da refeição os alunos cumpram regras de higiene.

CLÁUSULA 24.ª – FORMAÇÃO DO PESSOAL AFETO E DE APOIO AOS REFEITÓRIOS ESCOLARES

1. A formação a prestar pela Cocontratante ao pessoal afeto e de apoio aos alunos é obrigatória para todos os funcionários.
2. A Cocontratante apresenta, para todo o período contratual e no prazo de 5 (cinco) dias após o início da execução do fornecimento, um plano inicial e de continuidade de formação do pessoal, especificando os aspetos que o concorrente considere essenciais para a qualidade do serviço, o qual deve incluir obrigatoriamente formação na área de higiene e segurança alimentar e na área comportamental e psicopedagógica (domínio infanto-juvenil).
3. A Cocontratante apresenta os comprovativos das qualificações profissionais, bem como os comprovativos do Certificado de Competências Pedagógicas dos técnicos que vão ministrar a formação.
4. O plano de formação referido, com as horas propostas pelo Cocontratante, nos termos do Artigo 19º do Convite, fica sujeito à aprovação do Município de Lisboa, que pode propor alterações com caráter vinculativo.
5. A Cocontratante comunica ao Município de Lisboa, com um mínimo de 10 (dez) dias úteis de antecedência, a data, o local e horário em que decorrem as ações de formação, podendo o Município de Lisboa sempre que considerar necessário, assistir e avaliar as mesmas, com exceção do disposto do número seguinte.
6. A Cocontratante ministra obrigatoriamente no prazo de 2 (dois) úteis dias após o início do serviço de refeições, as ações de formação inicial, a todos os funcionários colocados em cada refeitório e sempre que um novo funcionário inicie funções.
7. A Cocontratante ministra obrigatoriamente no prazo de 30 (trinta) dias após o início do serviço de refeições, as restantes horas de ações de formação contínua a todos os funcionários colocados em cada refeitório.
8. As referidas ações de formação devem obrigatoriamente ter uma componente teórica mas também prática e em contexto, sendo esta última realizada em cada um dos refeitórios das Escolas e Jardins de Infância.
9. Os registos comprovativos da realização e frequência das ações de formação pelos funcionários do refeitório têm que estar disponíveis na unidade/refeitório, arquivados em pasta própria.
10. O pessoal afeto e de apoio aos refeitórios, deve estar disponível para frequentar ações de formação promovidas pelo Município de Lisboa ou outra entidade por esta indicada.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação

CLÁUSULA 25.ª – AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO PARA UMA ALIMENTAÇÃO MAIS SAUDÁVEL

1. A Cocontratante obriga-se a coadjuvar na organização de ações de sensibilização para uma alimentação mais saudável promovidas pelo Município de Lisboa, bem como a realizar, por sua própria iniciativa, as ações propostas pelo Cocontratante, nos termos do artigo 18.º do Programa do Concurso, pelo menos 03 (três) ações de sensibilização por cada escola, nas quais se incluem:
 - a) Visitas a quintas, explorações agro-pecuárias, lotas, arrozais, entre outros;
 - b) Fábricas de transformação de produtos;
 - c) Desenvolvimento de semanas temáticas (sopas, saladas, pães, legumes, ementas étnicas, etc.);
 - d) Promoção de ações com participação das famílias dos alunos;
 - e) Workshops em alimentação saudável e hábitos alimentares.
2. As ações de sensibilização a prestar pela Cocontratante devem versar sobre os seguintes temas:
 - a) Práticas alimentares mais saudáveis;
 - b) Prevenção de doenças (diabetes, obesidade, tenção alta, entre outras) ;
 - c) Produtos de época e modos de produção nacional.
3. A Cocontratante apresenta no prazo de 10 (dez) dias após o início da execução do fornecimento, um plano sobre os temas e ações a ministrar e número de alunos a abranger por escola, que fica sujeito à aprovação do Município de Lisboa, que pode propor alterações com caráter vinculativo.
4. A Cocontratante apresenta os comprovativos das qualificações profissionais, bem como os comprovativos do Certificado de Competências Pedagógicas, ou documento equivalente, dos técnicos que vão ministrar as ações de sensibilização.
5. A Cocontratante comunica ao Município de Lisboa, com um mínimo de 10 (dez) dias úteis de antecedência, a data, o local e horário em que decorrem as ações de sensibilização, podendo o Município de Lisboa sempre que considerar necessário, assistir e avaliar as mesmas.
6. Os registos comprovativos da realização e frequência das ações de sensibilização têm que estar disponíveis na unidade/refeitório, arquivados em pasta própria.

CLÁUSULA 26.ª – FARDAMENTO

1. O pessoal afeto à cozinha tem fardamento apropriado (mínimo dois conjuntos por funcionária), tal como bata ou calças/jaqueta, avental, touca e calçado próprio. Este apresenta-se sempre em irrepreensível estado de higiene.
2. Nas unidades está sempre disponível material descartável de fardamento como toucas e aventais, assim como caixas com luvas descartáveis.
3. O pessoal de apoio à sala de refeições tem fardamento apropriado, tal como touca e bata ou jaqueta. Este apresenta-se sempre em irrepreensível estado de higiene.

CLÁUSULA 27.ª – CONFLITOS

Em caso de distúrbios graves no refeitório (agressões entre alunos ou entre estes e os funcionários da Cocontratante, etc.), o representante da Cocontratante – responsável pelo refeitório, tem de imediato



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação

contatar a Direção da Escola ou Jardim de Infância e o Município de Lisboa, para que estes atuem em conformidade de forma a restabelecer o normal funcionamento do refeitório.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação
ANEXO A – Grupos de Escolas

Lote 2 - Fornecimento e distribuição de refeições escolares através do método de *Cook-Chill*

Agrupamento	Estabelecimento	Média Almoços A/B/NEE	Média Almoços C	Total	Média Peq. Almoço A/B	Média Lanches A/B	Máximo alunos por turno	RH Apoio aos Alunos	Fornecimento Int. Letiva	
									Sim	Não
Alto do Lumiar	Nuno Cordeliro Ferreira	175	14	189	75	174	94	4	X	
Baixa Chiado	Gaivotas	54	45	99	56	56	87	4	X	
	Luisa Ducla Soares (1)	54	29	83	34	43				
Nuno Gonçalves	Natália Correia	67	17	84	46	67	44	2	X	
Restelo	Prof. Manuel Sérgio	72	15	87	72	72	70	3	X	
Vergílio Ferreira	Prista Monteiro	137	43	180	0	137	100	4	X	
	Telheiras (2)	65	204	269	0	65	154	7	X	
Total		624	367	991	283	614	549	24		

(1) Os alunos desta escola encontram-se na EB das Gaivotas até finalização da obra, prevendo-se o fornecimento nesta modalidade entre janeiro de 2018 e julho de 2019.

(2) Serão realizadas obras nesta escola, prevendo-se fornecimento nesta modalidade entre janeiro de 2018 e dezembro de 2018.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
 Departamento de Educação

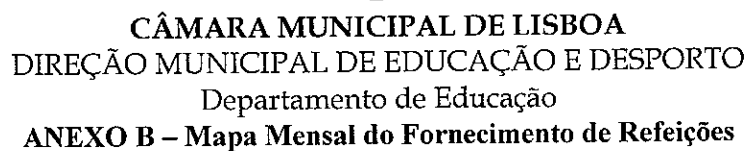
Lote 3 - Fornecimento de refeições escolares transportadas a quente, com recurso a utensílios inox ou palamenta descartável para efeitos a distribuição

Agrupamento	estabelecimento	Média Almoços A/B/NEE	Média Almoços C	Total	Média Peq. Almoço A/B/NEE	Média Lanches A/B/NEE	Máximo alunos por turno	RH Apoio aos Alunos	Fornecimento Int. Letiva	
									Sim	Não
Alvalade	Teixeira de Pascoais (3)	76	187	263	0	77	80	4	X	
D. Dinis	Luisa Neto Jorge (4)	119	21	140	25	121	95	4	X	
	Nº 195 (5)	107	44	151	9	99	63	3	X	
Eça de queirós	Parque das Nações	26	260	286	0	26	120	6	X	
Gil Vicente	Castelo	64	34	98	0	64	55	3	X	
Luis António Verney	Beato	47	29	76	47	47	45	2	X	
Manuel da Maia	Santo Condestável (3)	230	110	340	4	201	90	4	X	
Marquesa de Alorna	São Sebastião da Pedreira	18	67	85	0	20	45	2	X	
Nuno Gonçalves	Victor Palla (6)	142	59	201	40	130	105	4	X	
Olaias	Actor Vale (5)	195	36	231	0	160	120	5	X	
	Engº Duarte Pacheco (3)	85	0	85	0	59	84	4	X	
Padre Bartolomeu de Gusmão	Rainha Santa Isabel	82	35	117	82	83	80	3	X	
Prof. Lindleyb Cintra	Eurico Gonçalves / JI Ameixoeira (7)	234	62	296	0	230	130	5	X	
Rainha D. Leonor	Coruchéus (8)	29	83	112	1	29	67	3	X	
	Santo António (9)	95	140	235	0	97	120	5	X	
Restelo	Caselas (3)	41	61	102	2	40	74	3	X	
Restelo	Bairro do Restelo (10)	91	176	267	0	85	115	5	X	
Restelo	Moinhos do Restelo (10)	107	146	253	1	108	112	4	X	
Sta Maria Olivais	Manuel Teixeira Gomes (5)	139	105	244	0	139	66	3	X	
Patricio Prazeres	Prof. Oliveira Marques (3)	123	51	174	0	124	96	4	X	
Vergílio Ferreira	D. Luís da Cunha (8)	60	28	88	0	108	50	2	X	
	Telheiras (11)	65	204	269	0	65	154	7	X	
Total		2110	1734	3844	211	2047	1812	76		



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação

- (3) Estão a ser realizadas obras nesta escola, prevendo-se que o serviço será prestado nesta modalidade de refeição de janeiro de 2018 a dezembro de 2018.
- (4) Serão realizadas obras nesta escola, prevendo-se que o serviço será prestado nesta modalidade de refeição de abril de 2018 a julho de 2019.
- (5) Serão realizadas obras nesta escola, prevendo-se que o serviço será prestado nesta modalidade de refeição de janeiro de 2019 a abril de 2020.
- (6) Esta escola encontra-se em obras, prevendo-se que o serviço será prestado nesta modalidade de refeição de janeiro de 2018 a abril de 2019.
- (7) Serão realizadas obras nesta escola, prevendo-se que o serviço será prestado nesta modalidade de refeição de novembro de 2018 a março de 2020.
- (8) Esta escola encontra-se em obras, prevendo-se que o serviço será prestado nesta modalidade de refeição de janeiro de 2018 a julho de 2018.
- (9) Serão realizadas obras nesta escola, prevendo-se que o serviço será prestado nesta modalidade de refeição de dezembro de 2018 a abril de 2020.
- (10) Serão realizadas obras nesta escola, prevendo-se que o serviço será prestado nesta modalidade de refeição de janeiro de 2018 a julho de 2019.
- (11) Serão realizadas obras nesta escola, prevendo-se que o serviço será prestado nesta modalidade de refeição de setembro de 2018 a dezembro de 2019.



DADOS A PREENCHER PELO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO E DA ADJUDICATÁRIA PERÍODO LETIVO

EB / JI

Mês

201

Dia	Nº Almoços				Nº de Pequenos Almoços				Nº Lanches				Nº de Funcionários da Empresa		
	A	B	NEE	C	A	B	NEE	C	A	B	NEE	C	Apoio Peq. Alm	cozinha/ copa	Apoio Almoço
1															
2															
3															
4															
5															
6															
7															
8															
9															
10															
11															
12															
13															
14															
15															
16															
17															
18															
19															
20															
21															
22															
23															
24															
25															
26															
27															
28															
29															
30															
31															
Total															

NOTA: As refeições contabilizadas nas coluna NEE não devem ser repetidas nas colunas dos escalões A, B ou C

Avaliação do Serviço de Refeições:

		Boa	Sat.	Insuf.
P. Almoço	Qualidade			

Almoço	Quantidade		
	Qualidade		
	Temperatura		

Lanche	Qualidade			
--------	-----------	--	--	--

Pessoal	Apoio aos alunos		
	Apresentação		
	Higiene das instalações		

	Sim	Não
Atrasos no fornecimento		
Atrasos de pessoal		
Faltas de pessoal		

Observações:

[illegible]

(PELA EB/JI)

REPRESENTANTE DA ADJUDICATARIA

A ser enviado obrigatoriamente à CML/DE/DASE, até ao 5º dia útil de cada mês, para plano@cm-lisboa.pt ou Fax, 21 817 12 54



DADOS A PREENCHER PELO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO E DA ADJUDICATÓRIA

Mês 201

[illegible]

NOTA: As refeições contabilizadas nas colunas NEE não devem ser repetidas nas colunas dos escalões A, B ou C

Avaliação do Serviço de Refeições:

		Boa	SaL	Insuf.
P. Almoço	Qualidade			

Almoço	Quantidade			
	Qualidade			
	Temperatura			

Lanche	Qualidade			
--------	-----------	--	--	--

Pessoal	Apoio aos alunos			
	Apresentação			
	Higiene das instalações			

	Sim	Não
Atrasos no fornecimento		
Atrasos de pessoal		
Faltas de pessoal		

Observações:

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There is no handwriting or other markings on the paper.

(PELA EB/JI)

REPRESENTANTE DA ADJUDICATÁRIA

A ser enviado obrigatoriamente à CML/DE/DASE, até ao 5º dia útil de cada mês, por e-mail nejd.de.dase@cm-lisboa.pt ou Fax. 21 817 12 54



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação
ANEXO D – Auto de Ocorrências no Fornecimento de Refeições Escolares



Anexo D – Auto de Ocorrências no Fornecimento de Refeições Escolares

EB / J.I. _____ Data: ____/____/201____ Hora: ____:____

Empresa Adjudicatária: _____

Modalidade:

- ☐ Confeção no local
- ☐ Catering a quente descartável unidose/multidose
- ☐ Catering a frio
- ☐ Catering a frio descartável multidose/unidose

OCORRÊNCIAS VERIFICADAS:

A – Incumprimentos relativos à quantidade das refeições:

- ☐ Suspensão ou falta, parcial ou temporária, do fornecimento de refeições, por motivo imputável à adjudicatária, ____ (n.º), sendo que:
 - ☐ Foi fornecida a refeição de recurso
 - ☐ Não foi fornecida a refeição de recurso
- ☐ Ausência de refeição de recurso (componentes);
- ☐ Ausência de refeição de recurso (não tem abertura fácil);
- ☐ Falta por ingrediente no total da refeição unitária: _____ (qual?)
- ☐ Captações em falta no total da refeição unitária: _____ (g)
- ☐ Alteração da ementa, não comunicada ao Município: (indicar a nova ementa) _____

- ☐ Falta de afixação da ementa em local de fácil acesso a toda a comunidade escolar do mês _____
- ☐ Ementa composta por alimentos não permitidos _____ (indicar o alimento)

B – Incumprimentos relativos à qualidade das refeições:

- ☐ Não realização periódica de análises microbiológicas _____ (indicar análises em falta)
- ☐ Parâmetros das análises microbiológicas apresentem resultados não aceitáveis _____ (parâmetro e data)
- ☐ Detecção de não conformidades em relação ao sistema de HACCP (quais?) _____
- ☐ Falta de realização das vistorias higio-sanitárias internas (relatório de visita);
- ☐ Falta de apresentação dos boletins analíticos das análises;
- ☐ Falta do procedimento de rastreabilidade;
- ☐ Plano de higienização (produtos; fichas técnicas);

Campo Grande, nº 25 - 4º C 1749-099 Lisboa | tel 218 17 18 09 | Fax 21 817 12 54 | e-mail ameid@cm-lisboa.pt

Pág. 13



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação



Anexo D – Auto de Ocorrências no Fornecimento de Refeições Escolares

- ☐ Atraso no horário da prestação do serviço:
- ☐ Pequeno-almoço _____ (minutos de atraso)
 - ☐ Almoço _____ (minutos de atraso)
 - ☐ Lanche _____ (minutos de atraso)
- ☐ Falta de qualidade dos géneros alimentícios;
- ☐ Desinfecção de legumes /fruta (procedimento adequado, instrução de trabalho afixada);
- ☐ Ausência de recolha de amostras dos componentes da refeição
- ☐ Utilização e/ou armazenamento de alimentos não permitidos (quais e quantidade, se possível): _____
- ☐ Documentação da refeição do dia;
- ☐ Falta de registo das temperaturas alimentos/matérias-primas ou falsas declarações
- ☐ Falta de registo das temperaturas das refeições ou falsas declarações
- ☐ Falta de temperaturas das refeições servidas ou falsas declarações
- ☐ Falta de registo das temperaturas dos equipamentos (frio/quente) desconformes com o estipulado no manual de segurança alimentar (HACCP) ou falsas declarações
- ☐ Falta de registo de lavagens e desinfestação de legumes, saladas e frutas ou falsas declarações
- ☐ Falta de registo e/ou recolha e/ou armazenamento da amostra no referatório ou falsas declarações
- ☐ Falta de registo de higienização das instalações, equipamentos fixos e móveis e restante utensilagem ou falsas declarações
- ☐ Falta de plano de controlo de Pragas / relatórios de visita;
- ☐ Falta de higienização das instalações, equipamentos fixos e móveis e restante utensilagem ou falsas declarações
- ☐ Falta de fardamento e higiene do pessoal (nomeadamente fardamento sujo e/ou inexistente, uso de adornos, unhas pintadas e/ou sujas)
- ☐ Oposição às visitas/vistorias ou operações de verificação e controlo
- ☐ Ausência de fichas técnicas das ementas
- ☐ Falta de reposição dos consumíveis necessários à atividade, (meios de lavagem e secagem higiénica das mãos, toalhetes de papel para tabuleiros, guardanapos de papel, talheres, pratos e taças)

C – Incumprimentos relativos ao pessoal:

- ☐ Falta de pessoal:
- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Cozinha _____ (n.º) | <input type="checkbox"/> Encarregado /sub-encarregado _____ (n.º) |
| <input type="checkbox"/> Apoio à copa _____ (n.º) | <input type="checkbox"/> Apoio aos alunos (monitores) _____ (n.º) |
- ☐ Atraso de pessoal:
- | |
|---|
| <input type="checkbox"/> Cozinha _____ (n.º) _____ (minutos) |
| <input type="checkbox"/> Encarregado /sub-encarregado _____ (n.º) _____ (minutos) |
| <input type="checkbox"/> Apoio à copa _____ (n.º) _____ (minutos) |
| <input type="checkbox"/> Apoio aos alunos (monitores) _____ (n.º) _____ (minutos) |

Campo Grande n.º 25 - 4.º C 1749-099 Lisboa | tel 218 17 18 09 | Fax 21 817 12 54 | e-mail geral@cm-lisboa.pt



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação



Anexo D – Auto de Ocorrências no Fornecimento de Refeições Escolares

- ☐ Colocação de pessoal a tempo parcial em substituição de pessoal a tempo inteiro _____ (n.º)
- ☐ Incumprimento total ou parcial das horas de formação dos trabalhadores:
- ☐ _____ (n.º de trabalhadores sem formação)
- ☐ _____ (n.º horas em falta/por formando)
- ☐ Ausência de plano de formação
- ☐ Ausência de registos de formação _____ (n.º trabalhadores)
- ☐ Ausência de ficha de aptidão do pessoal _____ (n.º)

D – Outros incumprimentos não especificados:

(descrever o incumprimento) _____

Observações:

Representante do Município

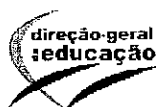
Representante da adjudicatária



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação
ANEXO E – Circular n.º 3/DSEAS/DGE/2013

Este documento é constituído por 52 páginas e encontra-se disponível em:

http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/AccaoSocialEscolar/orientacoes_ementas_e_refeitorios_escolares_circular_1_agosto.pdf



CIRCULAR

Data: 2013/08/02 Número do Processo:	Circular n.º: 3/DSEAS/DGE/ 2013																																						
Assunto: <u>Orientações sobre ementas e refeitórios escolares – 2013/2014</u>	Para: <table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"><tr><td>Inspecção-Geral da Educação e Ciência</td><td style="text-align: center;"><input checked="" type="checkbox"/></td></tr><tr><td>Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares</td><td style="text-align: center;"><input checked="" type="checkbox"/></td></tr><tr><td>Secretaria Regional Ed. da Madeira</td><td style="text-align: center;"><input type="checkbox"/></td></tr><tr><td>Secretaria Regional Ed. dos Açores</td><td style="text-align: center;"><input type="checkbox"/></td></tr><tr><td>Escolas Básicas do 1.º Ciclo</td><td style="text-align: center;"><input checked="" type="checkbox"/></td></tr><tr><td>Escolas Básicas do 1.º Ciclo/ Jard. Infância</td><td style="text-align: center;"><input checked="" type="checkbox"/></td></tr><tr><td>Escolas Básicas do 2.º Ciclo</td><td style="text-align: center;"><input checked="" type="checkbox"/></td></tr><tr><td>Escolas Básicas do 3.º Ciclo</td><td style="text-align: center;"><input checked="" type="checkbox"/></td></tr><tr><td>Escolas Básicas Integradas</td><td style="text-align: center;"><input checked="" type="checkbox"/></td></tr><tr><td>Escolas Básicas do 2.º e 3.º Ciclos e/ou Ens. Sec.</td><td style="text-align: center;"><input checked="" type="checkbox"/></td></tr><tr><td>Escolas Secundárias do 3.º ciclo do EB</td><td style="text-align: center;"><input checked="" type="checkbox"/></td></tr><tr><td>Escolas Secundárias</td><td style="text-align: center;"><input checked="" type="checkbox"/></td></tr><tr><td>Escolas Secundárias Tecnológicas</td><td style="text-align: center;"><input checked="" type="checkbox"/></td></tr><tr><td>Escolas Secundárias Profissionais</td><td style="text-align: center;"><input type="checkbox"/></td></tr><tr><td>Escolas Profissionais</td><td style="text-align: center;"><input type="checkbox"/></td></tr><tr><td>Est. Ens. Part. e Coop. o/ paralelo</td><td style="text-align: center;"><input checked="" type="checkbox"/></td></tr><tr><td>CIREP</td><td style="text-align: center;"><input checked="" type="checkbox"/></td></tr><tr><td>Secretaria-Geral do MEC</td><td style="text-align: center;"><input type="checkbox"/></td></tr><tr><td>Direções de Serviços Regionais da DGSE</td><td style="text-align: center;"><input checked="" type="checkbox"/></td></tr></table>	Inspecção-Geral da Educação e Ciência	<input checked="" type="checkbox"/>	Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares	<input checked="" type="checkbox"/>	Secretaria Regional Ed. da Madeira	<input type="checkbox"/>	Secretaria Regional Ed. dos Açores	<input type="checkbox"/>	Escolas Básicas do 1.º Ciclo	<input checked="" type="checkbox"/>	Escolas Básicas do 1.º Ciclo/ Jard. Infância	<input checked="" type="checkbox"/>	Escolas Básicas do 2.º Ciclo	<input checked="" type="checkbox"/>	Escolas Básicas do 3.º Ciclo	<input checked="" type="checkbox"/>	Escolas Básicas Integradas	<input checked="" type="checkbox"/>	Escolas Básicas do 2.º e 3.º Ciclos e/ou Ens. Sec.	<input checked="" type="checkbox"/>	Escolas Secundárias do 3.º ciclo do EB	<input checked="" type="checkbox"/>	Escolas Secundárias	<input checked="" type="checkbox"/>	Escolas Secundárias Tecnológicas	<input checked="" type="checkbox"/>	Escolas Secundárias Profissionais	<input type="checkbox"/>	Escolas Profissionais	<input type="checkbox"/>	Est. Ens. Part. e Coop. o/ paralelo	<input checked="" type="checkbox"/>	CIREP	<input checked="" type="checkbox"/>	Secretaria-Geral do MEC	<input type="checkbox"/>	Direções de Serviços Regionais da DGSE	<input checked="" type="checkbox"/>
Inspecção-Geral da Educação e Ciência	<input checked="" type="checkbox"/>																																						
Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares	<input checked="" type="checkbox"/>																																						
Secretaria Regional Ed. da Madeira	<input type="checkbox"/>																																						
Secretaria Regional Ed. dos Açores	<input type="checkbox"/>																																						
Escolas Básicas do 1.º Ciclo	<input checked="" type="checkbox"/>																																						
Escolas Básicas do 1.º Ciclo/ Jard. Infância	<input checked="" type="checkbox"/>																																						
Escolas Básicas do 2.º Ciclo	<input checked="" type="checkbox"/>																																						
Escolas Básicas do 3.º Ciclo	<input checked="" type="checkbox"/>																																						
Escolas Básicas Integradas	<input checked="" type="checkbox"/>																																						
Escolas Básicas do 2.º e 3.º Ciclos e/ou Ens. Sec.	<input checked="" type="checkbox"/>																																						
Escolas Secundárias do 3.º ciclo do EB	<input checked="" type="checkbox"/>																																						
Escolas Secundárias	<input checked="" type="checkbox"/>																																						
Escolas Secundárias Tecnológicas	<input checked="" type="checkbox"/>																																						
Escolas Secundárias Profissionais	<input type="checkbox"/>																																						
Escolas Profissionais	<input type="checkbox"/>																																						
Est. Ens. Part. e Coop. o/ paralelo	<input checked="" type="checkbox"/>																																						
CIREP	<input checked="" type="checkbox"/>																																						
Secretaria-Geral do MEC	<input type="checkbox"/>																																						
Direções de Serviços Regionais da DGSE	<input checked="" type="checkbox"/>																																						

O refeitório escolar constitui um espaço privilegiado de educação para a saúde, promoção de estilos de vida saudáveis e de equidade social, uma vez que fornece refeições nutricionalmente equilibradas, saudáveis e seguras a todos os alunos, independentemente do estatuto socioeconómico das suas famílias.

Atendendo às responsabilidades dos Diretores dos estabelecimentos de educação e ensino na garantia do acesso de todos os alunos a refeições saudáveis e equilibradas, a presente circular e seus anexos contêm as orientações sobre ementas e refeitórios escolares a observar no ano letivo 2013/2014, quer nos refeitórios de gestão direta pelos estabelecimentos de educação e ensino, quer nos refeitórios concessionados a empresas de restauração coletiva, consoante as mesmas no procedimento de contratação pública.

São dadas orientações sobre:

1. Lista de Alimentos Autorizados (Anexo1) - Sugere-se a consulta periódica da página eletrónica da Direção-Geral da Educação (<http://www.dge.mec.pt>) para informação sobre eventuais atualizações desta lista, bem como do constante no Anexo 2.
2. Capitação de alimentos a oferecer aos alunos (Anexo2).

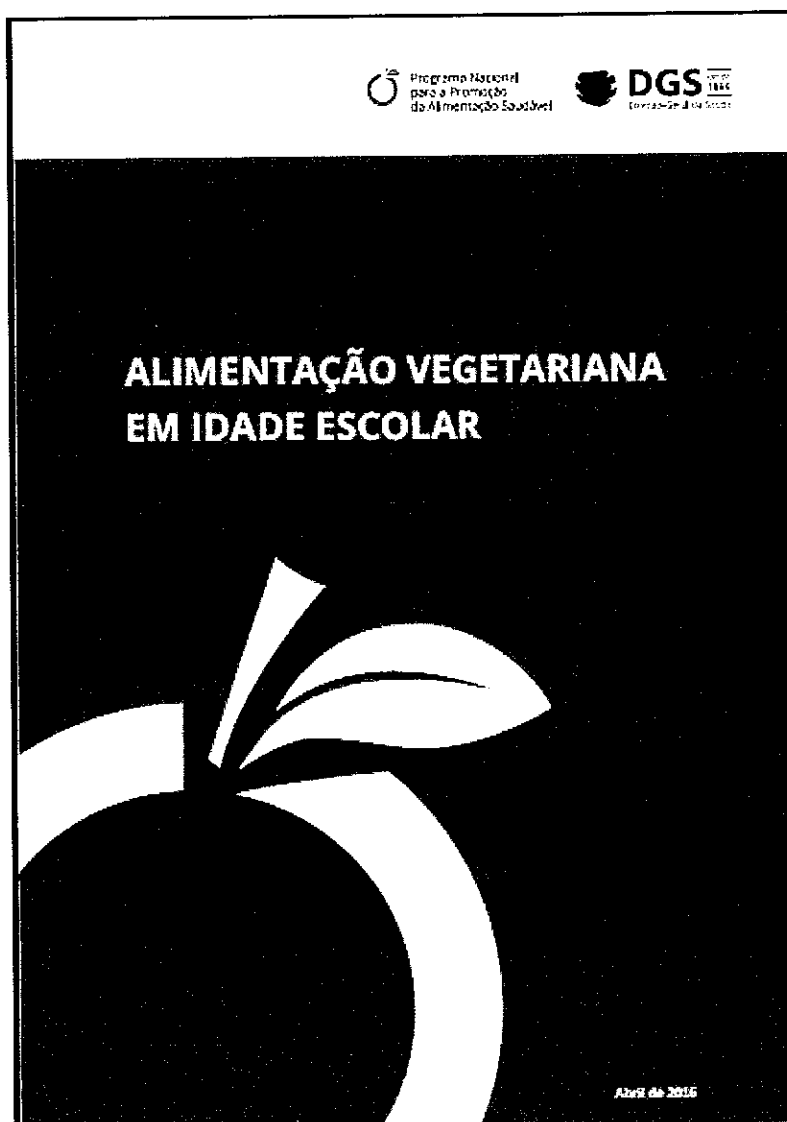


CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação

ANEXO F – Alimentação Vegetariana em Idade Escolar

Este documento é constituído por 60 páginas e encontra-se disponível em:

https://www.alimentacaosaudavel.dgs.pt/activeapp/wp-content/files_mf/1460120952Alimentac%CC%A7a%CC%83oVegetarianaemIdadeEscolar.pdf





CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação

ANEXO G – Manutenção e Reparação de Equipamentos

ANEXO G - MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS

DADOS A PREENCHER PELO ADJUDICATÁRIO

Refeitório EB / JI _____

Mês/Ano _____/201

TIPO DE EQUIPAMENTO	MODELO, MARCA E REFERÊNCIA	DATA DA AVARIA	DESCRIÇÃO DA AVARIA	DATA DA REPARAÇÃO

Representante da adjudicatária
(Assinatura e Carimbo)



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação

ANEXO H - Mapa de Pessoal

MAPA DE PESSOAL - Lote 2 - Fornecimento e distribuição de refeições escolares através do método de <i>Cook-Chill</i>														
Nº	Escola	Média Diária de Almoços	Número de Unidades Propostas											
			Encarregado		Sub Enc.	Cozinheiro			Despenseiro		Prep. Coz.	Emp. Ref.	RH Apoio aos alunos	Total
			A	B		1ª	2ª	3ª	A	B				
1	EB/JI Prof Nuno Cordeiro Ferreira	189											4	
2	EB/JI das Gaivotas	99											4	
3	EB/JI Luisa Ducla Soares (1)	83												
4	EB Natália Correia	84											2	
5	EB/JI Prof. Manuel Sérgio	87											3	
6	EB Prista Monteiro/JI Bº Horta Nova	180											4	
7	EB de Telheiras (2)	269											7	
TOTAIS													24	

(1) Os alunos desta escola encontram-se na EB das Gaivotas até finalização da obra, prevendo-se o fornecimento nesta modalidade entre janeiro de 2018 e julho de 2019.

(2) Serão realizadas obras nesta escola, prevendo-se fornecimento nesta modalidade entre janeiro de 2018 e dezembro de 2018.

Observações:

Deve ter-se em atenção os rácios para o pessoal de cozinha e de apoio à copa constantes do Cláusula 23.º da Parte II (Cláusulas Técnicas) do presente Caderno de Encargos, bem como do Anexo A – Grupos de Escolas, para o pessoal de apoio aos alunos.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação

MAPA DE PESSOAL - Lote 3 - Fornecimento de refeições escolares transportadas a quente, com recurso a utensílios inox ou palamenta descartável para efeitos a distribuição

Nº	Escola	Média Diária de Almoços	Número de Unidades Propostas											Total
			Encarregado		Sub Enc.	Cozinheiro			Despenseiro		Prep. Coz.	Emp. Ref.	RH Apoio aos alunos	
			A	B		1ª	2ª	3ª	A	B				
1	EB/JI Teixeira de Pascoais (3)	263											4	
2	EB/JI Luisa Neto Jorge (4)	140											4	
3	EB/JI nº 195 (5)	151											3	
4	EB/JI Parque das Nações	286											6	
5	EB/JI do Castelo	98											3	
6	EB Beato	76											2	
7	EB/JI Stº Condestável (3)	340											4	
8	EB S. Sebastião da Pedreira	85											2	
9	EB Victor Palla (6)	201											4	
10	EB Actor Vale (5)	231											5	
11	EB Eng. Duarte Pacheco (3)	85											4	
12	EB/JI Rainha Santa Isabel	117											3	
13	EB Eurico Gonçalves / JI Ameixoeira (7)	296											5	
14	EB Coruchéus (8)	112											3	
15	EB Santo António (9)	235											5	
16	EB Caselas (3)	102											3	
17	EB Bairro do Restelo (10)	267											5	
18	EB Moinhos do Restelo (10)	253											4	
19	EB Manuel Teixeira Gomes (5)	244											3	
20	EB/JI Prof. Oliveira Marques (3)	174											4	
21	EB/JI D. Luís da Cunha (8)	88											2	
22	EB Telheiras (11)	269											7	

(3) Estão a ser realizadas obras nesta escola, prevendo-se que o serviço será prestado nesta modalidade de refeição de janeiro de 2018 a dezembro de 2018.



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
DIREÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
Departamento de Educação

- (4) Serão realizadas obras nesta escola, prevendo-se que o serviço será prestado nesta modalidade de refeição de abril de 2018 a julho de 2019.
- (5) Serão realizadas obras nesta escola, prevendo-se que o serviço será prestado nesta modalidade de refeição de janeiro de 2019 a abril de 2020.
- (6) Esta escola encontra-se em obras, prevendo-se que o serviço será prestado nesta modalidade de refeição de janeiro de 2018 a abril de 2019.
- (7) Serão realizadas obras nesta escola, prevendo-se que o serviço será prestado nesta modalidade de refeição de novembro de 2018 a março de 2020.
- (8) Esta escola encontra-se em obras, prevendo-se que o serviço será prestado nesta modalidade de refeição de janeiro de 2018 a julho de 2018.
- (9) Serão realizadas obras nesta escola, prevendo-se que o serviço será prestado nesta modalidade de refeição de dezembro de 2018 a abril de 2020.
- (10) Serão realizadas obras nesta escola, prevendo-se que o serviço será prestado nesta modalidade de refeição de janeiro de 2018 a julho de 2019.
- (11) Serão realizadas obras nesta escola, prevendo-se que o serviço será prestado nesta modalidade de refeição de janeiro de 2019 a dezembro de 2019.

Observações:

Deve ter-se em atenção os rácios para o pessoal de cozinha e de apoio à copa constantes do Cláusula 23.º da Parte II (Cláusulas Técnicas) do presente Caderno de Encargos, bem como do Anexo A – Grupos de Escolas, para o pessoal de apoio aos alunos.

DACM
Emp. n.º 386 2017
Fls. _____

a. . .
. . m. área
. l. metropolitana
de lisboa



CENTRO DE CONTROLO E INSPEÇÃO
ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

CONCURSO PÚBLICO PARA SELECÇÃO DE FORNECEDORES DE REFEIÇÕES ESCOLARES

CADERNO DE ENCARGOS

CC-AML

**CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO NO JORNAL OFICIAL DA
UNIÃO EUROPEIA N.º 001/CP/2017, PARA SELECÇÃO DE
FORNECEDORES DE REFEIÇÕES ESCOLARES**

**PARTE I
DO ACORDO QUADRO**

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Artigo 1.º

Caderno de Encargos

O Caderno de Encargos estabelece as condições jurídicas, técnicas e económicas do acordo quadro para seleção de fornecedores de Refeições Escolares, para os procedimentos lançados pelas entidades que integram a Central de Compras da Área Metropolitana de Lisboa, a saber, os Municípios de Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira, bem como para as outras entidades que se achem submetidas ao regime do Código dos Contratos Públicos, nomeadamente as entidades que integram os diversos sectores empresariais locais e as freguesias, desde que manifestem a vontade de integração, o que comporta a adesão à CC-AML, aos seus princípios e à aceitação do Regulamento e das normas de execução emanadas pelos órgãos da Área Metropolitana de Lisboa (AML).

Artigo 2.º

Definições

Para efeitos do presente Caderno de Encargos entende-se por:

- a) **Acordo Quadro** – Contrato escrito a celebrar entre a AML e as entidades fornecedoras selecionadas com vista a disciplinar relações contratuais futuras, a estabelecer ao longo de um determinado período de tempo, mediante a fixação antecipada dos respetivos termos, entre essas entidades e as entidades adquirentes;

- b) **CC-AML** (Central de Compras da Área Metropolitana de Lisboa), cujo seu âmbito objetivo, subjetivo e a natureza facultativa do recurso aos acordos quadro por parte das entidades abrangidas encontra-se regulado nos pontos 4.2 a 4.9 do Regulamento n.º 38/2016, de 15 de janeiro;
- c) **CCP** – Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
- c) **Contratos** – Contratos de fornecimento a celebrar entre as entidades adquirentes e a entidade fornecedora nos termos do acordo quadro;
- d) **Entidade Adquirente** – As entidades adjudicantes nos procedimentos para celebração de contratos ao abrigo do acordo quadro, a saber, os municípios que integram a CC-AML, bem como as entidades compradoras voluntárias que se achem submetidas ao regime do Código dos Contratos Públicos, nomeadamente as entidades que integram os diversos sectores empresariais locais e as freguesias, desde que manifestem a vontade de integração, o que comporta a adesão à CC-AML, aos seus princípios e à aceitação do seu Regulamento e das normas de execução emanadas pelos órgãos da Área Metropolitana de Lisboa (AML);
- e) **Entidade Agregadora** – Entidade que representa um agrupamento de entidades adquirentes;
- f) **Entidade Contratante** – Para efeitos de celebração do acordo quadro, objeto do presente caderno de encargos, será a CC-AML;
- g) **Entidades Fornecedoras** – Concorrentes que a CC-AML venha a selecionar como fornecedoras de Refeições Escolares para as entidades adquirentes nos termos do Programa de Concurso;
- h) **Fornecimento** – disponibilização de um conjunto de bens e serviços, por aquisição, pela entidade fornecedora à entidade adquirente.

Artigo 3.º

Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento de Concurso Público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, que tem por objeto principal, de acordo com as cláusulas técnicas descritas na Parte II do presente, o fornecimento de refeições escolares e prestação de serviços associados, a que corresponde o

Código CPV 55524000-9, conforme previsto no Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de Novembro de 2007.

2. O acordo quadro referido no número um, inclui, nos termos do artigo 22.º do Código dos Contratos Público, os seguintes lotes:

- Lote n.º 1 – Fornecimento e distribuição de refeições escolares em regime de confeção local para consumo na própria unidade, colocando o pessoal exigido para a boa prestação do serviço, de acordo com as exigências técnicas, tendo em consideração as necessidades das entidades adquirentes;
- Lote n.º 2 – Fornecimento e distribuição de refeições escolares através do método de Cook-Chill;
- Lote n.º 3 – Fornecimento de refeições escolares transportadas a quente, com recurso a utensílios inox ou palamenta descartável para efeitos a distribuição;
- Lote n.º 4 – Fornecimento de matéria-prima alimentar e não alimentar;
- Lote n.º 5 – Fornecimento e distribuição de refeições escolares em regime de confeção local quer para consumo na própria unidade quer para transporte a quente a outras unidades, com recurso a utensílios inox e palamenta descartável, colocando o pessoal exigido para uma boa prestação do serviço, de acordo com as exigências técnicas, tendo em consideração as necessidades das entidades adquirentes;
- Lote n.º 6 – Lote misto que engloba o Lote n.º 1 e o Lote n.º 2;
- Lote n.º 7 – Lote misto que engloba o Lote n.º 1 e o Lote n.º 3;
- Lote n.º 8 – Lote misto que engloba o Lote n.º 2 e o Lote n.º 3;
- Lote n.º 9 – Lote misto que engloba os Lotes n.ºs 1, 2 e 3;
- Lote n.º 10 – Lote misto que engloba os Lotes n.º 2 e 5.

Artigo 4.º

Prazo de vigência

1. O acordo quadro tem a duração de 1 (ano) ano, a contar da data da sua entrada em vigor, e considera-se automaticamente prorrogado por períodos sucessivos de 1 (um) ano, se nenhuma das partes o denunciar até ao limite máximo total de 4 (quatro) anos.

2. A denúncia do acordo quadro deve ser efetuada mediante notificação à outra parte, por carta registada com aviso de receção e com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação ao seu termo.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Artigo 5.º

Obrigações das entidades fornecedoras

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, constituem obrigações principais das entidades fornecedoras:
 - a) Apresentar proposta a todos os convites formulados pela entidade agregadora e/ou por qualquer entidade adquirente para o lote ou lotes para os quais foram selecionadas, no âmbito do presente acordo quadro, respeitando o disposto no presente Caderno de Encargos, desde que estejam em condições de executar os serviços com os requisitos, especificações e níveis de serviço exigidos e estejam em condições de prestar os serviços nos prazos exigidos;
 - b) Obrigação de fornecer as refeições, nos termos constantes da sua proposta, conforme as normas legais vigentes aplicáveis ao exercício da atividade, as características técnicas mínimas, níveis de serviço e demais requisitos constantes do caderno de encargos e demais documentos contratuais, salvo se forem propostas e adjudicadas condições mais vantajosas para as entidades adquirentes, caso em que estas prevalecem sobre aquelas;
 - c) Comunicar às entidades adquirentes e às entidades agregadoras, logo que deles tenham conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado com a entidade adquirente;
 - e) Não ceder a sua posição contratual nos contratos celebrados ao abrigo do acordo quadro sem prévia autorização do contraente público, cumprindo o exigido nos artigos 316.º e seguintes do CCP;
 - f) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições de fornecimento, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justificarem;

- g) Comunicar à CC-AML qualquer facto que ocorra durante a execução do acordo quadro e/ou dos contratos celebrados ao seu abrigo e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para o fornecimento, a sua situação jurídica ou a sua situação comercial;
- h) Comunicar à CC-AML e às entidades adquirentes, a nomeação do gestor de contrato responsável pela gestão do acordo quadro e dos contratos celebrados ao abrigo do mesmo, bem como quaisquer alterações relativamente à sua nomeação;
- i) Disponibilizar à CC-AML e às entidades adquirentes a informação relevante para a gestão dos contratos;
- k) Para preparação da execução do contrato, obrigação de efetuar uma reunião prévia de coordenação com os representantes de cada entidade adjudicante e a CC-AML, se assim for solicitado;
- l) Obrigação de respeitar o itinerário e o horário da distribuição das refeições escolares apresentados com a sua proposta final nos termos do artigo 259.º do CCP;
- m) Obrigação de disponibilização dos profissionais a colocar em serviço de refeitório, de acordo com o número e categorias profissionais referidas no Mapa apresentado com a sua proposta, em cumprimento dos rácios estipulados nas Clausulas Técnicas – Parte II do presente Caderno de Encargos, sem prejuízo da possibilidade de existência de trabalhadores das próprias entidades adquirentes;
- n) Realização análises microbiológicas aos equipamentos e utensílios (zaragatoa de superfície), às mãos dos manipuladores e às refeições servidas, em cada local de confeção e por período letivo, nos locais de fornecimento de refeições transportadas, de acordo com a calendarização apresentada com a sua proposta;
- o) Realização de formação inicial, incluída no plano de formação na área da higiene e segurança alimentar dos profissionais a afetar à execução do contrato, com o mínimo de dez horas, a realizar até dois dias antes do início do fornecimento de refeições, nos termos do Plano de Formação apresentado pelo adjudicatário com a sua proposta;
- p) Obrigação de fornecer e confeccionar as refeições às escolas e jardins-de-infância das entidades adquirentes, nos contratos celebrados ao abrigo do acordo quadro, nos termos do artigo 259.º do CCP;

- q) Obrigação de efetuar o transporte e distribuição diária das refeições para as escolas e jardins-de-infância sem cozinha, que vierem a ser consideradas nos contratos celebrados ao abrigo do acordo quadro nos termos do artigo 259.º do CCP;
 - r) Obrigação de garantir o empratamento e acondicionamento em recipiente apropriado para as refeições transportadas a quente;
 - s) Obrigação de cumprir as ementas e captações das refeições de acordo com o estabelecido nos convites remetidos para efeitos do disposto no artigo 259.º do CCP;
 - t) Obrigação de entregar as refeições nas escolas e jardins-de-infância, no próprio dia, em horário a definir pelas entidades adquirentes no procedimento a lançar ao abrigo do acordo quadro;
 - u) Obrigação de manter o pessoal, instalações e equipamentos nas devidas condições de higiene e limpeza;
 - v) Obrigação de fornecer refeições diferenciadas para os dias de visitas e/ou passeios escolares, desde que informados com a antecedência devida;
 - w) Obrigação de fornecer refeição de substituição, nas condições estabelecidas nos convites remetidos para efeitos do disposto no artigo 259.º do CCP, sempre que ocorram situações pontuais de falta de abastecimento de água, eletricidade e/ou gás, acautelando, igualmente o fornecimento de água potável engarrafada e demais palamenta descartável para o efeito (sempre que se justifique);
 - y) Obrigação de efetuar a reciclagem do óleo de fritar usado;
 - z) Obrigação de separar o lixo nas cozinhas, devendo as caixas e restantes embalagens serem recicladas e colocadas nos ecopontos mais próximos dos estabelecimentos de ensino;
 - aa) Obrigação em efetuar a limpeza das caixas de retenção de gordura, recorrendo, sempre que necessário, a uma empresa da especialidade para o efeito, suportando a entidade adjudicatária todos os custos inerentes à aquisição deste serviço;
 - bb) Manter atualizados todos os documentos de habilitação, entregando-os, quer à CC-AML, quer às entidades adquirentes;
 - cc) Manter sigilo e garantir a confidencialidade;
2. Em caso de abertura/encerramento de refeitórios e de aumento/redução do número de refeições das entidades adquirentes, o adjudicatário manterá os atributos, termos

e condições da proposta apresentada no âmbito do procedimento aquisitivo lançado ao abrigo do acordo quadro.

3. A obrigação de fornecer refeições e demais obrigações principais referidas no número anterior que decorrem do contrato para o prestador de serviços, devem ser prestadas diariamente, em todos os dias do ano letivo.
4. O Prestador de Serviços é responsável perante a CC-AML e as entidades adjudicantes abrangidas pela mesma por qualquer defeito ou discrepância dos serviços objeto do contrato a celebrar que existam no momento em que estes lhes sejam prestados.
5. A título acessório, a entidade prestadora fica ainda obrigada a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação dos serviços, obrigando-se o prestador do serviço a cumprir o sistema informático de monitorização e controlo de refeições existente ou não existindo, a implementar um sistema de monitorização e controlo das refeições, sendo que a venda das refeições, a sua recolha, contagem e atos subsequentes (até à sua entrega, apensa ao relatório de fornecimento diário ao Estabelecimento de Ensino no final de cada dia para confirmação) serão da sua inteira responsabilidade.
6. Caso a entidade adjudicante não possua sistema informático de monitorização e controlo de refeições, o sistema a implementar deverá contemplar os seguintes itens: definição do valor das refeições por escalão do ASE, por cada nível de ensino e escola; consulta das refeições por escola e por aluno; ementas; previsão das refeições; marcação das refeições por escola e aluno; pagamento das refeições por escola com acesso ao débito/crédito de cada aluno e a apresentação de relatórios variados (previsão de custos, ementas, e entre outros).

Artigo 6.º

Requisitos do fornecimento de refeições

1. O fornecimento de refeições terá de ser executado em perfeita conformidade com as condições estabelecidas nos documentos contratuais e demais legislação em vigor.
2. O adjudicatário é responsável pela qualidade e condições higieno-sanitárias do fornecimento das refeições, correndo por sua conta a reparação dos danos e prejuízos nos casos de toxinfecção e/ou infeção alimentar.

Artigo 7.º

Acompanhamento da execução do contrato

1. Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a manter reuniões de coordenação com os representantes da CC-AML e das Entidades Adquirentes.
2. As reuniões previstas no número anterior serão precedidas de convocação escrita por parte dos Municípios ou da CC-AML, onde deve constar a agenda prévia para cada reunião.
3. Sem prejuízo da realização das reuniões de acompanhamento referidas no n.º 1 da presente cláusula, a CC-AML e as Entidades Adquirentes poderão, sempre que entender necessário, solicitar ao prestador de serviços os esclarecimentos de quaisquer questões relacionadas com o objeto ou a forma da prestação de serviços.
4. Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português.
4. O adjudicatário, no prazo de 15 dias úteis contados da data de celebração do contrato, deverá informar as respetivas entidades adjudicantes, por escrito, e relativamente a cada um dos refeitórios, quanto ao funcionário que o representará, indicando a respetiva categoria, que deverá estar afeto ao refeitório.
5. A eventual substituição dos representantes deverá ser comunicada, por escrito, no prazo de 5 dias úteis a contar da mesma, devendo igualmente estar afeto ao refeitório.
6. O representante de cada uma das entidades adjudicantes será a pessoa para o efeito designada pelas mesmas.

Artigo 8.º

Registos obrigatórios

1. Em cada refeitório deverá existir, obrigatoriamente, um Registo Diário do Funcionamento do Refeitório, conforme modelo a enviar pelas entidades adquirentes junto com o convite remetido nos termos do artigo 259.º do CCP, em que o representante da entidade adjudicante e o representante do adjudicatário registarão a apreciação quantitativa e qualitativa relativa à execução do serviço diário e Mapas de Controlo Diário das refeições, baseados no sistema informático existente ou a implementar pelo adjudicatário, contendo os campos definidos no n.º 6 do artigo 5.º.
2. O Registo a que se refere o número anterior pode ser efetuado por meios eletrónicos, sendo de envio obrigatório à Entidade Adjudicante sempre que se

registrem situações violadoras do cumprimento do contrato (deficiência na qualidade e quantidade da refeição).

Artigo 9.º

Direito de testes de validação

O adjudicatário obriga-se a facultar às entidades adjudicantes, à CC-AML ou a quem estas designem, durante a vigência do acordo quadro ou dos contratos de fornecimento celebrados ao abrigo deste, os bens constantes no acordo quadro e nos respetivos contratos para realização de testes.

Artigo 10.º

Dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa a CC-AML e as entidades adjudicantes por ela abrangidas, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato, sendo esta obrigação extensível aos seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que as mesmas envolvam.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente a execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público a data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Artigo 11.º

Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no âmbito do acordo quadro ou dos contratos celebrados ao seu abrigo, de direitos de propriedade intelectual ou industrial nomeadamente de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. O adjudicatário obriga-se a requerer, custear, obter e manter em vigor todas as licenças, certificações, credenciações e autorizações necessárias ao exercício da

atividade integrada ou de algum modo relacionada com o objeto do contrato, observando todos os requisitos que para tal sejam necessários.

3. O adjudicatário deverá informar, de imediato, a entidade adjudicante no caso de qualquer das licenças, certificações, credenciações ou autorizações a que se refere o número anterior lhe serem retiradas, caducarem, serem revogadas ou por qualquer motivo deixarem de operar os seus efeitos, indicando, desde logo, que medidas tomou ou irá tomar para repor tais títulos em vigor.
4. O adjudicatário é responsável pela violação de quaisquer direitos de patente, de conceção, de licenças, de projetos, de marcas, de nomes ou de quaisquer outros direitos de propriedade intelectual, industrial ou afins, respeitantes a bens e aos serviços objeto do contrato de acordo quadro, nomeadamente projetos, estudos, programas informáticos, equipamento, materiais, documentação ou trabalhos realizados.
5. O adjudicatário é responsável por qualquer reclamação formulada perante a entidade adjudicante e/ou entidade adquirente, resultante de violação dos direitos referidos nos números anteriores, adotando a entidade adjudicante e/ou entidade adquirente o procedimento que se releve mais adequado para a intervenção plena do adjudicatário na discussão e no esclarecimento, perante terceiros reclamantes ou quaisquer autoridades, das dúvidas que, neste âmbito, se coloquem.
6. O adjudicatário responde, independentemente de culpa, pelos danos que sejam imputados à entidade adjudicante e/ou entidade adquirente e que se produzam perante terceiros, quando decorrentes de violação dos direitos a que alude o presente artigo, devendo indemnizar a entidade adjudicante e/ou entidade adquirente de todas as despesas que, em consequência, hajam de fazer e de todas as quantias que tenham de pagar seja a que título for.

Artigo 12.º

Seguros

1. É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura, através de contratos de seguro, de todos os riscos inerentes à atividade e regulados pela respetiva legislação, nomeadamente, Responsabilidade Civil de Exploração, com inclusão da cobertura de intoxicação alimentar, seguro de Multirriscos ou de Incêndio e acidentes de trabalho do respetivo pessoal.
2. As entidades adjudicantes abrangidas pela CC-AML podem, durante o período de execução do contrato, e sempre que entenderem conveniente, exigir prova

documental atualizada da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo a entidade prestadora disponibilizá-la no prazo de dez dias.

Artigo 13.º

Obrigações das Entidades Adquirentes

1. Constituem obrigações das entidades adjudicantes abrangidas pela CC-AML:
 - a) Celebrar os contratos com os adjudicatários, nas condições expressas no presente caderno de encargos;
 - b) Pagar aos adjudicatários, em cumprimento do previsto no presente Caderno de Encargos, o preço que a cada uma delas corresponda, considerando as quantidades de refeições que lhes forem fornecidas.
 - c) Monitorizar o fornecimento de refeições no que respeita aos requisitos técnicos e níveis de serviço, e aplicar as devidas sanções em caso de incumprimento;
 - d) Comunicar, em tempo útil, à CC-AML os aspetos relevantes que tenham impacto no cumprimento do contrato e reportar os resultados da monitorização; e,
 - e) Facultar toda a informação relativa aos fornecimentos efetuados ao abrigo do contrato, sempre que lhes seja solicitado pela CC-AML.

Artigo 14.º

Segurança

1. As entidades adjudicantes abrangidas pela CC-AML garantirão ao adjudicatário o acesso às suas instalações para a realização de todos os trabalhos que forem necessários realizar para o cumprimento do contrato a celebrar.
2. As entidades adjudicantes abrangidas pela CC-AML acordarão com o adjudicatário as normas de identificação do seu pessoal e os procedimentos adequados para o acesso e circulação nas instalações, para a realização dos trabalhos necessários para o fornecimento das refeições objeto do contrato a celebrar.
3. As entidades adjudicantes deverão ainda designar ou acordar para cada refeitório, um representante.

Artigo 15.º

Obrigações da CC-AML

Constituem, entre outras, obrigações da CC-AML:

- a) Celebrar, gerir, acompanhar, promover e atualizar o acordo quadro respeitante à aquisição de Refeições Escolares;
- b) Definir e disponibilizar linhas orientadoras, peças procedimentais e minutas de contratos às entidades adjudicatárias, de apoio à elaboração de procedimentos de aquisição;
- c) Monitorizar a qualidade do fornecimento de refeições escolares, designadamente realizando auditorias ou tratando a informação recebida ao abrigo do disposto nos artigos anteriores e, quando justificado, aplicar sanções em caso de incumprimentos; e,
- d) Fornecer às entidades adjudicantes, a requerimento destas, elementos disponíveis que não tenham carácter confidencial ou sigiloso e que se afigurem convenientes para uma melhor execução das prestações compreendidas no objeto dos contratos de fornecimento.

Artigo 16.º

Auditorias

1. A qualquer momento a CC-AML, as entidades agregadoras e as entidades adquirentes, ou outras entidades mandatadas para o efeito, podem solicitar informação ou realizar auditorias com vista à monitorização da qualidade do fornecimento e cumprimento das obrigações legais por parte dos fornecedores e, quando justificado, aplicar sanções em caso de incumprimento.
2. A CC-AML e as entidades adjudicantes poderão fazer-se substituir-se nas ações de fiscalização, controlo e auditoria por uma entidade de reconhecido mérito na especialidade e/ou certificada para o efeito, a qual poderá ter intervenção em qualquer fase do processo.
3. As entidades adjudicantes e a CC-AML poderão a qualquer momento e sempre que o entenderem recolher amostras e mandarem proceder às análises, ensaios e provas em laboratórios oficiais e/ou acreditados.
4. Os adjudicatários obrigam-se a facultar a visita às suas instalações fabris, o exame dos produtos em fase de armazenagem, preparação e confeção, bem como a documentação referente aos sistemas de HACCP aos representantes das entidades

adjudicantes e da CC-AML, incluindo obviamente os serviços e organismos com competências específicas.

5. As entidades adjudicantes podem efetuar o controlo, fiscalização e avaliação do fornecimento prestado, recorrendo, designadamente, aos seguintes métodos:
- a) Pesagem dos produtos e alimentos destinados à confeção de refeições, quando descongelados, limpos e prontos a cozinhar;
 - b) Verificação quantitativa e qualitativa das refeições, podendo, se for caso disso, rejeitar total ou parcialmente as mesmas;
 - c) Acesso às instalações do fornecedor, nos casos em que as refeições sejam confeccionadas naquele local e recolha de elementos de prova caso sejam verificadas desconformidades com as normas em vigor ou com o estabelecido contratualmente;
 - d) O adjudicatário coloca à disposição da entidade adjudicante adquirente em cada refeitório, e em cada dia que seja fornecido o serviço, sem qualquer encargo para a entidade adjudicante, uma refeição completa do prato confeccionado e demais componentes da ementa, respeitando escrupulosamente as captações, para permitir que um adulto designado pela entidade adjudicante possa, depois do seu consumo, apreciar a qualidade do serviço prestado.

PARTE II DOS PROCEDIMENTOS DE AQUISIÇÃO AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO

CAPÍTULO I CONTRATOS AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO

Artigo 17.º

Aquisição de Refeições Escolares

A aquisição de Refeições Escolares pelas entidades adquirentes será, nos termos do artigo 259.º do Código dos Contratos Públicos, efetuada por consulta a todos os cocontratantes do acordo quadro, por referência ao(s) lotes(s) a adquirir, para que apresentem as suas propostas, fixando-se um prazo suficiente para o efeito.

Artigo 18.º

Critérios de adjudicação ao abrigo do acordo quadro

1. Nos procedimentos lançados ao abrigo do acordo quadro, as entidades adquirentes podem optar pelo critério do preço mais baixo ou pela proposta economicamente mais vantajosa considerando, entre outros, alguns dos seguintes fatores:
 - a) Preço;
 - b) Adequação alimentar tendo em conta a variedade alimentar, adequação energética e equilíbrio nutricional;
 - c) Diversidade das ementas apresentadas mencionando o peso edível para cada refeição;
 - d) Plano de entrega de refeições diferidas;
 - e) Plano de controlo de qualidade do serviço prestado e das refeições fornecidas, nomeadamente: inquérito de avaliação e recolha de amostras para análise microbiológicas;
 - f) Rácio de pessoal afeto ao refeitório, à copa e cozinha;
 - g) Percentagem de incidência da matéria-prima no preço unitário da refeição;
 - h) Requisitos ambientais.
2. As entidades adquirentes devem fixar no convite regras de desempate das propostas.

Artigo 19.º

Quantidades estimadas de Consumo

1. As quantidades estimadas de refeições a fornecer para os níveis de ensino, para cada lote, no âmbito dos procedimentos lançados ao abrigo do acordo quadro, serão indicadas por cada uma das entidades adjudicantes abrangidas pela CC-AML, nos termos do artigo 259.º do CCP.
2. Nas quantidades estimadas a fornecer estão incluídas as refeições aos adultos/agentes educativos que desejem esse serviço, mediante encomenda prévia.
3. As entidades adquirentes não estão obrigadas, em cada lote, a solicitar, nos termos do art.º 259.º do CCP, propostas para todos os níveis de ensino, devendo identificar, apenas, as quantidades estimadas para os níveis de ensino para os quais é necessário o fornecimento de refeições.

4. As quantidades acima referidas representam indicadores de consumo, que não podem ser excedidos, não estando as entidades adquirentes vinculadas à aquisição total das mesmas.

Artigo 20.º

Preço das refeições

1. O preço do serviço prestado corresponderá à multiplicação do preço unitário por refeição proposto, pela quantidade de refeições encomendadas, comprovadamente validadas conforme venha a ser definido por cada entidade adquirente.
2. No caso de refeições requisitadas no próprio dia, não é permitida a sua requisição depois das 9 horas e até essa hora o número de refeições a requisitar não poderá, em caso algum, ultrapassar uma percentagem de 5% do número da véspera.

Artigo 21.º

Condições de pagamento dos contratos celebrados ao abrigo do acordo quadro

1. As entidades adjudicantes abrangidas pela CC-AML são os únicos responsáveis pelo pagamento do preço dos fornecimentos que lhes sejam prestados no âmbito dos contratos celebrados ao abrigo do acordo quadro, não podendo o adjudicatário, em caso algum, emitir faturas à AML.
2. Pelo fornecimento das refeições objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes no presente Caderno de Encargos, as entidades adjudicantes devem pagar ao adjudicatário o preço resultante da aplicação dos preços unitários apresentados na proposta, que não podem exceder os preços unitários fixados no acordo quadro, ao número de refeições encomendadas, conforme referido no artigo anterior.
3. Em caso de atraso das entidades adquirentes no cumprimento das obrigações pecuniárias tem o adjudicatário direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora, nos termos do disposto no artigo 326.º do CCP.
4. Para efeitos de realização de pagamentos, o adjudicatário deve emitir fatura discriminada dos serviços prestados no período a que a mesma se refere, discriminada por estabelecimento, nível de ensino e serviço que só será paga após ser confirmado e visada pelos serviços municipais responsáveis.

5. O preço apresentado inclui todos os custos, encargos e despesas pela execução do serviço, cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída as entidades adjudicantes abrangidas pela CC-AML, nomeadamente os relativos ao transporte das refeições objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização das marcas registadas, patentes ou licenças.

Artigo 22.º

Penalidades

1. O incumprimento das condições de fornecimento previstas no acordo quadro, por causa imputável ao adjudicatário, confere as entidades adjudicantes abrangidas pela CC-AML (entidades adquirentes) o direito a serem indemnizadas através da aplicação de uma pena pecuniária, a deduzir nas faturas e respetivos pagamentos subsequentes, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, sem prejuízo do previsto no n.º 7 e seguintes do presente artigo.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, as entidades adjudicantes abrangidas pela CC-AML têm em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, as entidades adjudicantes podem exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual.
4. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do presente artigo, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso tenha determinado a respetiva resolução.
5. Sempre que se verifique uma suspensão parcial ou temporária do fornecimento por parte do prestador de serviços ou o não cumprimento das capitações estabelecidas no Anexo II deste Caderno de Encargos, este ficará sujeito ao pagamento de uma indemnização às entidades adquirentes correspondente às despesas eventualmente realizadas com o fornecimento de alimentação alternativa e de uma coima de 4 vezes o valor da refeição em caso de incumprimento da capitação e de 10 vezes o valor da refeição em caso de falta de fornecimento de refeição.
6. No que diz respeito ao pessoal afeto ao fornecimento das refeições:

- a) O prestador de serviços é responsável pela reparação de prejuízos causados pelo seu pessoal nas instalações, equipamento e material, e a terceiros;
- b) O número mínimo e categorias dos trabalhadores ao serviço em cada refeitório é o definido neste caderno de Encargos, para todos os tipos de fornecimento de refeições. O número não pode ser influenciado por eventuais situações de acréscimo ou de redução pontuais do número médio de refeições. Sempre que não seja cumprido o rácio acima referido, por ausência não justificada de qualquer unidade do pessoal previsto, a percentagem correspondente relativa a encargos com pessoal poderá ser reduzida na faturação, através da seguinte fórmula:

$$I1 = (Ep / Nt) \times Nf \times R$$

Em que:

I1 = Valor da indemnização a deduzir na faturação

Ep = Encargos com pessoal na nota justificativa do preço

Nt = N.º total de elementos que deviam estar no refeitório

Nf = N.º de elementos em falta

R = N.º de refeições encomendadas

- c) Sempre que não forem respeitadas as categorias de pessoal a que o adjudicatário se vinculou na proposta, ou sempre que seja colocado pessoal a tempo parcial em substituição de pessoal a tempo inteiro, será aplicada uma penalidade no valor de 40,00€ (quarenta euros) por cada trabalhador e por cada dia de ausência, de acordo com a seguinte fórmula:

$$40\text{€} \times [\text{n.º de dias} \times \text{n.º trabalhadores}] = \text{Multa}$$

- d) Sempre que o adjudicatário não cumprir os prazos estipulados para a limpeza e arrumação das instalações, ser-lhe-á aplicada uma penalidade no valor de 100,00€ (cem euros) por escola e por cada dia de incumprimento (formula de cálculo: $100\text{€} \times \text{n.º dias} = \text{Multa}$), sem prejuízo do direito de resolução do contrato, conforme disposto neste Caderno de Encargos.
 - e) Sempre que se verifique o incumprimento na higiene do pessoal afeto à empresa (fardamento sujo e/ou inexistente, uso de adornos, unhas pintadas, deficiente higienização das mãos) será aplicada uma penalidade no valor de 25,00€ (vinte cinco euros) por inconformidade, sempre que o incumprimento se verifique.
7. Relativamente à qualidade da refeição servida, observar-se-á o seguinte:
- Sempre que forem obtidas pela entidade adjudicante ou por outras entidades oficiais, análises efetuadas em laboratórios acreditados ou de referência com

resultados não aceitáveis no que respeita à qualidade das refeições, fica o adjudicatário sujeito aos parâmetros de avaliação utilizados pelos laboratórios contratados e poder-lhe-á ser aplicada pela entidade adjudicante uma penalidade no valor de 500,00€ (quinhentos euros) a que respeita o resultado obtido, independente do direito de resolução do contrato, conforme disposto neste Caderno de Encargos;

- Sempre que forem realizadas auditorias pela entidade adjudicante ou por outras entidades por ela mandatadas, que verifiquem em simultâneo 4 inconformidades das enunciadas nas alíneas abaixo, violadoras do cumprimento do contrato, a entidade adjudicante poderá exigir, cumulativamente a outras penalidades já referidas em situações individualmente consideradas, o valor de € 250,00 (duzentos e cinquenta euros), independente do direito de rescisão do contrato, conforme disposto neste Caderno de Encargos:
 - a. Qualidade dos géneros alimentícios;
 - b. Fardamento e higiene pessoal;
 - c. Registos das temperaturas alimentos/matérias-primas;
 - d. Registos temperaturas refeições;
 - e. Registos temperatura equipamentos (frio e quente);
 - f. Registos lavagem e desinfestação de legumes, saladas e frutas;
 - g. Registos recolha/armazenamento da amostra;
 - h. Registos higienização das instalações, equipamentos fixos e móvel e restante utensilagem);
 - i. Afixação das ementas em local de fácil acesso a toda a comunidade escolar;
 - j. Afixação do quadro do pessoal atualizado em cada unidade;
 - k. Horário da entrega dos produtos;
 - l. Alteração das ementas sem conhecimento da entidade adjudicante.

8. O incumprimento da realização das ações de formação constantes da proposta constitui à entidade adjudicante o direito de deduzir o valor a faturar no montante calculado pela seguinte fórmula:

Valor da indemnização a deduzir na fatura = Custo hora por formando estimado (€15,00) X N° de horas do formando em falta.

9. O incumprimento relativo às análises laboratoriais constitui a entidade adjudicante no direito de deduzir o montante calculado pela seguinte fórmula:

$$I3 = N \times Ca$$

Em que:

I3 = Valor da indemnização a deduzir na fatura

N = N.º de análises em falta por refeitório (refeições ou pessoal ou equip.)

Ca = Custo unitário p/ penalização - €80,00

10. O adjudicatário fica obrigado a fornecer à entidade adquirente toda a documentação relativa ao sistema HACCP a vigorar nas unidades abrangidas pelo presente instrumento contratual. A documentação, após aprovada pelas entidades adquirentes, será usada como referência e parâmetro de inspeções e auditorias, a levar a efeito pela entidade adjudicante ou por quem esta delegue tais funções. Em caso de deteção de não-conformidades em relação ao sistema HACCP, o adjudicante incorrerá em multas de valores entre 750,00€ e 2.500,00€ por ocorrência. O valor de cada multa variará conforme a gravidade atribuída pelas Entidades Adjudicantes, de acordo com os critérios próprios de análise dos riscos para a segurança alimentar. As multas referentes à violação do sistema HACCP são acumuláveis com outras penalidades a que o mesmo evento possa corresponder.
11. Após receção/comunicação formal das anomalias pela entidade adjudicante, o adjudicatário dispõe de 10 dias úteis para a regularização das anomalias, findo o qual, será efetuada nova auditoria e, caso a situação se mantenha, será aplicada pela entidade adjudicante uma penalidade no valor de 500,00€ (quinhentos euros), independente do direito de resolução do contrato, conforme disposto neste Caderno de Encargos.
12. A aplicação das penalidades previstas na presente cláusula não poderá ultrapassar os limites previstos no artigo 329.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 23.º

Caução

Para efeitos de garantia da celebração do contrato, bem como do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com essa celebração, as entidades adquirentes poderão, ao abrigo do disposto no artigo 88.º do CCP exigir a prestação da caução, sendo, a mesma obrigatória quando o preço contratual for igual ou superior a 200.000,00€.

Artigo 24.º

Despesas

Correm por conta do adjudicatário todas as despesas em que este haja de incorrer em virtude de obrigações emergentes do contrato, incluindo as relativas à prestação e manutenção da caução.

Artigo 25.º

Casos fortuitos ou de força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem e havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias a vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagem, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins ou determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - b) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais, de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

- c) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
 - d) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - e) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
 - f) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.
5. A força maior ou a ocorrência de casos fortuitos determinam a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento daquelas resultantes.

Artigo 26.º

Resolução do contrato

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, as entidades adjudicantes abrangidas pela CC-AML podem resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbe.
2. As entidades adjudicantes poderão resolver o contrato sempre que, por razões imputáveis ao adjudicatário, a normal prestação de serviço se encontre gravemente prejudicada.
3. Para efeitos do disposto no número anterior, constituem condições resolutórias, designadamente:
 - a) A utilização abusiva ou acentuada deterioração das instalações, equipamento e material, por parte dos elementos designados ao serviço pelo adjudicatário;
 - b) Não satisfação das especificações técnicas dos produtos conforme legislação em vigor;
 - c) A prática de atos com dolo ou negligência que prejudiquem o funcionamento e qualidade da prestação de serviço;
 - d) A oposição às visitas ou operações de verificação e controlo por parte das entidades adjudicantes;

- e) Incumprimento das obrigações que resultam dos contratos celebrados ao abrigo do acordo quadro;
 - f) Incumprimento, por parte do prestador de serviços, das suas obrigações relativamente aos pagamentos das contribuições para com a Administração Fiscal e Segurança Social, nos termos das disposições legais aplicáveis;
 - g) Falsas declarações.
4. Considera-se haver incumprimento definitivo, suscetível de aplicação da sanção de resolução sancionatória quando, após notificação e concessão de prazo para o cumprimento da obrigação em falta, o cocontratante continue a incorrer em incumprimento.
 5. A resolução motivará a perda do depósito de garantia e constitui um direito que a entidade adjudicante exercerá definitivamente.
 6. Em qualquer caso de resolução, o adjudicatário é obrigado a assegurar a prestação de serviço por um período mínimo de 90 dias a contar da data de notificação.
 7. A cessação dos efeitos do contrato não prejudica o exercício de responsabilidade civil ou criminal por atos ocorridos durante a execução do contrato.
 8. Em caso de resolução, o adjudicatário não goza do direito de retenção, devendo, sem prejuízo do estipulado no número 6, entregar imediatamente as instalações e equipamentos por si utilizados, em bom estado de conservação e limpeza.
 9. A resolução do acordo quadro relativamente a um cocontratante não prejudica a aplicação de qualquer das sanções previstas no artigo 22.º do presente Caderno de Encargos.

CAPÍTULO II CLÁUSULAS TÉCNICAS

Artigo 27.º

Capitações

As capitações dos produtos a utilizar na confeção das refeições são as constantes no Anexo 2 da Circular n.º 3/DSEEAS/DGE/2013 (Anexo II deste Caderno de Encargos), ou noutra que estiver em vigor na data da aquisição.

Artigo 28.º

Prazo da Prestação do Serviço

1. A prestação de serviço iniciar-se-á no primeiro dia útil considerado para o início do ano letivo (de acordo com despacho do Ministério da Educação e Direções de Agrupamento de Escolas), salvo indicação contrária por parte da entidade adquirente.
2. O fornecimento de refeições terá a duração mínima de um ano letivo.
3. Durante a vigência do contrato, o prestador de serviços obriga-se a garantir refeições todos os dias úteis, conforme for estabelecido no calendário escolar definido pelo Ministério da Educação e adotado pelos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas.
4. Para além do disposto no número anterior, o prestador de serviços obriga-se ainda a fornecer refeições escolares a crianças, jovens ou adultos acompanhantes, em atividades promovidas pelos municípios ou pelos estabelecimentos de ensino, em dias não letivos, desde que as mesmas constem dos seus planos anuais de atividades, ou em programas municipais de ocupação de tempos livres nas pausas letivas, integrados na componente de apoio à família (CAF) e atividades de animação e de apoio à família (AAAF), dos alunos do 1.º ciclo e das crianças de jardim-de-infância, respetivamente, ou dirigidos a qualquer outro nível de ensino.
5. O contrato mantém-se em vigor durante o ano escolar a que diga respeito e até à conclusão dos serviços em conformidade com os termos e condições estabelecidos no Caderno de Encargos das entidades adquirentes, com respeito pelo disposto no presente Caderno de Encargos e na legislação aplicável, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.

Artigo 29.º

Requisitos do fornecimento

1. Os horários de fornecimento de refeições serão os seguintes:
 - a) Refeições confeccionadas no local: todos os dias úteis, entre as 11h30m e as 14h30m;
 - b) Refeições transportadas a quente, todos os dias úteis, entregues até às 11h30, para que o seu consumo, no próprio dia, possa decorrer a partir das 11h45; e a frio entregues no dia anterior ao do seu consumo;

- c) No caso do fornecimento de refeições nas Escolas com confeitaria local, o número de refeições será comunicado ao adjudicatário até às 09h00 do próprio dia;
 - d) No caso do fornecimento de refeições transportadas, o número de refeições será comunicado ao adjudicatário até às 17h00 do dia anterior.
- 2. O adjudicatário, no local de consumo, deve garantir as condições necessárias para o fornecimento e transporte das refeições transportadas.
- 3. O fornecimento das refeições terá de ser executado em perfeita conformidade com as condições estabelecidas nos documentos contratuais e demais legislação em vigor, garantindo o cumprimento dos princípios de HACCP.
- 4. O adjudicatário é responsável pela qualidade e condições higieno-sanitárias do fornecimento das refeições, correndo por sua conta a reparação dos danos e prejuízos nos casos de intoxicação alimentar.
- 5. Considerando as diferentes tipologias de refeições a fornecer nos termos do previsto no presente Caderno de Encargos, o adjudicatário é responsável:
 - a) Pela disponibilização de recursos humanos de acordo com as exigências definidas nos rácios e as necessidades identificadas por estabelecimento de ensino, respeitando o número mínimo de trabalhadores definido no Anexo I deste Caderno de Encargos, para:
 - i. Confeitaria das refeições, bem como todas as tarefas e materiais necessários à higienização da cozinha;
 - ii. Preparação, empratamento, acompanhamento e vigilância dos alunos, bem como todas as tarefas inerentes a higienização e manutenção do refeitório e copa;
 - iii. Recebimento da refeição quando transportada;
 - b) Fornecimento de toalhetes de papel, guardanapos de papel e o empacotamento de talheres e do pão;
 - c) Fornecimento de palamenta descartável constituída por toalhete de papel, guardanapo de papel, um prato de sopa, um prato raso, um copo e um conjunto de talheres;
 - d) Pelo fornecimento do material de higienização para todos os refeitórios;
 - e) Pela confeitaria, distribuição e transporte das refeições garantindo a qualidade das mesmas, bem como as condições higieno-sanitárias previstas no presente Caderno de Encargos e demais legislação em vigor.

Artigo 30.º

Ementas

1. As refeições objeto do contrato não podem sofrer qualquer processo de regeneração, exceto previsão expressa no Sistema de HACCP, e deverão ser confeccionadas com alimentos em perfeito estado de salubridade, de boa qualidade, respeitando as boas técnicas de confeção, segundo ementas a apresentar pelo adjudicatário e de acordo com as orientações do Ministério da Educação.
2. Na definição das ementas, devem ser observados os princípios para uma alimentação saudável, designadamente as orientações definidas pelo Anexo II deste Caderno de Encargos - Circular n.º 3/DSEEAS/DGE/2013 (ou outra que a venha alterar/revogar) e demais legislação em vigor, designadamente o Regulamento (CE) n.º 852/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril e o Regulamento (CE) n.º 178/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro, respeitantes à natureza dos alimentos autorizados, à composição das ementas e às captações dos alimentos.
3. Os alimentos que não constam no Anexo II deste Caderno de Encargos, não podem ser utilizados na composição da ementa, admitindo-se, excecionalmente, a inclusão de outros alimentos desde que sejam considerados equivalentes aos ali incluídos e desde que previamente autorizados pelas entidades adjudicantes, por sua própria iniciativa ou por proposta do adjudicatário.
4. O adjudicatário deverá fornecer refeições e lanches de acordo com dietas específicas, por motivos de ordem médica ou religiosa, quando para tal for solicitado pelas entidades adjudicantes, com a antecedência mínima de 24 horas.
5. Caso a entidade adjudicante não defina as ementas aquando do envio do convite estas deverão ser apresentadas pelo adjudicatário 3 (três) semanas antes da sua confeção, para aprovação das entidades adjudicantes, e sempre com indicação do valor nutricional.
6. Relativamente aos lanches e pequenos-almoços, os mesmos deverão ser compostos de forma equilibrada e harmoniosa, devendo consistir diariamente no seguinte:
 - pequeno-almoço: sandes (manteiga, fiambre, queijo ou doce) com leite simples ou iogurte;
 - lanche: sandes (manteiga, fiambre, queijo ou doce) ou bolacha com leite simples, iogurte ou peça de fruta.

Artigo 31.º

Matéria-prima alimentar

1. O aprovisionamento de matéria-prima nos refeitórios (carne, peixe, verdura, frutas, produtos lácteos, ovo líquido, etc.) deve ser feito de forma a garantir os adequados procedimentos de armazenagem e de descongelação dos produtos.
2. Em caso de espaço reduzido dos equipamentos de refrigeração e congelação, quer este resulte da dimensão dos equipamentos existentes, quer de situações de avaria ou outras, o adjudicatário compromete-se a proceder ao número de entregas necessárias para garantir as condições de armazenamento adequadas e o eficaz funcionamento dos equipamentos.

Artigo 32.º

Instalações, equipamento e material

1. As entidades adjudicantes colocam à disposição do adjudicatário as suas instalações, o equipamento e outro material (fixo e móvel) necessário ao serviço contratado.
2. Não obstante o disposto no número anterior, será da responsabilidade do adjudicatário, nos termos a definir pelas entidades adquirentes, a substituição temporária de equipamentos e materiais que não garantam a boa execução dos serviços a prestar.
3. O equipamento necessário para o transporte de refeições (malas isotérmicas ou outro) será da responsabilidade do adjudicatário.
4. Sem prejuízo do disposto no n.º 2, o adjudicatário fica responsável pela correta utilização de todo o material, equipamento e instalações cedidos, correndo por sua conta as perdas e danos verificados por dolo ou negligência do seu pessoal e, ainda, os encargos com as reparações do equipamento cedido pelas entidades adjudicantes.
5. São da responsabilidade do adjudicatário, independentemente das causas do desaparecimento, a reposição de todo o material de serviço (tachos, tabuleiros, conchas, escumadeiras, pinças, etc.), considerando-se o diferencial entre as existências do inventário inicial e as que se verificarem em inventários conjuntos a decorrer no final dos períodos letivos.
6. A reposição deste material deverá ter lugar até ao início de cada período letivo o que, a não ocorrer, configurará um incumprimento contratual e permitirá às

entidades adjudicantes adquirir todos os itens em falta, debitando o valor correspondente ao adjudicatário, em qualquer das faturas subsequentes ao evento.

7. As instalações, o equipamento e o material deverão apresentar-se sempre em boas condições de higiene e conservação.
8. São, ainda, responsabilidades do adjudicatário:
 - a) Manipular os equipamentos no estrito cumprimento das normas e instruções de utilização, zelando pela sua cuidadosa manutenção, por forma a garantir as boas condições de utilização;
 - b) Obrigação de manter e reparar os equipamentos de pequeno porte utilizados na confeção direta das refeições, nomeadamente trituradoras, robots de cozinha, entre outros, se exigido pelas entidades adquirentes;
 - c) Obrigação de reparar todos os equipamentos cuja avaria resulta de má utilização por parte dos funcionários afetos à atividade pelo prestador de serviços;
 - d) Obrigação de repor a palamenta necessária à adequada prestação do serviço.
9. Findo o contrato, as instalações, o equipamento e outro material, serão restituídos às entidades adjudicantes, em bom estado de conservação e funcionamento.
10. No início da prestação do serviço deverão as entidades adjudicantes e o adjudicatário elaborar o inventário do equipamento, com indicação do seu estado de conservação e funcionamento, o qual ficará anexo a ata a subscrever pelas partes.
11. O adjudicatário é responsável pelas operações de limpeza e desinfeção das instalações, pelos encargos com os materiais e os produtos utilizados, devendo ainda, zelar pela correta utilização dos materiais e produtos de limpeza (biodegradáveis), evitando o seu uso abusivo, excessivo ou a sua aplicação errada, obedecendo ao plano de higienização previamente definido.
12. O adjudicatário é responsável pela lavagem e desinfeção do equipamento que se destina ao transporte de alimentação, bem como pela limpeza profunda da chaminé e exaustor (motor, conduta e filtros).
13. Os encargos com água, gás e eletricidade são por conta das entidades adquirentes.
14. O adjudicatário é responsável pela verificação diária das temperaturas dos sistemas de frio (refrigeração/manutenção de congelados) e dos equipamentos de manutenção de temperaturas quentes (banhos-maria/estufas), através de termómetros específicos, elaborando os respetivos registos, em formulário próprio.
15. Nos períodos de interrupção das atividades letivas do Natal, da Páscoa, e do verão os equipamentos de frio não devem manter-se em funcionamento, excetuando-se os casos em que os estabelecimentos de ensino se encontrem em funcionamento.

16. Caso ocorram inconformidades com os produtos armazenados nos equipamentos existentes em unidades que não se encontrem em funcionamento, as entidades adjudicantes não se responsabilizam pelo pagamento de quaisquer prejuízos que eventualmente venham a ocorrer.
17. A temperatura dos óleos de fritura terá que ser controlada no início de cada fritura e a sua qualidade testada após cada utilização, devendo estes dados ficarem registados em impresso próprio.
18. O adjudicatário terá que possuir, em cada refeitório, testes rápidos ou outro sistema de avaliação de compostos polares, que permita o controlo eficaz da qualidade dos óleos de fritura.
19. As anomalias verificadas nas instalações no que se refere ao imóvel, designadamente no sistema de abastecimento de água, no sistema de saneamento, na rede elétrica, cobertura ou pavimentos, serão da responsabilidade das entidades adjudicantes nos casos em que os imóveis sejam da sua propriedade.
20. Em situação de furto as instalações nas quais sejam desviados géneros alimentícios, as entidades adjudicantes não se responsabilizam pelo pagamento dos mesmos.

Artigo 33.º

Implementação do Sistema de HACCP

1. O adjudicatário é responsável pelo cumprimento das obrigações impostas pela legislação relativa as normas gerais e específicas de higiene e medidas de controlo necessárias, de forma a garantir a segurança de todo o processo de fornecimento das refeições, designadamente:
 - a) Higiene Pessoal e Formação
 - i. Desenvolvimento de um plano de formação, no mínimo com 35 horas, na área da segurança alimentar, para todo o pessoal em serviço;
 - ii. Implementação de um código de boas práticas de higiene.
 - b) Higiene das instalações, equipamentos e utensílios
 - i. Fornecimento de produtos e materiais de limpeza homologados para o ramo alimentar e adequados ao tipo de limpeza;
 - ii. Existência de fichas técnicas e de segurança dos produtos e materiais de limpeza;
 - iii. Implementação de um plano de higienização (o quê, como, quando e quem);
 - iv. Existência de registos de controlo de operações de higienização;

c) Higiene Alimentar – Processo Produtivo

- i. Existência de registos de controlo de receção dos produtos alimentares e não alimentares (temperaturas, embalagens, aparência);
- ii. Implementação de um sistema de rastreabilidade;
- iii. Estabelecimento de boas práticas de armazenamento das matérias-primas/ingredientes, produtos preparados, produtos de limpeza e desinfecção e consumíveis;
- iv. Existência de registos de temperatura e de procedimentos escritos relativos ao armazenamento dos produtos;
- v. Existência de procedimentos escritos relativos as várias operações realizadas durante o processo de preparação, confeção e distribuição dos alimentos;

d) Transporte - O transporte das refeições deverá obedecer ao disposto no Capítulo IV, do Regulamento (CE) 852/2004 de 29 de abril, relativo à Higiene dos Géneros Alimentícios, nomeadamente:

- i. Ser efetuada em veículos destinados exclusivamente a esse fim, de forma a garantir a salubridade dos produtos a transportar;
- ii. O transporte dos alimentos deveser efetuado em recipientes de fácil higienização e que assegurem a manutenção das temperaturas adequadas ao fornecimento proposto ($\geq 65.^{\circ}\text{C}$, no caso dos alimentos quentes e $< 4.^{\circ}\text{C}$ nas saladas e iogurtes) e ao tempo necessário para a entrega do serviço;
- iii. A manutenção e higienização do equipamento de transporte são da inteira responsabilidade do adjudicatário, sendo higienizados nos locais de confeção, após a sua recolha nas escolas;
- iv. Disponibilização de veículos adequados e suficientes para o fim a que se destinam;
- v. Existência de registos de controlo das operações de higienização dos veículos;

e) Manuseamento e Controlo de Resíduos

- i. Existência de contentores herméticos de comando não manual, devidamente identificados;
- ii. Estabelecimento de boas práticas de manuseamento dos resíduos e de higienização dos contentores e dos locais de armazenagem.

Artigo 34.º

Preparação e arrumação das instalações

No âmbito da execução do contrato, o adjudicatário assegurará, nos dois dias anteriores ao início do fornecimento das refeições, a limpeza e a arrumação das instalações e do equipamento do refeitório, para que o seu funcionamento arranque nas melhores condições, garantindo também a respetiva limpeza e arrumação nos dois dias seguintes ao encerramento do refeitório, no final de cada período letivo.

Artigo 35.º

Verificação da execução

1. A verificação quantitativa e qualitativa deve ser registada diariamente, nas fichas constantes do Registo Diário do Funcionamento do Refeitório e do Mapa de Controlo Diário das Refeições, documentos que serão anexos aos convites remetidos pelas entidades adquirentes nos termos do artigo 259.º do CCP.
2. Os relatórios respeitantes às análises microbiológicas deverão ser entregues às Entidades Adjudicantes no prazo de 2 semanas após a sua realização.

Artigo 36.º

Controlo

1. O adjudicatário obriga-se a facultar a visita das instalações, o exame dos produtos em fase de armazenagem, preparação e confeção, bem como a documentação referente aos mesmos (faturas/guias de remessa devidamente arquivadas na unidade e rótulos dos produtos confeccionados, os quais devem ser guardados por um período correspondente a 72 horas), quer aos representantes da escola, quer aos técnicos das entidades adquirentes eventualmente presentes, sem esquecer os serviços e organismos com competência específica.
2. O adjudicatário obriga-se a preencher e a facultar os registos de entrada e saída de matéria-prima, que devem estar devidamente arquivados no refeitório.
3. O adjudicatário obriga-se a recolher diariamente amostras do prato confeccionado, que devem ser acondicionadas em sacos esterilizados, no meio e no fim do serviço de fornecimento da refeição. A recolha deve ser feita dos pratos colocados na linha de self/ou mesa do aluno e não retiradas diretamente das cubas ou dos recipientes onde foram confeccionados os alimentos. Após a colheita, as duas amostras serão catalogadas e refrigeradas, permanecendo obrigatoriamente 72 horas nos equipamentos de refrigeração.

4. As entidades adjudicantes poderão, a qualquer momento e sempre que o entenderem, recolher amostras das refeições e mandar proceder às análises, ensaios e provas.
5. O adjudicatário obriga-se a facultar todos os documentos referentes ao sistema de HACCP implementado em cada um dos refeitórios escolares.

Artigo 37.º

Confeção de alimentação para outros fins

É vedado ao adjudicatário confeccionar ou fornecer qualquer tipo de alimentação, para além dos locais estabelecidos no Caderno de Encargos.

Artigo 38.º

Pessoal afeto ao fornecimento das refeições

1. O pessoal afeto ao fornecimento das refeições deverá estar devidamente identificado e observar as regras de higiene individual no decorrer de todas as operações inerentes a sua atividade, bem como apresentar-se devidamente fardado, de acordo com as exigências previstas na legislação aplicável ao pessoal da indústria hoteleira, pertencendo as respetivas sanções e encargos ao adjudicatário.
2. As entidades adjudicantes solicitarão ao adjudicatário, sempre que o julgarem conveniente durante a execução do contrato, os seguintes elementos:
 - a) Nome das pessoas em serviço nos refeitórios;
 - b) Categoria profissional;
 - c) Horário de Trabalho;
 - d) Apólice de seguro do pessoal em serviço no refeitório;
 - e) Registo criminal para efeitos de trabalho com menores, exigido ao pessoal em serviço no refeitório.
3. Os refeitórios deverão ter em regime de horário completo os trabalhadores definidos pelas entidades adquirentes no procedimento lançado ao abrigo do acordo quadro, respeitando o número mínimo de trabalhadores (cfr. Anexo I), em que um deles é, obrigatoriamente, cozinheiro e outro colabore no apoio aos alunos.
4. Os estagiários eventualmente ao serviço e os trabalhadores do adjudicatário afetos ao transporte das refeições não poderão ser incluídos no rácio previsto na tabela anterior.

5. Não obstante o disposto no número 3, a entidade adjudicante poderá afetar aos refeitórios escolares trabalhadores pertencentes ao seu mapa de pessoal, os quais serão identificados nas peças do procedimento para celebração de contrato ao abrigo do acordo quadro, traduzindo-se esta situação numa redução do número de trabalhadores a afetar pelo adjudicatário nos termos e condições que vierem a ser definidas.
6. O mapa de pessoal respeitante a cada refeitório não pode ser alterado, nem deixar de ser preenchida a totalidade do respetivo contingente, sem prévio acordo das entidades adquirentes, devendo as alterações serem objeto de apreciação por parte destas entidades e do órgão de gestão da escola, sob pena de poderem ser acionados as penalidades previstas no Caderno de Encargos.
7. É obrigatória em cada refeitório, desde a entrada em vigor do contrato, a afixação dos mapas do pessoal com indicação dos nomes e horário de trabalho.
8. O pessoal ao serviço do adjudicatário deverá ser titular de declaração médica atualizada que ateste o seu bom estado de saúde (ficha de aptidão).
9. O adjudicatário fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre a segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente a todo o seu pessoal ao serviço, sendo da sua conta os encargos que de tal resultem.
10. O adjudicatário é ainda obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do seu pessoal e a prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente de trabalho.

Artigo 39.º

Fiscalização da Execução dos Serviços

1. A fiscalização da execução dos serviços, por parte das entidades adjudicantes, tem por finalidade:
 - a) Verificar se a execução dos serviços de refeições está a ser prestada em conformidade com os requisitos estabelecidos contratualmente e demais legislação aplicável;
 - b) Verificar se o pessoal se encontra devidamente preparado;
 - c) Verificar o cumprimento da qualidade, das captações alimentares e demais exigências previstas neste caderno de encargos;

- d) Verificar o cumprimento das regras de higiene e segurança alimentar.
2. As entidades adquirentes reservam-se o direito de auditar os serviços objeto do contrato, podendo rejeitar, no todo ou em parte, aquilo que não esteja de acordo com as indicações contratuais, ou com a boa prática corrente.
 3. Em caso de rejeição de qualquer matéria-prima e/ou de qualquer género incorporado na ementa, o adjudicatário deverá proceder a sua substituição imediata por produtos idênticos ou sucedâneos, de acordo com o ANEXO II deste Caderno de Encargos – Circular n.º 3/DSEEAS/DGE/2013 (ou outra que a venha alterar/revogar), sem prejuízo do normal funcionamento do refeitório.
 4. Se a substituição prevista no número anterior não se verificar, o adjudicatário indemnizará as entidades adjudicantes nas condições estabelecidas para a suspensão dos fornecimentos.
 5. Todos os encargos com a substituição, devolução ou destruição das matérias-primas e/ou dos géneros incorporados nas ementas rejeitadas serão suportados exclusivamente pelo adjudicatário.
 6. Em casos de indícios de mal-estar eventualmente associados a ingestão de alimentos no refeitório, as entidades adjudicantes devem:
 - a) Informar o encarregado do refeitório de que não deve remover as amostras referidas neste Caderno de Encargos;
 - b) Isolar as instalações do refeitório até à chegada das autoridades referidas na alínea c);
 - c) Contactar, de imediato, a autoridade de saúde da área;
 - d) Estar presente aquando da intervenção das autoridades competentes.

PARTE III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 40.º

Resolução de litígios

1. Para o conhecimento de quaisquer litígios emergentes do acordo quadro, designadamente relativos à respetiva interpretação, execução, incumprimento, invalidade, resolução ou redução, é competente Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa.

2. As partes podem derrogar o disposto no número anterior por acordo escrito, decidindo submeter à arbitragem algum litígio específico.

Artigo 41.º

Prazos e regras de contagem

Os prazos estabelecidos neste caderno de encargos, para efeitos de execução do contrato contam-se de termos do disposto no artigo 471.º do CCP.

Artigo 42.º

Subcontratação e cessão da posição contratual

1. A cessão e a subcontratação por parte do adjudicatário estão dependentes de autorização prévia e por escrito da entidade adjudicante e nos termos e com os limites previstos no CCP.
2. A contratação de terceiros não exime o adjudicatário de qualquer uma das suas obrigações perante a entidade adjudicante ou da responsabilidade pelos prejuízos que lhe sejam provocados, ainda que decorrentes de atos praticados pelos respetivos subcontratados.
3. Em caso de subcontratação, o adjudicatário deve atuar como único e exclusivo interlocutor com a entidade adjudicante durante toda a execução do contrato, independentemente da relação comercial, operacional ou outra que tenha com entidades terceiras.
4. O pedido de autorização de subcontratação previsto no n.º 2 deve ser instruído com os documentos previstos no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, sendo que a concessão da mesma depende da verificação de que a entidade subcontratada não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º daquele Código.
5. Para efeitos dos números anteriores, a entidade adjudicante pode, se tal se afigurar relevante, solicitar ao adjudicatário informações complementares ou documentação relacionada com a entidade a quem o adjudicatário pretenda subcontratar.

Artigo 43.º

Cessão da posição contratual pelo contraente público

A cessão da posição contratual pelas entidades adquirentes só pode ser recusada pelo cocontratante quando haja fundado receio de que a cessão envolva um aumento do risco

de incumprimento das obrigações emergentes do contrato pelo potencial cessionário ou a diminuição das garantias do cocontratante.

Artigo 44.º

Atualização das características dos bens ou dos serviços

1. A CC-AML pode atualizar as características dos bens ou dos serviços a adquirir ao abrigo do contrato de acordo quadro desde que tal se justifique por indicações do Ministério da Educação ou dos Municípios que integram a CC-AML, modificando-as ou substituindo-as por outras, desde que se mantenham as prestações principais abrangidas pelo objeto do contrato e os objetivos das especificações fixadas, e não configure uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.
2. A eventual atualização dos bens e serviços objeto do acordo quadro deve obedecer aos seguintes requisitos:
 - a) Que sejam da mesma qualidade dos constantes da proposta inicial;
 - b) Que tenham, no mínimo, os requisitos legais, técnicos, funcionais e ambientais e de segurança exigidos;
 - c) Que os preços sejam iguais ou inferiores aos preços dos bens e serviços que substituem; e,
 - d) Que as restantes condições constantes do contrato de acordo quadro se mantenham inalteráveis.
3. Sempre que se verifique a descontinuidade de um bem, deve a entidade fornecedora proceder à sua substituição, submetendo essa atualização à CC-AML juntamente com uma declaração que confirme a descontinuidade do bem ou bens, emitida pelo seu fabricante ou o seu representante oficial em Portugal.
4. As alterações ao acordo quadro deverão constar de documento escrito e assinado pelos adjudicatários e pela CC-AML, que passarão a produzir efeitos a contar da data da assinatura do referido documento, se outra não constar do mesmo.

Artigo 45.º

Legislação aplicável

Em tudo o que estiver omissa no presente caderno de encargos e seus anexos, observar-se-á o disposto na legislação nacional e comunitária, nomeadamente no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e legislação

conexa, bem como na legislação que regulamenta o fornecimento de refeições escolares, e as matérias de higiene e segurança dos géneros alimentícios.

Lista de Anexos ao Caderno de Encargos

Anexo I – Número de Trabalhadores

Anexo II – Circular n.º 3/DSEEAS/DGE/2013



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

ATA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do disposto no artigo 19.º, n.º 2, do Regimento da Câmara Municipal de Lisboa, foram aprovadas na Reunião de Câmara Extraordinária de 29 de junho de 2017, as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento e os originais das referidas propostas a ata em minuta:

Proposta n.º 380/2017 (Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar submeter à apreciação da Assembleia Municipal o Relatório de Ponderação e o Regulamento de Património Imobiliário do Município de Lisboa, nos termos da proposta;

(Adiada)

Proposta n.º 381/2017 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Paulo Saraiva)

Aprovar delegar no Presidente e autorizar a subdelegação das competências cometidas pelo Regime Jurídico do Serviço Público de Transportes de Passageiros à Autoridade de Transportes, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	11 (8PS e 3Ind.)	2 (PCP)	3 (2PPD/PSD e 1CDS/PP)

Proposta n.º 447/2017 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Paulo Saraiva)

Aprovar a criação de quatro carreiras de serviço público de transporte de passageiros que integrarão a Rede de Bairros, bem como as respetivas instruções, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	8 (6PS e 2Ind.)	---	6 (3PPD/PSD, 1CDS/PP e 2PCP)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Proposta n.º 393/2017 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Paulo Saraiva)

Autorizar a abertura de concursos externos de ingresso para a constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 448/2017 (Subscrita pelo Sr. Vereador João Paulo Saraiva)

Aprovar a implementação de um mecanismo de registo de interessados, tendo em vista a regularização de situações de eventual precariedade no Município de Lisboa, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 386/2017 (Subscrita pela Sr.ª Vereadora Catarina Albergaria)

Aprovar submeter à autorização da Assembleia Municipal a repartição de encargos, bem como a abertura de procedimento para o fornecimento de refeições transportadas (catering) a jardins-de-infância e escolas básicas do 1º ciclo da rede pública da cidade de Lisboa, pela Câmara Municipal, ao abrigo do Acordo Quadro de seleção de fornecedores de refeições escolares, promovido pela Área Metropolitana de Lisboa, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 252º, do Código dos Contratos Públicos, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

O Sr. Vereador Duarte Cordeiro não participou na discussão e votação da proposta

Proposta n.º 449/2017 (Subscrita pelos Srs. Vereadores Jorge Máximo e João Paulo Saraiva)

Declarar a caducidade da adjudicação, no âmbito do procedimento de concurso público com publicidade internacional para a «Aquisição de licenças de software SAP», e autorizar a adjudicação ao concorrente ordenado em lugar subsequente - processo nº 47/CPI/DA/CCM/2016, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	11 (7PS, 1Ind., 2PPD/PSD e 1CDS/PP)	---	2 (PCP)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Proposta n.º 452/2017 (Subscrita pelo Sr. Vereador Duarte Cordeiro)

Deliberar submeter à Assembleia Municipal a autorização para celebração de Adenda ao Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Benfica, bem como da respetiva minuta, nos termos da proposta;

Aprovada por maioria com a seguinte votação:	A favor	Contra	Abstenções
	12 (5PS, 2Ind., 3PPD/PSD e 2PCP)	1 (CDS/PP)	----

Proposta n.º 453/2017 (Subscrita pelo Sr. Vereador Duarte Cordeiro)

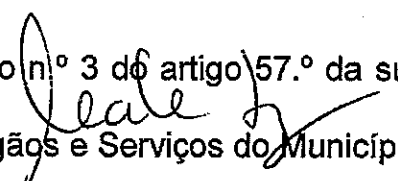
Deliberar submeter à Assembleia Municipal a autorização para celebração de Adenda ao Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Lumiar, bem como da respetiva minuta, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Proposta n.º 356/2017 (Subscrita pelo Sr. Vereador Jorge Máximo)

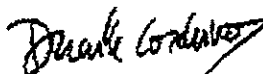
Aprovar a atribuição de apoio financeiro e não financeiro à Associação Portuguesa de Árbitros de Futebol no âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo, para dinamização do projeto desportivo "Arbitragem no Bairro", bem como a respetiva minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da supra citada Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro eu,  Diretora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Paços do Concelho, em 29 de junho de 2017.

O Vice-Presidente



Duarte Cordeiro

PROPOSTA N.º 386/2017 - APROVAR SUBMETER À AUTORIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A REPARTIÇÃO DE ENCARGOS, BEM COMO A ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES TRANSPORTADAS (CATERING) A JARDINS-DE-INFÂNCIA E ESCOLAS BÁSICAS DO 1º CICLO DA REDE PÚBLICA DA CIDADE DE LISBOA, PELA CÂMARA MUNICIPAL, AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO DE SELEÇÃO DE FORNECEDORES DE REFEIÇÕES ESCOLARES, PROMOVIDO PELA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA, AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ARTIGO 252º, DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

O Sr. Presidente em exercício: - Ponto 6, Proposta 386, subscrita pela Sr.ª Vereadora Catartina Albergaria, gostava de informar que eu não participarei na discussão nem na votação desta Proposta.

Sr.ª Vereadora, quer apresentar a Proposta? Não sei se isto ficou esclarecido face às questões da última reunião, não é? Ficou? Sr.ª Vereadora Catartina Albergaria.

A Sr.ª Vereadora Catartina Albergaria: - Muito obrigada, Sr. Presidente em exercício. Portanto eu penso que ficou esclarecido depois, na última reunião, as 2 questões portanto levantadas, uma pelo Partido Comunista, sobre a qualidade das refeições, em que eu afirmei que faziam parte de critérios, como está no próprio Caderno de Encargos, que 50% era o preço e os outros 50% era a qualidade das refeições.

Claro que é um pouco difícil aprimorar e avaliar a qualidade pelo papel, pelas linhas que estão escritas nas ementas, mas depois, nós temos uma ampla equipa de fiscalização, que estamos no terreno e que fazemos a monitorização e a fiscalização, todos os dias está uma equipa do Departamento da Educação a visitar os Refeitórios Escolares.

Também foi dito pelo Sr. Presidente, que temos feito um desafio às Juntas de Freguesia, no sentido de promover o comércio local, promover os produtos locais, a interligação com a comunidade e porventura o melhoramento da qualidade das refeições, essa capacidade poderá ser feita através das Juntas de Freguesia, que estão no território e poderão fazê-lo de uma forma mais eficaz e eficiente, algumas Juntas aceitaram, outras não, esperemos que brevemente irão aceitar este desafio, informo que Campolide vai aceitar a partir de Setembro este novo desafio.

A pergunta levantada pelo Sr. Presidente. Se esse desafio poderia ser a qualquer momento? Já descobrimos a cláusula que eu afirmava que estava no Caderno de Encargos, portanto é a Clausula 6, onde tem os 4 motivos que poderemos a qualquer momento pedir à empresa para suspendermos a prestação naquela escola.

Portanto, como eu afirmei, em questões de obras, quando uma escola vai para obras, deixa de ter confeitaria local, passa para *catering*, porque deixamos de ter as cozinhas operacionais; temos, quando há interdição do serviço dos Refeitórios, cai uma cobertura, um esgoto, portanto temos também logo imediatamente que acionar o *catering*, dizendo, a empresa, a partir de amanhã não há condições para ter uma confeitaria local, temos que ir para *catering*; interrupções letivas, também é um dos motivos para suspendermos, e depois, a qualquer momento podemos também pedir para transferir essa Competência para a Junta, como está na Cláusula 6, na alínea d), penso que respondidas as questões.

O Sr. Presidente em exercício: - Sr. Vereador Cal Gonçalves.

O Sr. Vereador Cal Gonçalves: - Sr. Presidente em exercício, é só para fazer uma pergunta à Sr.^a Vereador, porque da última reunião pareceu-me, como já referi na altura, que uma das questões que o Sr. Presidente tinha focado, não era nenhuma dessas 4, era perante a possibilidade de internalização desse Serviço, poder ser suspenso o Contrato.

E eu, salvo melhor opinião, daquilo que acabei de ouvir, não me parece que essa situação esteja acautelada. Pergunto, essa situação já foi esclarecida com o Sr. Presidente e ultrapassada, ou não foi, não está ultrapassada e não está prevista? Era só esse esclarecimento que pretendia.

O Sr. Presidente em exercício: - Sr.^a Vereadora Catartina Albergaria.

A Sr.^a Vereadora Catartina Albergaria: - Sr. Vereador, como acabei de referir, temos a Cláusula 6 do nosso Caderno de Encargos da Câmara, que está sob o chapéu do Acordo de Quadros da Área Metropolitana, diz que "As escolas e os jardins-de-infância constantes no Anexo A, são indicativas, podendo ser alteradas, acrescentadas ou reduzidas, estando o fornecedor obrigado a manter as condições do fornecimento, nomeadamente pelos motivos que eu referir: a), obras; b), interdição; c), interrupção letivas e o d), a delegação legal ou contratual.

O Município notifica o fornecedor por escrito, com a antecedência mínima de 20 dias relativamente à verificação da alteração, salvo por imperiosa razão de interesse público tal prazo tenha de ser reduzido, não podendo o contratante reclamar ou exigir qualquer indemnização, por exemplo, cai a cobertura de um refeitório e logo não podemos dar o prazo de 20 dias, tem de ser acionado de imediato esta Cláusula.

O Sr. Presidente em exercício: - Muito bem, vamos votar, Ponto 6, Proposta 386. Srs. Vereadores, quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade, sendo que eu não participei na votação, nem na discussão.

O Sr. Presidente em exercício pôs à votação a Proposta 386/2017, a qual foi aprovada por unanimidade.

Não participou na discussão nem na votação o Sr. Vereador Duarte Cordeiro.